

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 2006 - HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASIL, 2006, ASSIS CHATEAUBRIANT

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2018

NÚMERO 26.389 • 52 PÁGINAS • R\$ 2,50



Eleito presidente da República, Bolsonaro promete ser **um defensor da Constituição**, da democracia e da liberdade política, religiosa, de informar e de opinião. Ele afirma que o país precisa de **menos Brasília e de mais Brasil**. E promete enxugar a estrutura do Estado, reduzir a burocracia para incentivar o empreendedorismo, além de **cortar desperdícios e privilégios**. Apesar da onda conservadora que o elegeu, com mais de 57 milhões de votos, ele troca o tom beligerante da incendiária campanha antipetista pelo da reconciliação. E diz que trabalhará **para todos os brasileiros**.

Maurício Santos/COLOA Press



Um desconhecido da população, com apenas 0,2% da preferência dos brasilienses dois meses atrás, o advogado que se filiou ao MDB para disputar o Buriti protagonizou uma reviravolta e venceu a eleição com **quase 70% dos votos** válidos. Em entrevista, o próximo governador diz apostar numa boa relação com Bolsonaro e afirma que a **saúde será prioridade** de sua gestão a partir do primeiro dia de mandato. Hoje, em encontro com Temer, vai pedir **mais recursos para Brasília**.

Ana Maria Campos

Ibaneis é o primeiro governador eleito do DF nascido aqui e também o mais jovem a chegar ao Buriti pelo voto direto

Denise Rothenburg

Enquanto Bolsonaro deve desembarcar amanhã em Brasília, aliados vão a São Paulo conversar com a turma do PTB

Luiz Carlos Azedo

O fiasco econômico de Dilma e a condenação de Lula pela Lava-Jato sinalizam que a esperança no país mudou de lado



Com o discurso antipetista, o uso das redes sociais e posições firmes, principalmente na área de segurança pública, Jair Bolsonaro conseguiu derrotar o partido do adversário Fernando Haddad com uma diferença de 10 milhões de votos

O resultado de uma polarização

» LEONARDO CAVALCANTI

Com a *Bíblia* e a Constituição colocadas estrategicamente no centro da mesa, Jair Bolsonaro (PSL) fez o primeiro pronunciamento como presidente eleito do Brasil numa transmissão on-line, a partir de casa, no Rio de Janeiro. Ali, minutos antes das 21h, do alto dos 55,13% dos votos válidos, garantiu governabilidade, citou Deus e prometeu o que chamou de fim de “flerte com o comunismo”. Apenas depois das declarações para as redes sociais — o principal terreno da campanha do militar reformado do Exército —, ele falou para veículos de imprensa e garantiu a defesa da liberdade e da democracia. A vitória sobre o petista Fernando Haddad o torna 42º ocupante do cargo máximo do país.

No discurso, anunciou o nome do quarto ministro: o astronauta Marcos Pontes, que irá para a Ciência e Tecnologia. Os outros são o general Augusto Heleno (Defesa), o deputado Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e o economista Paulo Guedes (Fazenda). E lembrou da decisão de se candidatar, há quatro anos, logo depois de conquistar o sétimo mandato de deputado federal, em 2014. O plano, entretanto, é anterior. Vem desde os tempos em que fazia campanha para vereador montado numa motocicleta, ainda no distante ano de 1988. Por mais que os aliados mais próximos duvidassem, ele guardou para si a escolha do melhor momento para se lançar de uma vez no maior de todos os desafios.

Em 2014, Bolsonaro entendeu melhor do que ninguém a polarização política. A reeleição de Dilma Rousseff, em vez de pacificar o país, colocou ainda mais gasolina no fogo das disputas abertas pelo poder. Pelo celular, a partir das redes sociais, fez a leitura correta de um país dividido, dando mais do que sinais de uma rejeição ao partido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — agora preso na sede da Polícia Federal em Curitiba. A aposta era crescer entre os eleitores contrários ao petista, algo que até os tucanos em 2010 e 2014 — José Serra e Aécio Neves, respectivamente — não fizeram. A estratégia foi ignorada pela maioria dos cientistas políticos ao longo de três anos, mesmo com a visibilidade de Bolsonaro no processo de impeachment de Dilma. O motivo para a desconfiança estava num suposto teto por causa da força de Lula no Norte e no Nordeste e pela rejeição a declarações polêmicas do capitão reformado.

Consolidação

Os avanços nos apoios ao longo dos últimos meses mostrou que as avaliações estavam erradas, principalmente pela consolidação dos votos. Os maiores picos de crescimento, entretanto, vieram depois do atentado sofrido em Juiz de Fora (MG), em 6 de setembro, o episódio mais marcante da campanha. Ao longo dos últimos dois meses, o **Correio** entrevistou uma série de analistas eleitorais. Entre as opiniões convergentes, uma se destaca: a

autenticidade do discurso do candidato para um eleitor cansado das denúncias de corrupção e desenganado com a crise econômica. “O que se sabia até 2014 era que havia uma parcela da população com uma carga conservadora, contrária à reforma agrária, por exemplo. Mas isso se ampliou”, disse o professor Ivo Coser, coordenador do Núcleo de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse grupo de eleitores poderia dar a Bolsonaro algo em torno de 15% das intenções de votos. O deputado federal, porém, ultrapassou tal teto, quase levando a eleição ainda no primeiro turno.

O detalhe é que, ao longo do segundo turno, Bolsonaro jogou parado, como se administrasse a diferença de votos conseguida na primeira etapa. Arriscou ao não participar de debates. O cientista político Jairo Nicolau, da UFRJ, comparou os resultados da votação total do primeiro turno com a pesquisa Ibope do último sábado. A partir dos números, o capitão reformado saiu das urnas com 42% dos votos, chegando em relação ao levantamento de índice de votos em 47%. O petista Haddad, pelos mesmos parâmetros, saiu de 27% para 41%. Sem fazer análises sobre o significado dos números, o candidato do PSL cresceu apenas cinco pontos percentuais, enquanto o petista bateu 14. O crescimento de Haddad ocorreu apenas nos últimos dias de campanha, segundo as pesquisas, o que causou tensão no grupo de Bolsonaro.

Nas últimas 48 horas antes do segundo turno, o que mais abalou o grupo foi o apoio declarado do ex-ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa. O magistrado, em um tuíte, disse: “Votar é fazer uma escolha racional. Eu, por exemplo, sopesei os aspectos positivos e os negativos que restam na disputa. Pela primeira vez em 32 anos de exercício do direito de voto, um candidato me inspira medo. Por isso votarei em Fernando Haddad.” Bolsonaro, em entrevista ao CB.Poder, uma parceria entre o **Correio** e TV Brasília,

logo depois da desistência de Barbosa da corrida, em maio, disse que a maior parte dos votos do ex-ministro iria para ele. “Até porque esse eleitor não sabe que ele é de esquerda realmente. Agora, o pessoal começa a mostrar a verdadeira face dele. No meu entender, serei o maior beneficiário desse espólio.” A declaração pública de Barbosa no último sábado pegou o então candidato de surpresa.

Perfil

Nascido em Campinas há 63 anos, Jair Messias Bolsonaro é filho de pais de ascendência italiana. Casou-se três vezes e tem cinco filhos. Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras do Exército, atuou em grupos de paraquedismo e artilharia a partir de 1977. A primeira incursão pela política veio em 1986, quando publicou um artigo na revista *Veja* defendendo o aumento dos salários dos militares. A partir daí, sempre com apoio de integrantes da tropa, foi eleito vereador e, depois, deputado federal por 28 anos. Ao longo desse período, procurou os holofotes a partir de controversas, algumas odiosas para parte dos eleitores, polemizando em discursos e declarações sobre mulheres, negros e gays.

Bolsonaro deixa a farda em busca da política antes de uma qualificação mais refinada, por isso, sempre foi visto com reservas por oficiais mais graduados, principalmente das outras duas forças, com a Marinha. Os militares do Exército, como mostrou o **Correio**, entraram de cabeça na campanha no segundo turno. Parte dos oficiais da Força, ao longo do dia de ontem, torcia para que Bolsonaro ganhasse, mas não conseguisse uma maioria esmagadora, a ponto de con-

quistar uma hegemonia entre a população. “Isso será bom para a democracia, não tenha dúvida”, disse um oficial.

Durante os discursos como vitorioso, Bolsonaro disse que vai fortalecer a bancada governista. A questão é que o número de votos do petista Haddad (45%) deve mobilizar a oposição contra projetos relacionados ao meio ambiente e segurança pública — neste último caso, o fim do Estatuto do Desarmamento. Em entrevistas, Bolsonaro garantiu que essa será a primeira medida de governo, mas amenizou o tom, defendendo a posse da arma em casa, e não o porte. O estica-e-puxa no Congresso e a continuidade da polarização deverá ser a tônica do novo governo. “Nas últimas sete eleições, a média dos percentuais dos candidatos eleitos foi de 55%, exatamente o percentual de Bolsonaro”, disse Carlos André Machado, diretor do Instituto Opinião Política, responsável pelos levantamentos encomendados pelo **Correio**. “Isso demonstra claramente que o Brasil continua dividido e polarizado.”

Ontem à noite, porém, Bolsonaro queria apenas marcar as primeiras posições. Entre elas, prometeu libertar o Itamaraty do “viés de esquerda”. No fim, fez questão de registrar a ligação do presidente norte-americano Donald Trump para parabenizá-lo. A aproximação com o republicano é um dos principais objetivos do capitão reformado.







**O que se sabia até 2014
era que havia uma parcela
da população com uma
carga conservadora,
contrária à reforma
agrária, por exemplo.
Mas isso se ampliou"**

Ivo Coser, professor da UFRJ



**Nas últimas sete eleições,
a média dos percentuais
dos candidatos eleitos
foi de 55%, exatamente o
percentual de Bolsonaro.
Isso demonstra
claramente que o
Brasil continua
dividido e polarizado"**

*Carlos André Machado,
diretor do Instituto Opinião Política*



No primeiro pronunciamento como presidente eleito, Jair Bolsonaro garante defender a Constituição, a democracia e a liberdade. Anuncia que governará com foco na criação de emprego e renda e no equilíbrio fiscal

Promessa de governo decente

» JORGE VASCONCELLOS
ESPECIAL PARA O CORREIO

O presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, afirmou ontem, na leitura do discurso da vitória, que o novo governo será um “defensor da Constituição, da democracia e da liberdade”. Em sua casa na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, ele assumiu o compromisso de fazer um “governo decente”, formado por pessoas com o propósito de transformar o Brasil em uma “próspera, livre e grande nação”. O capitão reformado anunciou que governará com foco na geração de emprego e renda, no equilíbrio fiscal e no enxugamento da máquina pública. Após uma campanha altamente polarizada e agressiva, Bolsonaro assegurou que trabalhará para “pacificar” o país.

“Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa, não de um partido, não é a palavra vã de um homem, é um juramento a Deus”, afirmou, pouco depois de confirmada sua vitória com 57.617.527 de votos (55,21%), contra 46.745.460 de Fernando Haddad (44,79%) — dados de 99,49% das urnas apuradas.

Cercado pela família e por vários aliados, o presidente eleito declarou que “a liberdade é um princípio fundamental”, seja de ir e vir, política, religiosa, de informação, de opinião e de fazer escolhas. “Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita a leis. Elas são para todos, porque assim será o nosso governo: constitucional e democrático”, declarou.

Cortes

O futuro presidente disse que o novo governo terá de criar condições para que “todos cresçam”, com a redução da estrutura e da burocracia e com corte de “desperdícios e privilégios”.

“Nosso governo vai quebrar paradigmas, vamos confiar nas pessoas, vamos desburocratizar, simplificar e permitir que o cidadão, o empreendedor, tenha mais liberdade para construir seu futuro. Vamos desamarrar o Brasil”, declarou, antes de assegurar que “respeitará de verdade a federação”, com a garantia de que os recursos federais chegarão aos estados e municípios. “Precisamos de mais Brasil e menos Brasília”, disse.

Bolsonaro reiterou a defesa do direito à propriedade e anunciou que priorizará a realização de reformas, sem, no entanto, detalhar

quais seriam. Ele disse, ainda, que seu governo vai interromper o “ciclo vicioso do crescimento da dívida” para estimular investimentos e gerar empregos. “Emprego, renda e equilíbrio fiscal é o nosso compromisso para ficarmos mais próximos de oportunidades e trabalho para todos”, afirmou.

Jovens

O presidente eleito transmitiu uma mensagem aos jovens, com a promessa de que o Brasil vai superar a estagnação econômica, pois segundo ele, o novo governo trabalhará “com os

olhos nas futuras gerações, e não na próxima eleição”.

Ao falar sobre política externa, prometeu libertar o “Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos. O Brasil deixará de estar apartado das nações mais desenvolvidas”, declarou. Crítico ferrenho da relação próxima entre os governos petistas e países, como Cuba e Venezuela, o militar reformado disse que vai priorizar uma aproximação com países que agreguem valor econômico e tecnológico aos produtos brasileiros.

Bolsonaro agradeceu às equi-

pes da Santa Casa de Juiz de Fora (MG) e do hospital Albert Einstein, de São Paulo, as duas unidades de saúde onde foi atendido após o atentado à faca que sofreu no início de setembro, durante ato de campanha.

Questionado após o discurso sobre a divisão do Brasil, o presidente eleito afirmou que trabalhará para pacificar o país. "Não sou Caxias (Duque de Caxias, patrono do Exército), mas sigo o exemplo desse grande herói brasileiro. Vamos pacificar o Brasil e, sob a Constituição e as leis, vamos constituir uma grande nação", declarou.



Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita a leis.

Elas são para todos, porque assim será o nosso governo: constitucional e democrático"

Reprodução/YouTube



(1) Depois de usar as redes sociais para se pronunciar, Bolsonaro falou a um pool de emissoras de tevê. (2) Lembrou da facada que levou em Juiz de Fora (MG), (3) do tempo no hospital. (4) Ontem, votou ao lado da mulher Michelle, no Rio de Janeiro. (5) Ao votar, o vice, general Mourão demonstrou certeza da vitória

Ricardo Moraes/AFIP



Reprodução/TV Globo - 7/9/18



Flavio Bolsonaro/Divulgação



Evaristo Sá/AFIP



Comemoração toma conta da Esplanada

» GEISON GUEDES

ESPECIAL PARA O CORREIO

Após pouco mais de duas horas do fim da eleição — pelo menos no Distrito Federal — e com o início da divulgação da apuração nacional, que indicava a vitória do candidato Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República, diversos eleitores começaram a seguir em direção à Esplanada dos Ministérios. Com a confirmação da vitória, a aglomeração de pessoas ficou intensa. Mesmo antes da rodoviária, o trânsito ficou lento, repleto de motoristas em plena festa, buzinando sem parar.

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), desviou o trânsito, sentido Congresso, na altura do Ministério do Planejamento. Os motoristas que desceram rumo à Esplanada pararam no canteiro central e nos estacionamentos dos ministérios. Desse ponto em diante, seguiram a pé, rumo ao Congresso Nacional, até a Alameda dos Estados, onde, segundo a PMDF,

15 mil pessoas comemoravam.

As amigas Tatiana Costa Pinto, enfermeira, 37 anos, e Maria Aparecida Paiva de Carvalho, advogada, 37, desciam em direção ao Congresso. Para elas, o sentimento era de libertação e felicidade. “Após quatro mandatos ‘cleptocrata’ do PT, estamos livres deles. Agora é fazer pressão para que essa mudança seja positiva, que seja uma nova história e que as coisas caminhem da melhor forma para nosso país”, disse Tatiana. “A gente tinha de se livrar desse partido corrupto que queria tomar o poder. Eles perderam, porque a maioria não quis. Eles estão fora e, agora, vamos mudar o país”, acredita Maria.

No ponto da interdição, um grupo abriu um bandeirão com as cores do Brasil e seguiu a pé até o Congresso. O empresário Luis Cláudio Simões, 50 anos, fez o trajeto com a família. Eles levavam uma bandeira do Brasil. “É uma sensação de liberdade, de ter o país na mão de novo, de não ser roubado novamente. Resolvemos descer com a bandeira como

uma manifestação positiva, de símbolo para abraçar a democracia e o nosso país”.

No meio da comemoração, um totem de Jair Bolsonaro chamou a atenção das pessoas, que pararam para tirar foto. A peça foi criada pelos comerciantes Mizanur Shoppin, 43, e Regiane Aguiar, 35. Segundo eles, todo mundo que vê pede para tirar foto.

No Rio de Janeiro, eleitores de Jair Bolsonaro comemoraram a vitória nas urnas em frente à casa do presidente eleito, na Barra de Tijuca, zona Oeste da cidade. Em São Paulo, capital, manifestantes contrários a Bolsonaro entraram em conflito com a Polícia Militar no vão do Masp, na Avenida Paulista, onde foram dispersados após a PM jogar bombas de efeito moral. Em diversas cidades do interior do paulista, milhares de pessoas foram às ruas comemorar. Em Curitiba (PR), os apoiadores de Bolsonaro foram festejar em frente à Superintendência da Polícia Federal (PF), onde o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está preso.

Wallace Martins/Esp. CB/D.A Press



Aglomeración começou antes mesmo do resultado oficial, com muitos vestindo verde e amarelo

Haddad pede coragem ao país

» PALOMA OLIVETO

Ao lado da mulher, Ana Estela, da candidata a vice, Manuela D'Ávila, e cercado de políticos como a ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-senador Eduardo Suplicy, o candidato derrotado à Presidência Fernando Haddad fez um pronunciamento de nove minutos, no qual pediu aos 47 milhões de brasileiros que votaram nele para não “terem medo”. O professor universitário, ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação começou o discurso falando em coragem, e encerrou voltando ao tema.

“Aprendi com meus antepassados o valor da coragem para defender a Justiça a qualquer preço”, disse, no início do pronunciamento, realizado em um hotel da capital paulista. No fim, afirmou que, ao longo da campanha, se depa-rou com muitas pessoas que “chegavam a soluçar, de tanto chorar”. Haddad as tranquilizou no fim da fala: “Quero dizer a vocês: não tenham medo. Nós estamos aqui, estamos juntos. Nós estaremos de mãos dadas com vocês. Nós abraçaremos a causa de vocês. Contem conosco. Coragem, a vida é feita de coragem. Viva o Brasil”.

Com o semblante cansado, porém tranquilo, Haddad demonstrou emoção, principalmente ao fazer uma analogia ao *Hino Nacional*. “Verás que um professor não foge à luta”, disse, bastante aplaudido. “Nem temem os que adoram a liberdade até a morte. Nosso compromisso é de vida com esse país. Reconhecemos a cidadania em cada brasileiro e não vamos deixar esse país para trás. Vamos colocá-lo acima de tudo, vamos defender nossos pontos de vista, respeitando a democracia e as instituições”, continuou, afirmando que coloca “a vida à disposição desse país”.

O candidato derrotado convidou os eleitores a acompanhá-lo na oposição, em um momento que, segundo ele, o Brasil “nunca tenha precisado mais do exercício da cidadania”. “Vamos colocá-lo (o país) acima de tudo, vamos defender nossos pontos de vista, respeitando a democracia”, discursou. Haddad aproveitou para criticar o impeachment de Dilma Rousseff e

a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, condenado pelo juiz Sérgio Moro e em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. “Vivemos um período já longo em que as instituições são colocadas à prova a todo o instante. A começar de 2016, quando tivemos o afastamento da presidenta Dilma, depois a prisão injusta do presidente Lula, a cassação de sua candidatura, desrespeitando uma determinação das Nações Unidas, mas nós seguimos de cabeça erguida, com determinação, com coragem para levar nossa mensagem aos rincões do país.”

Na avaliação do consultor político Marcos Marinho, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Haddad desponta como forte candidato a líder com potencial de aglutinar uma esquerda esgarçada. Para isso, porém, ele acredita que o ex-prefeito de São Paulo precisa se reconectar com as bases — algo que o candidato derrotado reconheceu ter de fazer, durante o discurso de ontem — e se afastar das discussões sobre o impeachment de Dilma e a prisão de Lula. “Ele não é o escudeiro do Lula, não tem mais o papel de defendê-lo, isso é tarefa da Gleisi Hoffmann (presidente do PT). Haddad tem de ser maior que o lulis-

mo e o petismo”, afirma. Para Marinho, o lulismo deve ser encarado mais como uma utopia, tal qual o marxismo, enquanto que, para se reinventar, a esquerda precisa adotar uma postura prática e menos atrelada ao radicalismo que caracteriza a ala tradicional do PT.

O consultor considerou a fala de Haddad acertada, com o ex-ministro mostrando que é mais que o “poste” de Lula, como foi chamado durante a campanha. “Haddad sai desse pleito como uma das figuras mais proeminentes da esquerda. Ele emerge tardiamente, em uma posição fragilizada, desconhecido do país e até de boa parte dos petistas e consegue, de fato, dar cara nova à esquerda. Faz um mea culpa e traz oxigenação e perspectivas de futuro. A figura do professor dá a ele um tipo de legitimidade”, avalia. Porém, para manter a liderança, Marinho ressalta que o candidato derrotado precisará se impor “com firmeza” dentro do próprio partido.

Fotos: Nelson Almeida/AFP



Haddad fez pronunciamento de nove minutos ao lado da mulher, da candidata a vice e de políticos de esquerda

Depois de um dia de esperança, com o crescimento do candidato nas pesquisas, apoiadores de Haddad lamentam a derrota



Em São Paulo, houve quem chorou depois do resultado das urnas que deu a vitória ao concorrente de Haddad



>> Ciro quer liderar progressistas

Terceiro colocado no primeiro turno das eleições presidenciais, Ciro Gomes (PDT) se prepara para uma nova campanha a partir do dia 1º de janeiro. Ao frustrar as expectativas de petistas e não declarar apoio a Fernando Haddad (PT) no segundo turno, o pedetista tenta levar adiante o projeto de se consolidar como uma nova liderança do "campo progressista", aproveitando o capital político conquistado neste ano. Ciro teve 13,3 milhões de votos, o equivalente a 12,5%. Depois de votar, ao ser questionado sobre a distância da campanha de Haddad, ele afirmou: "fazer campanha para o PT nunca mais". E acrescentou: "Acredito que o Brasil precisa desesperadamente desarmar essa bomba de ódio no país". Segundo ele, a bomba seria a intensa polarização.

Temer oferece reforma

Depois de telefonar para Jair Bolsonaro, do PSL, para parabenizá-lo pela vitória, o presidente Michel Temer fez um pronunciamento à nação em que ofereceu ao eleito, caso seja do interesse do novo governo, levar adiante a reforma da Previdência para aprová-la, com base no texto que já tramitou no Congresso, ele acredita que “é possível finalizá-la este ano”. Segundo Temer, “a estrada estará inteiramente asfaltada para o próximo governo”. Ele afirmou, entretanto, que “a ideia só irá adiante se houver apoio do presidente eleito e da sua equipe”.

Temer quer passar para a história como o presidente das reformas. O chefe do Executivo tem lamentado que não conseguiu aprovar a reforma da Previdência, que estava pronta para ir ao plenário, quando foi abatida

por denúncias contra ele no Congresso, o que inviabilizou a sua votação. O presidente disse que não chegou a tratar do tema com o eleito, na conversa por telefone, que foi muito rápida. Mas avisou que está à disposição para levar o assunto adiante.

Mais cedo, o agora vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, defendeu a aprovação do texto e declarou que “o ótimo é inimigo do bom”, ao sugerir que se aprovasse o que está pronto e depois se trabalhasse por uma melhora de um novo texto, para outra oportunidade. Bolsonaro e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), coordenador da campanha do eleito e futuro ministro da Casa Civil, já haviam se posicionado contra a reforma.

Para Temer, nos dois meses que restam até o fim do ano, antes da

mudança de comando do país, há tempo para se promover a reforma da Previdência, mas sem incorporar mudanças no texto. “Se for modificar demais aquilo que já está pronto para ser votado, evidentemente não dá tempo”, comentou.

O presidente afirmou que o governo de transição começa hoje ou, mais tardar, amanhã. Temer disse que, em todas as áreas do governo, o processo de transmissão da administração federal já está adiantado e que o futuro presidente e equipe receberão todas as informações ainda nesta semana. Ele falou com a imprensa ao sair do colégio Santa Cruz, na zona Oeste da capital paulista, onde chegou para votar às 8h07. Sobre o eventual apoio do MDB ao próximo governo, Temer afirmou que o partido ainda não discutiu essa possibilidade.

Evaristo Sá/AFP



Presidente Temer, em pronunciamento, ofereceu a Bolsonaro tentar votar a Reforma da Previdência este ano

Quatro ministros definidos

» PAULO SILVA PINTO

O presidente eleito Jair Bolsonaro já tem três nomes de ministros do novo governo: Paulo Guedes para o Ministério da Economia; o general da reserva Augusto Heleno para a Defesa; e o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS) para a Casa Civil. Está certa também para a pasta da Ciência e Tecnologia a escolha do tenente coronel da reserva da Aeronáutica Marcos Pontes, o primeiro astronauta brasileiro. O Ministério da Economia virá da junção das pastas da Fazenda e do Planejamento, uma ideia controversa.

Nos próximos dias, devem ser anunciados novos nomes. No Ministério das Relações Exteriores, uma possibilidade é que seja escolhido o deputado federal eleito Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), integrante da família real. Mais provável, porém, é que a escolha recaia sobre um diplomata de carreira. Nesse caso, tem grandes chances o embaixador do Brasil na Coreia do Sul, Luís Henrique Sobreira Lopes.

Para a Justiça, foi cogitado o advogado Gustavo Bebianno, presidente interino do PSL e uma das pessoas mais próximas a Bolsonaro. Mas vêm crescendo as chances da escolha da ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, que gravou um vídeo de apoio ao candidato divulgado na tevê na semana passada.

Para a Educação, um nome forte é Stavros Xanthopoulos, ex-diretor da área de cursos online da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para a Agricultura, tem grandes chances Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR). A ideia de unir o Ministério do Meio Ambiente a essa pasta, anunciada anteriormente, pode ser revista, disse na semana passada, ainda durante a campanha, o próprio Bolsonaro.

A bancada da bala quer que o deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que perdeu a eleição para governador do Distrito Federal, tenha um cargo com status de ministro no Palácio do Planalto. Mas o martelo ainda não foi batido. Como ele foi condenado à prisão em regime semi-aberto por corrupção em primeira instância, a tendência é de que ele seja apenas um assessor. Bolsonaro é fiel aos amigos e gosta que eles estejam por perto. Ele e Fraga são companheiros de longa data na Câmara.

A ideia, no novo governo, é não usar os cargos como barganha para obter apoio político, ou para acomodar aliados de longa data. Como se vê na situação de Fraga, porém, há exceções. Se forem muitas, passa-se a ter a manutenção da velha regra.

Estatais

O novo governo também precisará decidir quem colocar nos assentos em conselhos de empresas estatais. Existem 1.190

dessas posições, com remuneração de até R\$ 20 mil por sessão na forma de jeton. Há, porém, uma questão a ser resolvida antes: quantas das 138 estatais existentes serão mantidas.

A estratégia de substituições não se limita ao Executivo. Estão no radar indicações que o Planalto poderá fazer para os tribunais superiores. Ao menos 10 estarão disponíveis nos próximos quatro anos, de acordo com o limite de idade dos ministros para aposentadoria compulsória.

Essas nomeações não são para já, mas convém ter nomes decididos. O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, é tendência forte para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Haverá uma aposentadoria na corte já no próximo ano: do decano Celso de Mello, que está lá desde o governo de José Sarney. Em 2020, quem chegará aos 75 anos, idade limite para integrar o colegiado, é Marco Aurélio de Mello.

Daniel Ramalho/AFP - 13/2/18



Guedes será o responsável pela nova pasta a ser formada a partir da junção da Fazenda e do Planejamento, como ocorreu no governo Collor

Os homens fortes no Congresso

» BERNARDO BITTAR
» LUCAS VALENÇA
ESPECIAL PARA O CORREIO

A candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) parecia reunir todas as características de um nome radical demais para ser levado a sério. Além da aparente fragilidade causada pela falta de dinheiro, alianças e tempo de tervê, o presidente eleito enfrentou descompassos causados pelo próprio discurso. Chancelado pela classe média, ameaçou mais de 56 milhões de votos no segundo turno. Em seu nome, o nanico PSL — que elegeu um único parlamentar em 2014 —, alçou novos voos. Finalizou 2018 com 52 deputados e quatro senadores eleitos. Nomes fortes começam a ser divulgados às vésperas do início de nova legislatura.

Aliados apontam Joice Hasselmann (PSL-SP) como a provável líder do partido na Câmara e Major Olímpio (PSL-SP), no Senado. Ambos cotados, talvez, para disputar até a Presidência das casas legislativas. Os mais próximos veem com desconfiança os movimentos do Centrão — bloco formado pelo PP, DEM, PR, PRB e Solidariedade —, que busca manter Rodrigo Maia (DEM-RJ) na Presidência da Câmara. “Inicialmente, o Centrão não fechou conosco porque queria negociar o cargo. Observando nosso desempenho, querem vir para o nosso lado. Mas aí

fica complicado, queremos alguém alinhado nas nossas ideias”, disse um dos conselheiros de Bolsonaro no Parlamento.

Flávio e Eduardo Bolsonaro, senador e deputado eleitos — respectivamente — pelo PSL no Rio de Janeiro, também devem ter papel importante na gestão do pai. “Bolsonaro confia muito na família e nas pessoas que sempre estiveram próximas durante a trajetória dele”, confirma uma aliada. Um desses nomes é o do Major Olímpio. O senador eleito deixou o Solidariedade — e, portanto, deu as costas ao Centrão — quando Bolsonaro saiu do PSC rumo ao PSL e à candidatura ao Planalto.

Para Murillo de Aragão, presidente da Arko Advice Consultoria, a base inicial de Bolsonaro terá 300 parlamentares. “Uns 260 deputados e 20 senadores.” A aposta do especialista faz com que o novo presidente conte com a “boa vontade” de metade do Congresso na largada. “Será difícil aprovar medidas mais complexas, como as PECs (Propostas de Emendas à Constituição). Ainda assim, não vejo esse ‘toma lá dá cá de atualmente’, explica o cientista político.

Governabilidade

Nos corredores do Congresso, o PSL é hoje comparado com o PT de Luiz Inácio Lula da Silva em 2006 — o auge da sigla em questão de governabilidade e capital

Luis Macedo/Câmara dos Deputados - 3/10/18

**De nanico a gigante em poucos meses, o PSL termina 2018 com 52 deputados e quatro senadores eleitos**

político, segundo especialistas. Professores explicam que, por regra, o Legislativo não costuma fazer oposição ao Executivo nos primeiros seis meses de governo. Isso sinaliza a expectativa de uma pauta minimamente única entre os Poderes. "O presidente eleito precisa ter uma eficiente negociação com o Congresso para enfrentar essa divisão do país", detalha o professor Geraldo Tadeu, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Bolsonaro terá que tomar decisões difíceis e pressionar o Congresso a colaborar. Um desses desafios é "passar" a reforma da Previdência, escanteada desde o ano passado. Impopular principalmente entre os servi-

dores públicos, a medida poderá causar insatisfação de parte significativa do eleitorado do capitão reformado. "Falamos disso. A ideia é fazer o melhor para o país. Todas essas questões estão sendo pensadas com muita cautela", revela um dos assessores do presidente eleito.

Além de ter a segunda maior bancada da Câmara, o PSL terá, ainda, a maior fatia do Fundo Partidário entre todas as siglas em 2019. Cerca de R\$ 110 milhões — levando em conta o montante de R\$ 888,4 milhões estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O valor representa um aumento de 17 vezes mais do que o recebido pelo partido em 2017: R\$ 6,2 milhões.



O presidente eleito precisa ter uma eficiente negociação com o Congresso para enfrentar essa divisão do país"

Geraldo Tadeu,
professor na Universidade
do Estado do Rio de Janeiro

Nomes conhecidos

A junção das pastas da Fazenda e do Planejamento no Ministério da Economia, algo tentado no governo de Fernando Collor, é controversa. Para muitos, a Fazenda já é grande demais e a nova estrutura a ser criada ficará excessivamente pesada. Para outros, a vantagem estará na harmonia de decisões, evitando ruídos. Em um país que precisa fazer um rigoroso ajuste fiscal, a elaboração do Orçamento, principal atribuição do Planejamento, deve ser feita com participação detalhada do comandante da equipe econômica.

Entre as secretarias do Ministério da Fazenda, o novo governo pretende aproveitar vários dos nomes. Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional, provavelmente continuará no cargo. A ideia era manter também a secretaria executiva, Ana Paula Vescovi, segunda na hierarquia da pasta. Ela tem afirmado, porém, que está cansada de viajar entre Brasília e Vitória, onde vive a família.

Bancos

Para o Banco Central (BC), poderá ser mantido o atual presidente, Ilan Goldfajn. Ele tem emitido sinais, porém, de que pretende voltar a morar em São Paulo depois de dois anos no comando da instituição. Caso não permaneça, um nome com grandes chances de emplacar no cargo é o do economista Luiz Fernando Figueiredo, que foi diretor da Autoridade Monetária no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Figueiredo poderá também ser presidente do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Na semana passada, foi anunciada a saída do BB de Paulo Rogério Caffarelli, que ocupava o cargo desde o início do governo de Michel Temer. Foi escolhido para o cargo Marcelo Labuto, funcionário de carreira da instituição financeira. Mas não lhe foi dada qualquer garantia de que permanecerá no cargo com o novo governo. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um provável futuro comandante é Carlos da Costa. Ele foi diretor da casa com Paulo Rabelo de Castro, já no governo Temer. (PSP)

Um terço decidiu não escolher

» GABRIELA VINHAL

» ALESSANDRA AZEVEDO

Mais de 53 milhões de pessoas elegeram, ontem, Jair Bolsonaro (PSL) como Presidente da República. Das 147 milhões de pessoas que poderiam ir às urnas, 42,4 milhões de eleitores — cerca de um terço deles — não escolheram nenhum dos dois candidatos. A abstenção chegou a 21,30%; os votos brancos, a 2,14%; e os nulos, a 7,43% — mais de 30% dos votantes. Agora, com a maioria dos votos, o Congresso mais conservador da história e a bancada expressiva na Câmara, a governabilidade do capitão reformado deve ser alta. Resta saber, nas próximas semanas, se a equipe dele vai dar continuidade ao que está encaminhado pelo governo Temer ou se começará projetos do zero.

Esta é a primeira vez que votos inválidos passam de 30%. Essa ausência influenciou diretamente no rendimento do candidato petista, que, na reta final do período eleitoral, intensificou a campanha externa e convocou a militância para ir às ruas virar votos dos indecisos e nulos. Para o analista político, Creomar de Souza, o alto número de abstenções se dá pela polarização política, que expulsa os eleitores mais moderados. “As pessoas que não se sentiram alinhadas tomaram a decisão de desistirem. Quem saiu mais prejudicado foi o Haddad, que precisava reverter esses votos para tentar diminuir a distância”, destacou.

O segundo turno das eleições teve a maior abstenção desde 1998. Em 1994, quando o tucano Fernando Henrique Cardoso foi eleito no primeiro turno, a abstenção chegou a 29,3% do eleitorado. Na eleição seguinte, o índice caiu para 21,5%. Em 2002, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu pela primeira vez, o índice ficou abaixo de 17,7% no segundo turno. Na reeleição do petista, em 2006, foi registrado o menor índice do período, com 16,8% do eleitorado. Já na primeira gestão de Dilma Rousseff (PT), a taxa de abstenção ficou em 18,1%. Na reeleição da petista, alcançou 19,4% do eleitorado.

Já o total de votos nulos nestas eleições alcançou 7,4%, o maior registrado desde a redemocratização, em 1989. Se comparado com a segunda fase do pleito de 2014, houve um aumento de 60%, quando apenas 4,6% dos votos foram anulados. Os votos brancos, por sua vez, somaram 2,1% — 0,4% a mais que na última eleição. O estado que mais registrou votos nulos neste segundo turno foi Minas Gerais — um dos principais colégios eleitorais do país, seguido de São Paulo. No estado minei-

ro, 10,6% dos votos foram anulados. Em São Paulo, foram 10%. Em terceiro lugar, ficou Sergipe, com 9,5%, e Rio de Janeiro, com 9,1%. O Distrito Federal registrou 102.988 votos nulos, o equivalente a 6,1%.

Sem surpresas

A presidente do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), a ministra Rosa Weber, disse ontem que não se surpreendeu com os 21% de votos brancos e nulos, porque foi apenas 1% a mais que os registrados na primeira fase do pleito. “Nesse caso específico do segundo turno, em muitos estados, a única eleição que restou foi a presidencial. Porque, às vezes, desmobiliza a população,

sobretudo em função das pessoas que vivem no interior do país”, disse em coletiva de imprensa, após o resultado.

O PT venceu em todos os estados do Nordeste, no Pará e em Tocantins, enquanto Bolsonaro se elegeu no Acre, em Amapá, no Amazonas, no Distrito Federal, no Espírito Santo, em Goiás, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, no Paraná, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Rondônia, em Roraima, em Santa Catarina e em São Paulo. “Essa divisão de votos era esperada. Mas Bolsonaro usou estratégias precisas para um ponto fundamental: embora o Nordeste sempre fosse eleitor do PT, ele diminuiu essa diferença na maior parte dos

estados”, explicou o cientista político Creomar de Souza.

A diferença de votos entre os dois candidatos foi praticamente de 10 milhões de votos, o que dá a Bolsonaro espaço discursivo. Segundo Souza, as reformas prometidas pelo próximo presidente deverão ser discutidas ainda no primeiro semestre do ano que vem. Independentemente, terá que construir uma base congressional consistente, para conseguir os 308 votos necessários para as aprovações. “A primeira decisão do governo é decidir se aquilo vai dar continuidade às propostas que já estão encaminhadas no Congresso, ou se elabora outros textos para as reformas”, define Creomar.

Daniel Ramalho/AFP



Eleitora comparece a urna no Rio de Janeiro: campanha teve a maior abstenção desde 1998, com 21,3%

>> Análise da notícia

Mar de desconfiança

» VICENTE NUNES

Presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, do PSL, assumiu, em seu primeiro pronunciamento oficial, compromisso com a Constituição. Prometeu “recuperar” o país e recolocá-lo entre as grandes nações do mundo. Procurou passar esperança, sobretudo aos jovens, e se comprometeu a pacificar o país, perigosamente mergulhado em um clima de radicalização.

Mesmo com os quase 58 milhões de votos que recebeu no segundo turno das eleições, Bolsonaro é uma grande incógnita, principalmente diante dos problemas que o Brasil enfrenta. Há uma crise ética sem precedentes. Uma desconfiança enorme em relação aos políticos. E uma interminável crise econômica.

É na economia, porém, que o presidente eleito terá que centrar fogo. Por mais que os brasileiros que votaram nele tenham elegido o combate à corrupção como prioridade, se ele não conseguir retirar o país do atoleiro, da recessão profunda iniciada em 2014, dificilmente conseguirá atender às expectativas.

Os brasileiros, daqui por diante, vão cobrar uma reação forte da atividade econômica. Há quase 13 milhões de desempregados. Outros 14 milhões dizem que não ganham o suficiente para fechar as contas do mês. São os subempregados. Mais de 4,5 milhões de brasileiros simplesmente desistiram de procurar trabalho. São os desalentados.

O problema se agrava porque o governo não tem condições de promover políticas para incentivar a economia, pois está com as contas públicas em frangalhos. Entre 2008 e 2009, o então presidente Lula conseguiu enfrentar, com sucesso, o terremoto provocado pelo estouro da bolha imobiliária norte-americana justamente usando a folga de caixa para fazer o

que os especialistas chamam de política anticíclica.

Regra de ouro

Bolsonaro terá que lidar com um déficit público monstruoso. Quando tomar posse, já terá que enfrentar um rombo previsto de R\$ 139 bilhões. Além disso, há o risco de o governo descumprir a tal regra de ouro, que impede o Estado de se endividar para pagar gastos correntes, como salários de servidores e aposentadorias e pensões. Para não descumprir a regra de ouro, terá que arrumar mais de R\$ 250 bilhões.

A gravidade da situação fiscal está, inclusive, na base da desconfiança que atormenta o país. Sem perspectiva de melhora nas contas públicas, os investidores, que poderiam ampliar seus negócios para ofertar empregos, mantêm o pé no freio. Na melhor das hipóteses, as contas só voltarão ao azul em 2025.

O ponto crucial para a melhora das contas públicas é a reforma da Previdência. Sobre esse quesito, o capitão reformado do Exército mudou o discurso várias vezes. Primeiro, defendeu as mudanças e jogou a culpa pelo déficit do sistema previdenciário no colo dos servidores públicos, chamados por ele de “marajás”. Depois, disse que a reforma não era tão urgente. Agora, já cogita encampar o projeto que o presidente Michel Temer enviou ao Congresso.

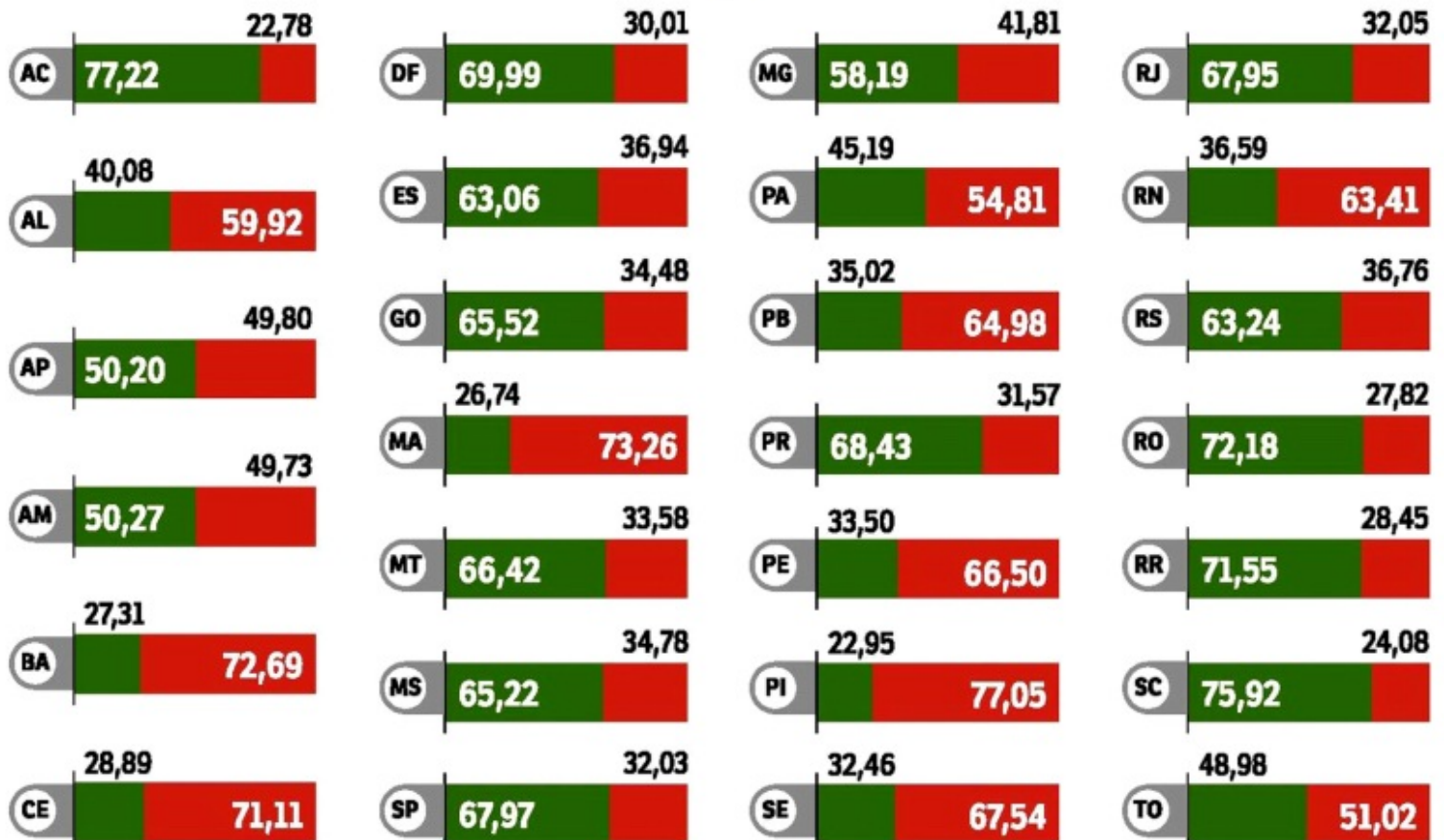
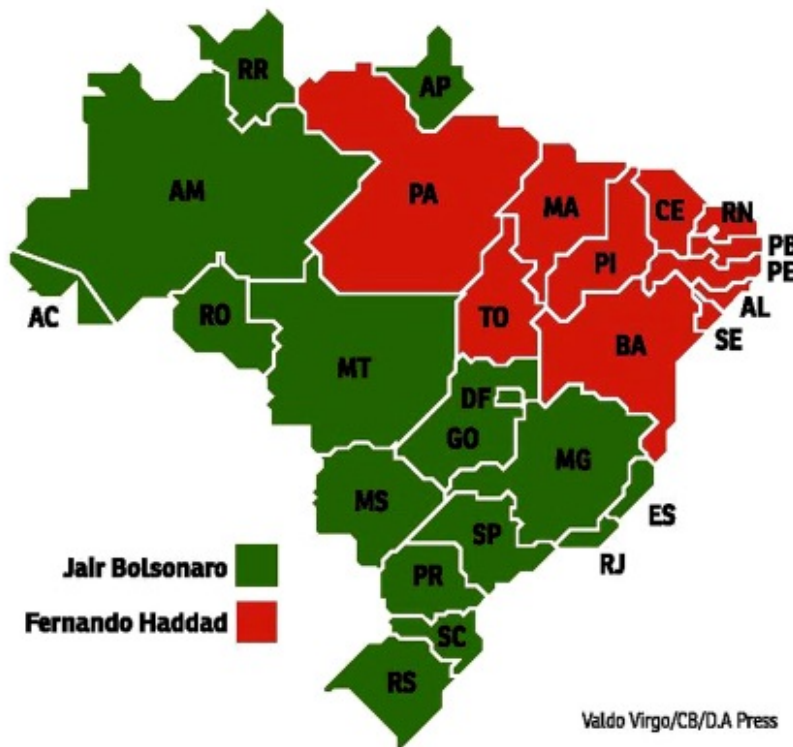
Ou seja, a euforia que se viu entre os eleitores depois da confirmação da vitória de Bolsonaro sobre Fernando Haddad (PT) aos poucos se transformará em desconfiança se as tão propaladas mudanças não vierem no ritmo da ansiedade do país. Por esse prisma, o presidente eleito ainda é uma grande incógnita. Assim, quanto mais rápido divulgar sua equipe econômica e explicitar que caminho seguirá na economia, menor será a chance de errar.



AS ESCOLHAS ESTADUAIS

Confira como cada estado votou na eleição presidencial

Em %



Forças Armadas com prestígio

» SIMONE KAFRUNI

Como o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) sinalizou, durante a campanha, que terá vários militares no seu ministério — ele próprio é capitão reformado e seu vice, general —, as Forças Armadas vão ganhar protagonismo no futuro governo nunca visto no período democrático do país. Não que isso, necessariamente, agrade ao alto-comando. Integrantes do Exército tentaram blindar a imagem da instituição, descolando-a da de Bolsonaro, por temerem perder a confiança da população num eventual fracasso do novo governo.

Apesar de ser capitão, o presidente será o comandante supremo das Forças Armadas. No núcleo da Defesa, no entanto, a expectativa é de que a corporação continuará prestando o serviço de contribuir com a expertise na engenharia, ciência e tecnologia, e de manter as missões operacionais. “A instituição tem credibilidade junto à população. Leva água para 4 milhões de nordestinos, atende à saúde na Amazônia. E a geração que foi formada vem de outro ambiente, mais conciliador. Não há espaço para os militares participarem de um regime totalitário. Esse risco é inexistente”, assegura um alto-comandante do Exército.

Nos bastidores, há consciência de que o candidato de certa maneira surfou no prestígio que as

Forças Armadas conquistaram. “Houve uma transferência de votos para Bolsonaro, mas não queremos a responsabilidade de estar junto”, garante um militar da Marinha. Segundo ele, a força quer exercer seu papel constitucional, “sem interesse, estratégia ou projeto de assumir uma gestão” no governo federal. “Existem oficiais da reserva, que, como cidadãos, participarão do governo. Se alguém da ativa for escolhido, pode pedir licença por dois anos. Se passar disso, é transferido automaticamente para a reserva”, explica.

Na opinião dos integrantes do alto-comando, a margem apertada de diferença de votos também vai obrigar o capitão reformado a dialogar mais, sem espaço para decisões autoritárias. Os especialistas, contudo, têm opiniões diferentes sobre o papel das Forças Armadas no próximo governo.

Para Arthur Trindade, ex-secretário de segurança do Distrito Federal e ex-militar, é necessário entender as Forças Armadas como corporação, instituição e grupo social. “São coisas distintas. Como grupo social, os militares vão ocupar muitos cargos no governo, porque é um governo vazio. Não é culpa do Bolsonaro. Os partidos não têm quadros para mobiliar uma máquina”, ressalta.

Nesse aspecto, Trindade diz que a expertise militar pode contribuir muito para pastas na área de infraestrutura. “Agora, vai causar mal-estar, porque não tem vaga para todo mundo. Isso pode gerar atrito interno”, diz.

Enquanto instituição, ressalta o especialista, o Exército conquistou um prestígio social a que não se assistia desde a década de 1970. “Isso está preocupando os militares, mas eles deixaram o Bolsonaro colar demais. A instituição pode estar sendo posta em risco, porque tudo de ruim que ocorrer vai para a conta dos militares também. E o alto-comando está pessimista quanto ao governo do Bolsonaro em termos econômicos”, analisa. Apesar disso, Trindade avalia que as forças não foram enfáticas em cobrar que o Bolsonaro não os representa. “Serão cinco generais no governo. Daqui a um ano vai ter mais de 200 militares e vai ficar cada vez mais difícil desvincular a instituição. Ainda no quesito institucional, o maior drama é quem ocupará o cargo de comandante do Exército com o general Augusto Heleno como ministro da Defesa e homem mais poderoso da República?”, indaga.

Outra agenda de atrito é a corporativa. “A reforma da Previdência



O Brasil de hoje não é o da década de 1964. Ele não está sendo eleito para ser ditador, e sim para ser presidente com todas as oportunidades e limitações que isso significa"

Sérgio Praça, professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

pode elevar a idade mínima dos militares. Se não incluir militares e policiais militares, que interessa para os governadores, não vai ter reforma, não vai servir para nada, e Bolsonaro sinaliza manter os privilégios", assinala. Por último, Trindade ressalta que o presidente eleito não tem nada a dizer sobre a polícia, porque suas pautas são legislativas (desarmamento, redução da maioria penal). Ou seja, vai continuar a pipocar greve e ele terá de colocar o Exército cada vez mais dentro da Segurança Pública", argumenta.

Alinhamento

Leandro Consentino, cientista político e professor do Insper, explica que, constitucionalmente, nada muda. "A Constituição de

1988 diz que o poder das Forças Armadas deve se submeter ao poder civil. Não importa se quem entrar tenha maior alinhamento ou não com a caserna. Agora, politicamente, os militares terão mais voz e mais recursos", aposta. "A carreira como deputado mostrou projetos corporativistas, com objetivo de dar dotação maior para as categorias militares e forças de segurança", lembra. Consentino ressalta que o presidente, mesmo integrante das Forças Armadas, terá que respeitar as regras do jogo democrático. "O que pode haver é assédio à Constituição ou tensão das relações com os outros poderes", diz.

Na opinião de Cristiano Noronha, analista político da Arko Advice, as Forças Armadas vão ganhar protagonismo por estarem

na base eleitoral do presidente eleito. "A maior participação de militares com influência em políticas públicas não é necessariamente ruim, é uma mudança", destaca. Para o especialista, a campanha é um momento inflamado, de afirmações mais radicais que, depois da eleição, não se confirmam. "Se houver excessos, serão contidos, não só pelo Congresso mas pelo Judiciário. Nossa democracia não corre risco", opina.

Organização

O professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC) Sérgio Praça destaca que as Forças Armadas terão o papel de tomar conta do Bolsonaro, vigiar o presidente, moderar algumas posições dele e organizar o governo. "A marca mais forte dele é o amadorismo e os militares se destacam pelo profissionalismo. É um paradoxo, porque ele é ex-militar. Mas a campanha é desorganizada, não tem um porta-voz definido. Os filhos falam livremente, Paulo Guedes diz uma coisa, Bolsonaro outra, e o Mourão outra. Não

há uma coordenação”, observa.

O professor descarta a possibilidade de um regime mais autoritário usando o apoio das Forças Armadas. “O Brasil de hoje não é o da década de 1964. Ele não está sendo eleito para ser ditador, e sim para ser presidente com todas as oportunidades e limitações que isso significa”, diz. Praça ressalta que, apesar do poder, como presidente, terá que lidar com Legislativo, com o Supremo Tribunal Federal, com governadores, prefeitos e com a mídia. “É mais fácil os militares usarem dele do que o contrário. É muita ingenuidade comprar briga com essa instituição”, pontua.

No entender do cientista político André Felipe Rosa, há um folclore muito grande com relação aos militares com base no que ocorreu em 1964. “Isso foi em outro momento. Não acredito em ditadura, nem censura. Apenas que os militares vão ter mais voz. Antes eram escondidos pelos presidentes. Como Bolsonaro é capitão subjetivamente resgatará a credibilidade da corporação”, argumenta. Na reforma da Previdência, Rosa aposta que Bolsonaro não vai mexer na aposentadoria de militares e policiais. “São a base política dele. Se mexer, perde”, calcula.

Um governo totalitário não é descartado pela cientista política Maria Helena de Castro Santos, professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). “Vivi o re-

gime militar, sei o que é viver sob um governo totalitário. Havia essa mistura de militares na política. Mas a Constituição determina que a função das Forças Armadas é a defesa da pátria, garantia dos poderes constituídos e por iniciativa de qualquer dos poderes de garantia da lei e da ordem. Ou seja, agora só podem atuar se forem chamadas”, alerta.

O temor da professora é que Bolsonaro tem dado sinalizações de que vai chamá-las. “Primeiro lugar, está dizendo que terá cinco militares como ministros. Na democracia, se estabelece o controle de civis aos militares. Como vai colocar militares no primeiro escalão, quem sabe segundo e terceiro, isso já ameaça a democracia”, ressalta. Para a especialista, mesmo que haja golpe militar e tanques nas ruas, as autoridades eleitas democraticamente podem introduzir modificações antidemocráticas nas leis, nas portarias, nas normas. “Pode começar com pequenos atentados à liberdade”, diz. O lado positivo, no entender de Maria Helena, é que as Forças Armadas sofreram uma mudança geracional muito importante e apenas o alto-comando, ou seja, os mais velhos, mantêm o ranço contra o que “ainda chamam de comunistas”.

José Varella/CB/D.A Press - 18/4/07



O comandante do Exército, general Augusto Heleno, foi confirmado como ministro da Defesa na administração de Jair Bolsonaro

Votação sem sustos em todo o Brasil

» ALESSANDRA AZEVEDO

» GABRIELA VINHAL

A autoavaliação da Justiça Eleitoral, ao fim do segundo turno, foi de dever cumprido e bem feito. As eleições ocorreram, nas palavras da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, “dentro da mais absoluta normalidade”, com “intercorrências próprias e esperadas do processo eleitoral em um país com dimensões continentais”.

Nenhum candidato foi preso ontem, pelos registros do TSE. No primeiro turno, houve cinco prisões de candidatos. Entre não candidatos, houve 480 ocorrências, sendo que 236 delas resultaram em prisão — 92 a mais que no primeiro turno. Weber também afirmou que 4.658 urnas foram substituídas, o que equivale a 0,9% do total. “Ligeiramente superior ao montante do primeiro turno, de

4.099”, ressaltou a ministra. Além disso, quatro municípios tiveram votações manuais.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, também parabenizou o trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral, que, segundo ele, foi vítima de “ataques injustos e mentirosos”. O ministro afirmou que nenhum advogado que atua na Corte, por nenhum candidato, “jamais contestou a integridade das urnas eletrônicas”. No mesmo sentido, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, destacou o fato de que, na segunda fase do pleito, não houve denúncias de fake news que buscassem “denegrir o sistema eletrônico das urnas”.

Ainda assim, as notícias falsas foram um obstáculo ao longo das campanhas. “A questão das fake news se revelou bastante complexa e de difícil equacionamento”, ponderou Rosa Weber.

Evaristo Sa/AFP - 7/10/18



(A eleição ocorreu) dentro da mais absoluta normalidade, com intercorrências próprias e esperadas do processo eleitoral em um país com dimensões continentais"

Rosa Weber,
presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Segundo ela, o lado positivo foi "termos, pelo menos, refletido e estudado novas formas de combate". Para o vice-presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, trata-se de um problema mundial, sem "solução pré-pronta na prateleira jurídica".

Constituição

Nos discursos, Toffoli e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, lembraram que o presidente e o vice-presidente da República devem fidelidade à Constituição. O presidente

do STF fez um apelo: "É preciso respeitar aqueles que não lograram êxito em se eleger e também a oposição política que se formará. É momento de união, é momento de serenidade e de combate a qualquer tipo de radicalismo".

Toffoli também afirmou que o momento é de formar "um grande pacto nacional" na busca por reformas fundamentais. "Destaco três: reforma previdenciária, reforma tributária fiscal e a continuidade do trabalho feito na área de segurança pública", listou.

O PT examina o seu futuro

» CAMILLA VENOSA
ESPECIAL PARA O CORREIO
» ROSANA HESSEL

Após se confirmar nas urnas, a derrota de Fernando Haddad (PT) aponta um novo cenário para o futuro do Partido dos Trabalhadores, que alcançou 44,7% dos votos válidos, contra 55,3% de Jair Bolsonaro (PSL). O PT, que ocupou a Presidência da República por mais de 13 anos, viu sua forte militância e sua força social, comandadas por Lula, sofrerem desgastes com os escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários ligados à legenda. Analistas acreditam que o partido deverá passar por uma reformulação, aprofundando mudanças iniciadas após o impeachment de Dilma Rousseff, como o afastamento de filiados investigados na Operação Lava-Jato e o investimento em lideranças que tenham bom diálogo com a sociedade.

Fernando Haddad, por exemplo, é cotado para assumir um cargo de relevância na sigla e ficará como reserva técnica para 2022. Caso não surja no PT um candidato com perfil mais adequado para lutar pelo Planalto, daqui a quatro anos, o professor universitário poderá tentar uma nova campanha. Para um especialista que acompanha de perto os bastidores petistas, só depois das próximas disputas municipais será definido o perfil do presidencial de 2022. "O partido só terá condições objetivas de saber

suas chances de vencer as próximas eleições para presidente depois das municipais de 2020", afirmou o especialista, que não quis se identificar.

A partir de hoje, o PT começa o processo de construção da oposição ao governo Bolsonaro. Por ter recebido mais de 47 milhões de votos, a sigla sai das urnas com força para liderar o bloco, mesmo tendo sido derrotada. Mas, para garantir a hegemonia no campo oposicionista, será necessário sair do isolamento criado no primeiro turno em relação a outros partidos, como o PDT, de Ciro Gomes. Para Leandro Consentino, cientista político do Insper, o partido terá de reconquistar aliados, se quiser comandar a frente contra o novo presidente. "O PT tem a pretensão de liderar a oposição, mas acabou desagradando muitos partidos da esquerda ao defender mais uma vitória do próprio PT do que uma vitória da esquerda", explica o professor.

A Câmara dos Deputados é outra questão relevante para as alianças do partido, que ficou apenas com o PCdoB. O aliado de esquerda elegeu nove parlamentares, mas não atingiu o percentual de votos exigido pela cláusula de desempenho e poderá ficar limitado em sua atuação no Congresso. Por isso, é essencial para o PT restabelecer articulações com as forças ideologicamente próximas. De acordo com a professora titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas Rachel Meneguello, caberá à legenda de Haddad negociar acordos



O PT tem a pretensão de liderar a oposição, mas acabou desagradando muitos partidos da esquerda

Leandro Consentino, cientista político do Insper

para fortalecer suas posições. "Se o PT será a ponta da articulação da esquerda, terá de falar com todos os partidos. Dá para saber que haverá uma maioria de centro e de direita. Então, o partido terá de fortalecer alianças", comenta Meneguello.

Volta às origens

Na avaliação do economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), o PT, que elegeu a maior bancada na Câmara, com 56 integrantes, voltará às origens, o que pode ajudar a pôr freio a possíveis medidas autoritárias que possam vir da maioria governista. "O PT se mostrou um mau gestor, pois a crise fiscal é resultado da má administração de seus governos. Mas ele sempre foi um bom partido na oposição, pois fiscalizava quem es-

tava na situação", comparou.

Especialistas acreditam que, dependendo da matéria em tramitação no Congresso, o partido pode até buscar alianças informais com antigos adversários. O PT procurará assumir o papel de oposição consistente, mas poderá encontrar reforços condicionados ao tema em votação — por exemplo, com o PSDB, que tem parlamentares das alas democrática e conservadora. A professora Rachel Meneguello acredita que assuntos que remetem a grandes conquistas nacionais devem ser pauta comum entre antigos rivais. "Para algumas questões que fazem parte da história do PT e do PSDB, como a Constituição e a democracia, eles podem criar alianças, mas tudo vai depender de quem vai fazer essa articulação e da importância da matéria", diz. Mesmo com a derrota na disputa presidencial, o PT saiu melhor das eleições do que os rivais tucanos, considerados entre os maiores perdedores, mesmo com a vitória de João Dória (PSDB) no governo de São Paulo.

Alguns integrantes da legenda acreditam que, para caminhar para o futuro, o Partido dos Trabalhadores deverá assumir mudanças significativas. Segundo eles, a primeira medida seria demonstrar que mudou os paradigmas éticos e morais, ao não colocar no governo pessoas associadas à corrupção, inclusive o ex-presidente Lula, sua maior liderança. Outro ponto citado por círculos do partido é assumir a necessidade de reformas sem afetar os mais vulneráveis.

Nelson Almeida / AFP



Decepção entre simpatizantes petistas com a derrota na eleição presidencial: partido busca novas lideranças para o caminho até 2022

Os famosos se dividem nas redes

Após as urnas confirmarem a eleição de Jair Bolsonaro, alguns famosos e influenciadores foram às redes sociais opinar sobre o resultado do segundo turno. Nos últimos dias, muitos deles tinham se manifestado pelas redes e escolhido um lado para defender na reta final.

O cantor sertanejo Eduardo Costa destacou a campanha que fez para o presidente eleito e celebrou a vitória do capitão reformado do Exército. "Comecei sozinho, três anos atrás, tomei muita pancada, mas não me arrependo de nada, graças a Deus. Meu partido é o Brasil", escreveu.

Do lado oposto, a cantora Plablló Vittar postou a foto de um arco-íris acompanhada da frase "eu resisto". Outra personalidade da música que manifestou indignação com os resultados foi Marcelo D2. O cantor de rap, que chegou a discutir com o candidato vitorioso pelo Twitter, durante a campanha, se disse exausto. "Nunca me senti assim. Vi gente que admirava virar bundão e pôr o dinheiro na frente de valores básicos...Nunca me senti tão mal na minha vida", desabafou.

A atriz Regina Duarte, que fez campanha para o candidato

do PSL, celebrou a conquista. Regina chegou a postar 16 vezes no Instagram sobre o assunto. Em uma delas, agradeceu a Bolsonaro: "Minha gratidão por seu patriotismo e votos de saúde, paz e muito amor no seio de sua família". O humorista Danilo Gentili postou uma foto onde aparece em um "enterro" do PT e comentou: "Noite de velório aqui".

Na área do esporte, o jogador do Tottenham Lucas Moura já havia declarado o voto em Bolsonaro e comemorou o resultado: "Que seja o início de um novo tempo e que, final-

mente, o nosso país comece a caminhar rumo a uma nação justa, honesta e próspera". O ex-piloto de Fórmula 1 Felipe Massa parabenizou o presidente eleito e repetiu o slogan de campanha: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos".

O youtuber Felipe Neto, que recentemente declarou voto em Fernando Haddad, classificou a votação do segundo como "um dos dias mais tristes" da história do Brasil. "O dia em que a extrema direita voltou ao poder. Boa sorte a todos nós. A intolerância e o radicalismo venceram", declarou pelo Twitter.



A eleição de Jair Bolsonaro ganhou destaque nas publicações on-line, que ressaltaram a polarização da sociedade brasileira, expressa nas urnas. Editoriais e artigos expuseram preocupação com a estabilidade da democracia no país

Mundo apreensivo com o Brasil

» PALOMA OLIVETO

Foi com pessimismo e apreensão que a imprensa internacional estampou a vitória de Jair Bolsonaro (PSL). “Um populista de extrema-direita, pró-tortura e pró-armas foi eleito o próximo presidente do Brasil”, apontou o inglês *The Guardian*, dizendo que o resultado “surgiu de eleições dramáticas e com muita divisão, que parecem transformar radicalmente o futuro da quarta maior democracia do mundo”. Na seção de opinião, o jornal divulgou um manifesto assinado por acadêmicos e intelectuais da Association Autres Brésils, destacando que “as ideias de Bolsonaro representam uma ameaça mortal para a liberdade, para os direitos fundamentais, para a obtenção de qualquer equilíbrio da Terra face às mudanças climáticas e para a jovem democracia do Brasil”.

O *The New York Times* afirmou que “muitos brasileiros veem tendências autoritárias no Sr. Bolsonaro, que planeja colocar líderes militares nos principais postos e disse que não aceitaria o resultado se perdesse”. O jornal norte-americano lembrou que o presidente eleito ameaçou “lidar com adversários políticos dando a eles a escolha de extermínio ou exílio”. Há uma semana, em editorial, a publicação afirmou que “a escolha é para os brasileiros fazerem. Mas é um dia triste para a democracia quando a desordem e o desapontamento levam os eleitores à distração e abrem a porta para populistas ofensivos, cruéis e fascínoras”. O mesmo jornal publicou um artigo assinado pelo compositor Caetano

Veloso. “Se o Sr. Bolsonaro vencer essa eleição, os brasileiros podem esperar uma onda de medo e ódio”, pontuou o artista.

O espanhol *El País*, que no sábado se manifestou em editorial dizendo que “Bolsonaro não é a solução”, afirmou ontem que “brancos e ricos” foram a chave para a eleição do militar. O jornal destacou que, “ao longo do último mês, esse ex-militar saudoso da ditadura não apenas se dedicou a demonizar perigosamente os adversários políticos, pintando-os como ‘delinquentes’”, como “não teve dúvidas em promover um discurso de ódio contra mulheres e minorias, que constituem a metade da população”.

Ao dedicar a manchete do site à vitória de Bolsonaro, o francês *Le Monde* disse que “Jair Bolsonaro, militar reformado, às vezes rude, às vezes racista e homofóbico, incorpora o candidato ‘antissistema’. Ele é apelidado de ‘Trump dos Trópicos’. O ataque que sofreu na rua, em 6 de setembro, foi um ponto de virada na campanha”. Em um editorial, na semana passada, o jornal disse que “a questão fundamental desta eleição brasileira é, pura e simplesmente, a sobrevivência de um regime democrático em um continente onde sua fragilidade é histórica”.

O *Clarín*, da vizinha Argentina, afirmou que a eleição do militar leva insegurança aos empresários do Mercosul. Em um artigo, o jornal disse que a vitória é “o início de um novo ciclo na América do Sul desde a inauguração da democracia na região”. Lembrando que “o Brasil é e será o sócio especial e principal da Argentina, em termos diplomáticos e comerciais”, o texto afirma que a ali-

Gregg Newton/AFP



Brasileiros votam em Orlando, na Flórida, uma das concentrações de brasileiros nos EUA: disputa pelo Planalto atraiu as atenções no exterior



O resultado (da eleição presidencial no Brasil) surgiu de eleições dramáticas, que parecem transformar radicalmente o futuro da quarta maior democracia do mundo"

*The Guardian,
jornal britânico*

ança estratégica entre as duas nações deve se manter. "Os desafios que se colocam no futuro entre Buenos Aires e Brasília são numerosos e, provavelmente, vão requerer um amplo e profundo gerenciamento diplomático para fortalecer e aprofundar a convergência de interesses".

O *Público*, de Portugal, disse em artigo que "o resultado eleitoral não provocou sobressalto ou entusiasmo: é como se o país,

por antecipação, já estivesse acostumado ao que o espera". "A ideia de espaço público foi totalmente aniquilada: Bolsonaro não responde a perguntas de jornalistas, a não ser em entrevistas previamente combinadas com órgãos de informação que sejam do seu agrado. Também não participa em debates e sequer se preocupa em arranjar pretextos plausíveis ou coerentes para não o fazer."

Força também nos estados

» INGRID SOARES
» LUCAS VALENÇA
ESPECIAIS PARA O CORREIO
» VERA BATISTA

A campanha do presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, elevou o PSL a outro patamar. Em 2014, o partido não elegeu nenhum governador. Em contrapartida, nessas eleições, a legenda teve o melhor desempenho positivo. Dos três candidatos que disputavam o segundo turno dos governos estaduais, todos foram eleitos. Em âmbito nacional, uma diversidade maior de partidos vai ocupar os palácios dos estados. O PT, segundo colocado na eleição presidencial, lidera com quatro eleitos.

Além da expressiva bancada no Congresso, Bolsonaro conseguiu elevar a representatividade do PSL nos estados e chegou ontem a eleger os governadores Antônio Denarium (RR); Coronel Marcos Rocha (RO) e Comandante Moisés (SC). O PT e o PSDB, que durante muito tempo duelaram pelo Palácio Planalto, perderam estados. Com quatro eleitos — Rui Costa (BA), Camilo Santana (CE), Wellington Dias (PI) e Fátima Bezerra (RN) —, os petistas diminuíram um. Os tucanos, que elegeram três (João Doria/SP, Eduardo Leite/RS e Reinaldo Azevedo/MS), perderam dois.

Enfraquecido nessas eleições, o maior partido do país, o MDB, sofreu a maior derrota no mapa dos governadores. Em 2014 foram sete. Este ano, a legenda emplacou Renan Filho (AL), Helder Barbalho (PA) e Ibaneis Rocha (DF). O Democratas, que no pleito anterior não elegeu nenhum governador, passou a ter dois representantes eleitos: Mauro Mendes (Mato Grosso) e Ronaldo Caiado

Guilherme Hahn/Diário Catarinense/Agência RBS/Folhapress



Em Santa Catarina, Comandante Moisés foi um dos três candidatos do PSL a conseguir ser eleito governador

(Goiás). Enquanto isso, o recém-criado Novo fez Romeu Zema governador em Minas Gerais, com expressiva votação. Por fim, o PSB manteve o número do pleito anterior, com Paulo Câmara (PE), Renato Casagrande (ES) e João Azevedo (PB).

Como no Congresso

Nos cálculos do cientista político Jorge Mizaél, da Consulto-

ria Metapolítica, Bolsonaro teve alianças confirmadas em oito estados, acenos não consolidados em 12, e rejeição em seis. "É o mesmo desenho que se viu no Congresso Nacional, onde o principal opositor, o PT, fez 56 cadeiras e o PSL, de Jair Bolsonaro, 52", acredita. Na análise de Mizaél, os estados que apoiam Jair Bolsonaro são: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas, Rio de Janeiro, Santa Catari-

na, Rondônia e Roraima. No entanto, o Amapá, Tocantins, Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte demandarão um maior esforço do presidente.

Na prática, de acordo com Thiago Vidal, gerente de análise política da Prospectiva Consultoria, Bolsonaro vai encarar duas dicotomias. A primeira é conciliar o pensamento liberal do seu futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, com o nacional

desenvolvimentismo dos militares. “E a segunda é deixar de lado a ingênua ruptura assumida diante do sistema político, prometida aos eleitores, e conversar com o Congresso. Mas essa disposição de não se aliar, apontada durante a campanha, só demonstra desconhecimento da legislação”, destacou Vidal.

Essa negociação, explica Vidal, não é de todo ruim. Para ele, a centralização do poder leva a

riscos extremos, sendo importante conciliar interesses com o Legislativo. “Até porque o PSL de Bolsonaro, a rigor, ganhou mesmo em três estados. O PT, embora derrotado, sai fortalecido com governadores do Nordeste muito mais fortes do que os que estão do lado do vencedor e será a principal voz da oposição. Também elegeu a maior bancada da Câmara e vários senadores”, lembra.

Os eleitos

1º turno

Camilo Santana (PT)	Ceará
Wellington Dias (PT)	Piauí
Rui Costa (PT)	Bahia
Renan Filho (MDB)	Alagoas
Flávio Dino (PCdoB)	Maranhão
João Azevêdo (PSB)	Paraíba
Paulo Câmara (PSB)	Pernambuco
Mauro Carlesse (PHS)	Tocantins
Gladson Cameli (PP)	Acre
Ronaldo Caiado (DEM)	Goiás
Renato Casagrande (PSB)	Espírito Santo
Ratinho Júnior (PSD)	Paraná
Mauro Mendes (DEM)	Mato Grosso

2º turno

João Doria (PSDB)	São Paulo
Wilson Witzel (PSC)	Rio de Janeiro
Romeu Zema (Novo)	Minas Gerais
Eduardo Leite (PSDB)	Rio Grande do Sul
Comandante Moisés (PSL)	Santa Catarina
Ibaneis Rocha (MDB)	Distrito Federal
Reinaldo Azambuja (PSDB)	Mato Grosso do Sul
Wilson Lima (PSC)	Amazonas
Fátima Bezerra (PT)	Rio Grande do Norte
Belivaldo (PSD)	Sergipe
Helder Barbalho (MDB)	Pará
Waldez (PDT)	Amapá
Coronel Marcos Rocha (PSL)	Rondônia
Antonio Denarium (PSL)	Roraima

Goiás elege cinco prefeitos

» OTÁVIO AUGUSTO

Com 25.740 votos, cinco novos prefeitos foram eleitos em Goiás ontem. Eleições suplementares ocorreram após os então administradores terem seus mandatos cassados pelo crime de captação ilícita de sufrágio, que veda qualquer tipo de doação, promessa ou vantagem pessoal ao eleitor em troca do voto. Os partidos MDB, PTC, PRB e Solidariedade elegeram chefes para o Executivo municipal de cada uma das cidades.

Em Planaltina de Goiás, Eles Reis (PTC) recebeu 16.986 votos e foi conduzido à prefeitura da cidade com 43,76% do eleitorado. O município teve eleições suplementares após o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO) cassar o mandato do prefeito David Al-

ves Teixeira Lima (PR), e de sua vice, Maria Aparecida dos Santos (Pros), por compra de votos. Eles sequer assumiram o cargo.

O pleito mais curioso ocorreu em Serranópolis, distante 580km de Brasília, no sul do estado. Lá, o candidato do MDB, Tarcio Dutra, foi eleito com 3.432 votos. A candidatura do emedebista se tornou a única registrada para a eleição suplementar. Ele ganhou com 78,28% dos votos. Ao todo, segundo o TRE-GO, 25,93% dos eleitores se abstiveram, 208 votaram branco e 744, nulo.

Em Davinópolis, no noroeste goiano, a disputa começou com a prisão de três pessoas em flagrante por distribuição de pesquisa eleitoral falsa. Em depoimento, os acusados disseram ter recebido uma grande quantia em dinheiro para fazer a divul-

gação. Lá, Diogo Rosa (MDB) acabou eleito com 1.450 votos, 54,17% do eleitorado.

Exceto à situação de Serranópolis, onde o pleito contou com apenas uma candidatura, Dr. Charley Tolentino (PRB) alcançou o maior percentual entre os municípios goianos: 57,27%. Com 2.064 votos, ele foi conduzido à prefeitura de Divinópolis de Goiás. A votação para prefeito na cidade teve 14,25% de abstenção. De acordo com dados do TRE-GO, 18 eleitores da cidade votaram em branco e 206 anularam a escolha.

Crise em São Paulo

Um dos casos mais emblemáticos entre as cidades que tiveram que escolher um novo prefeito foi o de Mongaguá, no litoral sul de

São Paulo. A cidade vive uma crise no Executivo. O prefeito Artur Parada Prócida (PSDB) e seu vice, Márcio Melo Gomes (PSDB), deixaram os cargos após suspeitas de envolvimento com corrupção na área da educação.

Novas eleições vieram, mas o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) decidiu que o resultado não será divulgado e o vencedor do pleito não receberá o diploma imediatamente. A reviravolta ocorre após o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, determinar na quinta-feira, em medida cautelar, que a Câmara de Mongaguá faça cumprir a decisão liminar que mantém o ex-vice-prefeito como chefe do Executivo local.

Márcio Melo, no entanto, ainda não conseguiu reassumir o cargo. O pleito de ontem "ainda

terá sua eficácia analisada em momento oportuno e em consonância com o desenrolar das questões jurídicas controvertidas e liminarmente apreciadas”, explicou o TRE-SP, em nota.

Outros estados

Ao todo, 19 cidades de nove estados elegeram prefeitos em eleições suplementares. A escolha dos chefes dos Executivos municipais ocorre após casos de condenação eleitoral ou criminal, abuso de poder político, compra de votos ou cassação de mandato. Quem causou a nulidade da eleição não pode concorrer. Além de Goiás, Ceará, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Maranhão elegeram novos prefeitos e vices. A gestão municipal nessas cidades ficou por conta dos presidentes das Câmaras de Vereadores. Para assumirem os cargos, os políticos ainda precisam ser diplomados.

>> Vitoriosos

Veja prefeitos eleitos ontem em Goiás

Nome	Cidade
Eles Reis (PTC)	Planaltina de Goiás
Diogo (MDB)	Davinópolis
Dr. Charley Tolentino (PRB)	Divinópolis
Tárcio Dutra (MDB)	Serranópolis
Siron Queiroz (Solidariedade)	Turvelândia
Fonte: TSE	

O CAMINHO DOS ESTADOS

Confira o desempenho dos partidos nos governos estaduais desde 2010

O quadro em 2010



O quadro em 2014



O quadro em 2018



Waldo Virga/CB/DA Press

PSDB se mantém com Doria

» MURILO FAGUNDES*

Cada voto foi decisivo para a eleição de João Doria (PSDB) para o cargo de governador de São Paulo, o maior colégio eleitoral do Brasil. Depois de aparecer empatado, dentro da margem de erro, com Marcio França (PSB), nas mais recentes pesquisas, o ex-prefeito da capital reverteu a tendência de queda e obteve uma vitória com 741 mil votos de diferença. Com a eleição de Doria, o partido de Geraldo Alckmin terá pela frente uma gestão abalada pela ruptura interna protagonizada por ex-prefeitos. Há 24 anos, os tucanos conservam a hegemonia à frente do Palácio dos Bandeirantes. Doria obteve 10.990.350 votos válidos (51,75%), enquanto França teve 10.248.740 (48,25%).

O governador eleito enfrentou uma campanha eleitoral envolta em polêmicas. Na capital, onde foi eleito prefeito e prometeu cumprir o mandato de quatro anos, foi chamado de traidor por grande parte do eleitorado. O empresário também foi alvo de um vídeo, divulgado nas redes sociais, no qual ele supostamente aparece em ato sexual com cinco mulheres. Os escândalos não pararam Doria, que foi proibido de usar o slogan "Acelera SP" durante a campanha.

O tucano, que se define como gestor, demonstrou confiança depois de conquistado o apoio da maioria dos parlamentares eleitos pelo PSL, partido do presidente eleito Jair Bolsonaro. Também apostou na fama de outsider, apoiado pelas carreiras de apresentador de televisão e de empresário. O atual governador Marcio França, que contou com apoio do senador eleito Major Olímpio, pregou a renovação partidária. O discurso orgulhoso de

"político experiente", no entanto, não funcionou.

Entre os apoiadores de Doria, Joice Hasselmann (PSL) — a deputada federal mais bem votada do Brasil e eleita por São Paulo — foi peça-chave. Ela acompanhou Doria à seção eleitoral, na manhã de ontem, e apareceu em vídeos e em entrevistas, depois da vitória. "Eu vou ser a ponte entre o João e o Bolsonaro", disse. Doria também telefonou para parabenizar o presidente eleito. "Vamos juntos", afirmou ao capitão reformado.

"Bolsonaro vai governar para todo o Brasil. E eu vou governar para todos de São Paulo. Vamos gerar mais emprego, desenvolvimento, atrair investidores internacionais, fazer com que as pessoas voltem a sentir felicidade e alegria de viver no Brasil", declarou Doria, visivelmente emocionado, em discurso transmitido pelas redes sociais. Assim como fez Bolsonaro, ele conversou com os seguidores da internet, antes de falar aos jornalistas. O perfil marqueteiro e inovador da campanha do tucano foi impulsionado pela plataforma virtual.

O perfil de outsider no meio político foi reanimado por Doria na campanha de 2016, quando se candidatou a prefeito de São Paulo. Impulsionado pelo movimento antipetista, ele foi eleito, de forma inédita, em primeiro turno. O tucano obteve 53,4% dos votos válidos contra 16% de Fernando Haddad, do PT. Formado em jornalismo e em publicidade, Doria, 61 anos, foi apresentador de televisão e des-

tacou-se à frente da franquia do programa *O Aprendiz*, da TV Record. O empresário dirige um grupo de marketing que promove eventos e iniciativas culturais. O contato político se deu quando foi secretário de Turismo da gestão do então prefeito de São Paulo, Mário Covas, e presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), durante o governo de José Sarney.

* Estagiário sob a supervisão de Rodrigo Craveiro

Marcus Leonii/Folhapress



Bolsonaro vai governar para todo o Brasil. E eu vou governar para todos de São Paulo. Vamos gerar mais emprego, desenvolvimento, atrair investidores internacionais, fazer com que as pessoas voltem a sentir felicidade e alegria de viver no Brasil"

João Doria, governador eleito de São Paulo

Candidato	Votos	Em %
João Doria (PSDB)	10.990.350	51,75
Marcio França (PSB)	10.248.740	48,25

Rio Grande do Sul

Renovação com aposta na jovialidade

Aos 33 anos, o ex-prefeito de Pelotas Eduardo Leite (PSDB) tornou-se o mais jovem governador do país, ao desbancar José Ivo Sartori (MDB). O tucano foi eleito com 3.128.317 votos válidos (53,63%), contra 2.705.601 (46,38%) para o atual governador. Durante a campanha, o vencedor optou por enfatizar a necessidade de uma renovação política. Avesso às práticas de reeleição e do carreirismo político, Leite colou a própria imagem ao desgaste político de Sartori, que enfrentou problemas com as contas públicas e o atraso de salário do funcionalismo público nos últimos anos. O vice-governador será o delegado Ranolfo Rodrigues Junior (PTB).

No discurso da vitória, Leite agradeceu a confiança do eleitor gaúcho. "Quero agradecer essa população generosa que me confiou ser prefeito e que me deu 90% dos votos. É significativo, expressivo e uma responsabilidade honrar toda essa confiança", afirmou. Ele revelou que Sartori lhe telefonou para para-

benizar pela conquista. "Eu agradei a gentileza da ligação dele. Eu reconheço o governador como uma pessoa idônea, a quem eu sempre respeitei. Saliento, nunca fiz ataque pessoal, embora não tenha merecido o tratamento do outro lado, que me atacou pessoalmente. Se não na pessoa do governador, mas por parte daqueles que estavam vinculados a ele", pontuou.

Ao longo da corrida eleitoral, Eduardo Leite afirmou o apoio a Bolsonaro, ainda que com ressalvas. O aval ao capitão reformado acabou por afastar eleitores da esquerda. A campanha para o governo local foi marcada por forte troca de acusações entre os dois candidatos, na tentativa de cada um associar a imagem do adversário ao Partido dos Trabalhadores (PT). Outro aspecto importante é a situação fiscal do Rio Grande do Sul. No estado, a despesa com o funcionalismo público estadual alcançou 47,2% da receita corrente líquida no segundo quadrimestre deste ano.

Flávio Neves/Folhapress

**Eduardo Leite faz selfie com eleitoras: o mais jovem governador do Brasil**

Candidato	Votos	Em %
Eduardo Leite (PSDB)	3.128.317	53,62
José Ivo Sartori MDB	2.705.601	46,38

Amazonas

Da televisão ao palácio de governo

O Amazonas elegeu o apresentador de telejornal Wilson Lima (PSC) para o Palácio do Rio Negro, sede do governo de Manaus. Depois de apresentar bom desempenho nas pesquisas, ele confirmou o favoritismo e venceu com 58,75% dos votos o atual governador Amazonino Mendes (PDT). Até a zero hora de hoje, 99,99% das urnas do estado tinham sido apuradas.

Criticado pela falta de experiência na política, o candidato

eleito do PSC foi beneficiado pela onda conservadora que atingiu o país e pela desilusão do eleitor. Entre as propostas do plano de governo de Lima, estão a anuidade de concursos públicos para o setor de segurança, o ensino em tempo integral nas escolas públicas, a criação de um programa de agricultura urbana e suburbana, e a realização de estudos para conceder moradia à população indígena.

Candidato	Votos	Em %
Wilson Lima (PSC)	1.033.950	58,50
Amazonino Mendes (PDT)	733.366	41,50

* Com 99,99% dos votos apurados

Santa Catarina

O comandante alçado a governador

Após uma campanha reforçada pelo efeito Jair Bolsonaro (PSL) em um dos maiores redutos do futuro presidente, o comandante Moisés, 51 anos, do mesmo partido, foi eleito ontem com uma avassaladora margem à frente de Gelson Merísio (PSD). Enquanto o ex-bombeiro teve 2.644.179 votos válidos (71,09%), o adversário conseguiu 1.073.608 (28,91%).

Candidato	Votos	Em %
Comandante Moisés (PSL)	2.644.179	71,09
Gelson Merísio (PSD)	1.073.608	28,91

Carlos Moisés da Silva, o comandante Moisés, é formado em direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), foi coordenador da Defesa Civil e trabalhou na Secretaria de Justiça

e Cidadania. Pela primeira vez, concorreu a um cargo na política local, depois de se filiar ao PSL sete meses atrás.

Ao votar, pela manhã, em Tubarão, no sul do estado, acompa-

nhado da mulher, Moisés mostrou otimismo. "Nós tínhamos muita esperança de estarmos no segundo turno, desde que lançamos a candidatura, pelo movimento de rua que fizemos. Nossa rede social foi crescente, mais do que todos os candidatos no primeiro turno. Então, nós tínhamos uma esperança real de estarmos no segundo turno", relatou.

Mato Grosso do Sul

Azambuja segue no comando

Influente no Centro-Oeste, o agropecuarista Reinaldo Azambuja (PSDB), 55 anos, foi reeleito governador do Mato Grosso do Sul com 677.310 votos (52,35%). O juiz Odilon (PDT) teve 616.422 votos (47,65%). A campanha de Azambuja foi marcada por buscas da Polícia Federal (PF) em seu gabinete e em sua casa. Antes da primeira eleição, em 2014, atuou como prefeito de Maracaju, e foi deputado estadual e federal.

Ao votar na Escola Estadual Lúcia Martins Coelho, o tucano atacou o rival. "Enquanto a tônica de meu adversário foi dizer que tudo estava ruim no Mato Grosso do Sul, mostramos os avanços e os desafios que temos." Azambuja teve o nome envolvido em escândalos, como na delação do empresário Wesley Batista, da JBS, na qual foi citado. O caso rendeu cinco pedidos de impeachment, todos arquivados.

Candidato	Votos	Em %
Reinaldo Azambuja (PSDB)	677.310	52,35
Juiz Odilon (PDT)	616.422	47,65

O estreante Witzel está eleito

Com uma diferença considerável de votos e depois de uma reviravolta impressionante nas pesquisas, Wilson Witzel (PSC) venceu a disputa ao governo do Rio de Janeiro com o ex-prefeito da capital fluminense Eduardo Paes (DEM). Ele obteve 4.675.355 votos (59,87%) contra 3.134.400 (40,13%), de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Durante a campanha, Witzel se apresentou como um político não profissional. O apoio ao presidente eleito Jair Bolsonaro também impulsionou a popularidade do estreante na vida pública.

Depois da confirmação da vitória, Witzel recebeu jornalistas em um hotel localizado na Barra da Tijuca. Ele agradeceu a população pelos votos e informou ter recebido um telefonema de Eduardo Paes. “Eu agradeço e o parabeneizei por ter participado do protagonismo democrático. O antagonismo que temos nas ideias agora precisa se transformar em união a favor do estado

do Rio de Janeiro. Alguns pontos em comum precisam ser solidificados, na segurança pública, especialmente”, declarou. “O trabalho é árduo, e vamos precisar da ajuda de todos”, acrescentou, ao explicar que revisará o acordo de recuperação fiscal do Estado.

O governador eleito do Rio de Janeiro também afirmou que conta com uma imprensa livre e imparcial e anunciou que governará para o povo. “Não tenho compromisso com políticos ou com partidos, e, sim, com o povo que me elegeu”, ressaltou. Sobre a segurança, uma das bandeiras mais levantadas durante a campanha, Witzel comentou que debaterá com Bolsonaro o uso das Forças Armadas no estado. “O Rio de Janeiro será manchete de todos os jornais nas áreas de saúde, segurança, educação e economia”, acrescentou.

O ex-juiz federal votou por volta das 9h, acompanhado de três dos quatro filhos; da mulher, Helena Witzel; e do candidato a vice-governador de sua chapa, o vereador licenciado Cláudio Castro (PSC). Ao deixar a seção eleitoral, ele falou com a imprensa e prometeu um governo ético, voltado para o povo e calcado no resgate da esperança. “Vi nos abraços dos jovens as esperanças deles. Tenho a convicção de que tomei a decisão certa de iniciar essa jornada, com sacrifício do meu cargo e da

minha família, que se manteve unida, me dando força”, afirmou Witzel, antes de seguir para uma padaria, onde tomou café com a mulher e os filhos.

Recuperação

Aos 50 anos, o governador eleito passou pela Marinha e pela Defensoria Pública. Também professor, contabiliza 17 anos de carreira na Justiça Federal. Witzel participou de casos importantes e de repercussão, como o propinoduto. No início da campanha, apareceu muito atrás de outros candidatos nas pesquisas — em agosto, tinha

1% das intenções de voto. De acordo com a maioria dos institutos, o segundo turno das eleições no Rio seria disputado entre Paes e o ex-craque Romário. Em 7 de outubro, as urnas mostraram uma ascensão meteórica. Witzel recebeu 41,28% dos votos válidos, enquanto Paes teve 19,56%. Com o slogan “Mudando o Rio com juízo”, Witzel defende o combate às milícias e ao narcotráfico.

Acompanhado do presidente da Câmara dos Deputados,

Rodrigo Maia (DEM), Eduardo Paes qualificou de “contundente” a vitória do adversário e reconheceu a forte polarização nas eleições. “Recebi muito carinho da população de onde estive. A eleição nacional foi muito radicalizada, mas o que eu vi nas ruas foi carinho e respeito”, comentou. Ele descartou qualquer possibilidade de participação no governo de Witzel e anunciou que pretende retornar à iniciativa privada.

Jose Lucena/Futura Press/Folhapress



**O Rio de Janeiro
será manchete de
todos os jornais
nas áreas de
saúde, segurança,
educação e
economia"**

*Wilson Witzel, governador
eleito do Rio de Janeiro*

Pará

Vitória da família Barbalho

» BRUNO SANTA RITA*

Um protagonismo de quatro décadas na política do Pará foi preservado ontem com a eleição do administrador Helder Barbalho (MDB), principal herdeiro do clã Barbalho. O filho do ex-governador Jader Barbalho teve 55,43% dos votos válidos (2.068.319), enquanto o deputado estadual Marcio Miranda (DEM) ficou com 44,57% (1.663.045). Helder focou o seu plano de governo na correção de problemas encontrados nos serviços públicos do estado.

Durante reunião com simpatizantes na sede do DEM, em Belém, Miranda anunciou que manterá uma "oposição coerente". "Chegamos a 45%, ou seja, o Pará praticamente se dividiu, e nós vamos adotar a nossa postura ética. Agora, quem ganha governa, quem não ganha vigia, faz a oposição coerente", disse.

Aos 39 anos, graduado em administração pela Universidade da Amazônia (Unama), Helder seguiu carreira nos cargos públicos e ocupou os postos de Ministro da Pesca e da Agricultura, ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos e ministro da Integração Nacional, ao transitar tanto no governo Dilma Rousseff, quanto no do presidente Michel Temer. A participação na política, entretanto, vem de antes. O governador eleito é parte de uma das famílias mais influentes do Pará.

Ele promete focar a sua gestão na ampliação da cobertura de saneamento básico e de abastecimento de água, prevê investimentos em saúde e estuda reavaliar os gastos com as administrações de hospitais regionais.

Raimundo Pacca/FramePhoto/Folhapress



Helder Barbalho posa com a bandeira do Pará, acompanhado da família

Candidato	Votos	Em %
Helder Barbalho (MDB)	2.068.319	55,43
Marcio Miranda (DEM)	1.663.045	44,57

Em seu plano de governo, ele classifica de "propostas estruturantes" as medidas relacionadas à educação, como as reformas e o término das obras em escolas, e a injeção de recursos financeiros no ensino superior. Temer divulgou nota em que parabenizou o governador eleito do Pará.

Corrupção

O clã Barbalho foi acusado de envolvimento em diversos esquemas de corrupção. Alguns de seus membros, inclusive o

próprio Helder, foram citados em delações premiadas da Operação Lava-Jato que envolviam o repasse de dinheiro da construtora Odebrecht. O mais recente caso foi em maio, quando Jader e Helder passaram a ser investigados por um inquérito no Superior Tribunal Federal (STF) que apura repasses de R\$ 40 milhões da J&F (empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista) para o MDB.

* Estagiário sob a supervisão de Rodrigo Craveiro

Roraima

A ascensão do discurso do novo

» MARÍLIA SENA*

Apoiado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro e impulsionado pela onda conservadora que varreu o país, Antonio Denarium (PSL) será o novo governador de Roraima, eleito com 136.612 votos válidos (53,34%). Ele desbancou o tucano José Anchieta, que teve 17.123 votos a menos (46,66%). Novato no ramo da política e natural de Goiânia, o empresário do setor imobiliário e pecuarista Denarium migrou

Candidato	Votos	Em %
Antonio Denarium (PSL)	136.612	53,34
Anchieta (PSDB)	119.489	46,66

para Roraima em 1991. Sob a promessa de trabalhar de uma forma “diferente de tudo o que se viu no estado”, o governador eleito fez um apelo aos que não votaram pelo PSL no primeiro turno para que “se unissem à família” na disputa de ontem.

O discurso do “novo” e o fenômeno do conservadorismo comprometeram a candidatura de Anchieta (PSDB), que governou o estado entre dezembro de 2007 e abril de 2014. A associação com a “velha política”, a forte coligação política (com MDB, DEM e PSD) e o apoio do senador Romero Jucá, o maior cacique emedebista de Roraima, não impediram a ascensão do PSL no estado.

Mesmo com diferenças, o discurso dos candidatos convergiu para a segurança. Denarium defendeu a construção de mais cadeias e a classificação de detentos segundo o grau de periculosidade. À categoria de policiais, os dois candidatos prometeram salários em dia, tema que levou as mulheres dos agentes a protestarem pelas ruas de Roraima. Apesar de ter conquistado o governo, Denarium perdeu em oito dos 15 municípios do estado onde estão as maiores áreas indígenas criticadas por Bolsonaro.

*** Estagiária sob a supervisão de Rodrigo Craveiro**

Amapá

Aliado de Sarney se reelege

» ANDRESSA PAULINO*

Com um segundo turno marcado por imbróglios políticos, a população amapaense reelegeu Waldez Góez (PDT), com 191.741 votos válidos (52,35%). O senador João Capiberibe (PSB) obteve 174.540 votos (47,65%). A vitória do governador foi surpreendente — a última pesquisa do Ibope, divulgada na sexta-feira, mostrava Capiberibe à frente, com 53% das intenções de votos, contra 47% de Waldez.

Candidato	Votos	Em %
Waldez (PDT)	191.741	52,35
Capi 40 (PSB)	174.540	47,65

Durante a campanha, o governador fez a segunda coligação com o maior número de partidos do Brasil. No entanto, o alto índice de rejeição prejudicou o candidato, que passou por duas baixas importantes, como a renúncia do vice-governador eleito em 2014, Papaléo Paes, e a perda de apoio do ex-senador Gilvam Borges.

Sob a aliança com o ex-presidente José Sarney (MDB), Waldez governou o Amapá entre 2003 e 2010, mas acabou preso pela Operação Mãos Limpas, acusado de desvio de recursos públicos destinados à educação. No ano passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou a última ação

penal contra o governador por entender que não existiam provas suficientes.

Como principais promessas de campanha, Waldez elencou a realização de concursos públicos e a licitação para a compra de helicóptero destinado ao Grupo Tático Aéreo (GTA), usado em atendimentos e socorro médico. Também no setor da saúde, ele anunciou que construirá um novo Hospital de Emergências (HE) na Zona Norte de Macapá, além de finalizar a obra do Hospital Regional de Porto Grande.

*** Estagiária sob a supervisão de Rodrigo Craveiro**

Empresário vence em Minas

» GABRIEL PONTE*

A pontado como franco favorito ao governo de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) foi eleito com 71,80% dos votos válidos (6.963.806), contra 2.734.452 (28,20%) de Antônio Anastasia (PSDB), em uma campanha marcada pela ideia de renovação política no estado, dando um tratamento mais empresarial ao governo.

Zema, que completou 54 anos ontem, é formado em administração de empresas, com complementação em Harvard, nos Estados Unidos, e um dos donos do grupo Zema. A rede emprega mais de 5 mil funcionários em 430 lojas de varejo distribuídas em seis estados do país e exibe faturamento anual de R\$ 3 bilhões.

O vice-governador mineiro será Paulo Brant, também empresário. Apesar de Zema pregar a ideia de outsider, durante a campanha, veio à tona uma possível filiação ao Partido da República (PR) em 1999. O então candidato alegou que “não se lembra de ter a ficha do partido”.

Ontem de manhã, ao ir votar em Araxá, o candidato voltou a reforçar a política de corte de gastos do governo e valorizou a confiança depositada pelos eleitores. Entre as promessas de Zema está a formação de uma equipe composta por profissionais das áreas. “Eu tenho afirmado que, com toda a certeza, fui o candidato que mais viajou, mais percorreu quilômetros, mais fez reuniões e eventos e, apesar disso tudo, a minha campanha foi a que menos custou. Então, já tenho demonstrado o que quero fazer: gastar pouco e fazer muito. Caso eleito, vou ter um secretariado totalmente profissional, vamos trazer as melhores pessoas para dar jeito em Minas Gerais”, garantiu, em campanha.



Quero deixar claro a gravidade da situação do estado de Minas Gerais. Eu o comparo com um doente terminal, e nós vamos precisar tomar medidas urgentes. Isso vai ser essencial”

*Romeu Zema,
candidato eleito*

Fernando Pimentel (PT), atual governador, desembolsou R\$ 6,6 milhões na disputa eleitoral e não chegou ao segundo turno. Anastasia declarou o maior valor: R\$ 10,6 milhões. Zema teve despesas de R\$ 2,4 milhões. Em declaração ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), porém, o empresário afirmou ter um patrimônio de R\$ 69,7 milhões, o maior entre todos os postulantes ao governo estadual.

Quadro fiscal

Depois de confirmada a vitória nas urnas, Zema reforçou o seu contato intenso com eleitores de Minas. “Fui o candidato que mais visitou cidades, que mais trabalhou. E o mais importante, sem gastar R\$ 1 de recurso público”, disse em entrevista à TV Globo. O novo governador também reforçou a preocupação com o quadro fiscal do estado. “Quero deixar claro a gravidade da situação do estado de Minas Gerais. Eu o comparo ele com um doente

terminal, e nós vamos precisar tomar medidas urgentes. Isso vai ser essencial”, avisou.

Zema começou a campanha com 3% das intenções de votos e contra fortes figuras no cenário local. O candidato do Novo passou a explorar a imagem de renovação e desgaste da tradicional classe política, o que lhe possibilitou uma ascensão meteórica, já liderando a campanha no primeiro turno. Desde o início, o

empresário diz que, por não conhecer a fundo a máquina pública, não terá problemas em alterar as propostas do plano de governo. “Sou novato, mas estou aprendendo e vou mostrar que sei fazer melhor do que os políticos experientes”, justificou.

No início de outubro, o então candidato escolheu Gustavo Franco, um dos principais formuladores do Plano Real (1994), como coordenador econômico da campanha. Franco já havia comandado, neste ano, o plano econômico do então candidato à Presidência da República João Amoêdo (Novo), que disputou o primeiro turno das eleições, recebendo 2,6 milhões de votos.

Bolsozema

Zema causou polêmica ao declarar, ainda no primeiro turno, o apoio a Jair Bolsonaro (PSL), o que não contentou integrantes do Novo. No segundo turno, o PSL optou pela neutralidade no estado mineiro. Mesmo assim, o empresário abraçou a estratégia

de aliar a sua candidatura à de Jair Bolsonaro, conferindo-lhe o bordão de Bolsozema. No sábado, porém, arrefeceu o discurso de apoio ao então candidato a presidente, explicando que não concorda com ‘posições extremistas’ do pesselista.

Zema terá pela frente fortes desafios no campo econômico. Minas Gerais enfrenta uma forte crise fiscal. O orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa do estado para este ano prevê um rombo nas contas públicas de R\$ 8 bilhões. Para 2019, a estimativa é de déficit de R\$ 11,4 bilhões.

Reprodução



Zema (E) comemorou a vitória ao lado de João Amoêdo, que disputou a Presidência da República: rombo previsto para o ano é de R\$ 8 bilhões

Candidato	Votos	Em %
Romeu Zema (Novo)	6.963.806	71,80%
Antônio Anastasia (PSDB)	2.734.452	28,20%

Rio Grande do Norte

PT elege a única governadora do país

» ANDRESSA PAULINO*

Com o atual governador, Robinson Faria (PSD), fora do segundo turno, o Rio Grande do Norte elegeu ontem a única governadora do país. Por 57,60% a 42,40% dos votos válidos, a senadora Fátima Bezerra (PT) conquistou o pleito estadual e mudou o quadro de coligações políticas que, há décadas, dominam o estado.

Fátima enfrentou o ex-prefeito Carlos Eduardo (PDT), que tinha como aliados os clãs Alves e Maia. Com a derrota dos senadores Garibaldi Alves (MDB) e Agripino Maia (DEM) na disputa por vagas no Senado e na Câmara, as famílias que dominam a política no estado há 60 anos apostavam as fichas no ex-prefeito, que declarou apoio ao presidente eleito, Jair Bolsonaro.

A senadora chegou à reta final com favoritismo, principalmente no interior do estado, e terá a segurança pública como um dos principais desafios. O

Fátima Bezerra/Twitter

**Vitória de Fátima Bezerra (PT) enfraquece coligações que dominam o estado há 60 anos**

Candidato	Votos	Em %
Fátima Bezerra (PT)	1.022.910	57,60%
Carlos Eduardo (PDT)	753.035	42,40%

estado viveu dias sombrios no ano passado, quando uma rebelião no presídio de Alcaçuz, na

região metropolitana, deixou 26 pessoas mortas. Na campanha, a petista propôs valorizar os po-

liciais, realizar concursos para a área e equipar os agentes de segurança. Também prometeu criar mais vagas em creches e fazer parcerias para ampliar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi) para micro e pequenas empresas.

Sergipe

Facebook/belivaldochagas

**O pessedista assumiu o governo há seis meses**

Belivaldo é reeleito

» ANDRESSA PAULINO*

Em Sergipe, com 64,72% dos votos válidos, Belivaldo Chagas (PSD) garantiu a reeleição no segundo turno da disputa eleitoral estadual. Chagas disputou o pleito com o deputado federal Valadares Filho (PSDB), que teve 370.161 dos votos válidos, contra os 679.051 do pessedista.

No governo do estado há seis meses, após Jackson Barbosa (MDB) renunciar o posto para se candidatar ao Senado, Belivaldo teve um mandato conturbado, marcado por problemas como atraso na folha de pagamento dos servidores, desentendimentos com sindicatos e aumento da violência.

Durante a campanha, destacou a necessidade de superar a crise financeira e retomar o planejamento e a capacidade de investimento em Sergipe. No plano de governo, há a promessa de mobilizar recursos economizados por melhora de eficiência e executar programas sociais com impactos diretos na geração de emprego e renda.

Belivaldo, 58 anos, é formado em direito, já trabalhou como defensor público, foi deputado estadual por quatro legislaturas e vice-governador em dois mandatos. Nesta eleição, contou com o apoio do PT, que indicou Eliane Aquino, viúva do ex-governador Marcelo Deda, que morreu em 2013, como candidata a vice.

Candidato	Votos	Em %
Belivaldo Chagas (PSD)	679.051	64,72%
Valadares Filho (PSDB)	370.161	35,28%

Rondônia

Virada de Marcos Rocha

» BRUNO SANTA RITA*

Rondônia teve virada em relação ao primeiro turno. O coronel reformado Marcos Rocha (PSL) saiu do segundo lugar no primeiro turno e foi eleito com 66,34% dos votos. Tanto o pesselista quanto o adversário, Expedito Júnior (PSDB), haviam declarado voto ao presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Militar reformado, Rocha, 50

anos, fez uma campanha baseada na defesa de políticas de criação de emprego e combate à violência. Uma das medidas polêmicas é a militarização nas escolas. Segundo ele, a atual condição de perigo no ambiente escolar impede que os professores desempenhem o seu trabalho. Em campanha, defendeu que "questões de nacionalidade", como respeitar os símbolos nacio-

nais, cantar os hinos do estado e do Brasil e fazer orações deveriam ser práticas regulares entre os estudantes.

Em seu plano de governo, o coronel propõe negociar com os prefeitos locais a criação de um programa de geração de empregos e promete a conclusão de obras em andamento. Além disso, ele pretende articular com o gover-

no federal a concretização da saída para o Pacífico, o que pode abrir novas oportunidades para a economia da região. É a primeira vez que Marcos Rocha disputa uma vaga no Executivo. Ele foi diretor de escola militar em Porto Velho e secretário municipal de educação na capital.

*** Estagiários sob supervisão de Carmen Souza**

Candidato	Votos	Em %
Coronel Marcos Rocha (PSL)	530.188	66,34%
Expedito Júnior (PSDB)	269.032	33,66

Hora de enfrentar os desafios do Brasil real

» ROSANA HESSEL
» HAMILTON FERRARI

O futuro presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), vai ter que lidar de frente com, pelo menos, 10 grandes problemas na economia, se quiser fazer um bom governo. Economistas ouvidos pelo **Correio** são unânimes em afirmar que, sem resolver a questão fiscal para frear o forte crescimento da dívida pública, não será possível solucionar os demais desafios, que estão interligados.

A dívida pública total está próxima de 80% do Produto Interno Bruto (PIB), quase o dobro da média dos países emergentes, que é inferior a 50% do PIB. Em 2010, ela estava em torno de 60%. Para interromper a alta, será necessário um ajuste fiscal em torno de R\$ 300 bilhões, ou 4% do PIB. O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), diz que não será fácil estancar o deficit das contas públicas, que se repete desde 2014, e afirma que aumento de impostos "será inevitável".

Na avaliação dos analistas, se quiser recuperar a economia, o governo não pode adiar as reformas estruturais porque 98% da receita líquida do governo estão comprometidos

com gastos obrigatórios, sobrando pouco para investimento, que é o vetor que movimenta a roda da economia.

A despesa mais expressiva é a da Previdência Social, que cresce em ritmo acelerado, acima da inflação, e alcança 13% do PIB, patamar superior ao de países desenvolvidos e com população mais idosa do que o Brasil, como o Japão. Não à toa, especialistas consideram que a reforma do sistema de aposentadorias é o item mais urgente da pauta do novo presidente. Sem a reforma, as contas públicas continuarão desequilibradas e a taxa de investimento do país se manterá baixa, travando o crescimento do PIB.

"Se quiser ter sucesso no mandato e se reeleger, Bolsonaro precisa enfrentar o problema da Previdência. Caso contrário, fará um governo medíocre", afirma o economista Paulo Tafner, que, com o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, prepara uma proposta ampla que poderá econo-

mizar R\$ 1,3 trilhão em 10 anos.

Pelas contas de Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, num cenário de avanço das reformas, o rombo das contas públicas será zerado apenas em 2023, mas a dívida pública bruta continuará crescendo até 2027, chegando a 88,8% do PIB.

Um dos setores que precisam urgentemente de investimentos é o de infraestrutura. Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), reforça, porém, que só haverá aplicação expressiva de re-



Se quiser ter sucesso no mandato e se reeleger, o próximo presidente precisa enfrentar o problema da Previdência. Caso contrário, fará um governo medíocre"

Paulo Tafner,
especialista em Previdência

curso no setor se as contas públicas forem ajustadas e houver segurança jurídica para os investidores. Segundo Pires, com a atual estrutura, o país não comporta um crescimento acima de 3% ao ano. “No caso da energia elétrica, o quadro é pior. Há risco de interrupção de fornecimento se o PIB crescer mais de 2% no ano que vem”, adverte.

O governo precisa criar um ambiente favorável para esses investimentos, “evitando a concentração e estimulando a concorrência, com estabilidade regulatória e segurança jurídica”, afirma Pires. “O investimento é baixo porque esse ambiente não existe. O Estado não tem condição de investir e, sem mudanças, corre o risco de privatizar setores estratégicos para investidores ineficientes, o que, em vez de reduzir o custo, continuará elevando as tarifas para os consumidores”, alerta.

Otaviano Canuto, diretor do Banco Mundial, observa que a deterioração das contas públicas está na raiz da perda de dinamismo da economia brasileira. “Enquanto a produtividade e o potencial de crescimento do PIB mantiveram aumentos anêmicos, os gastos públicos correntes anuais subiram acentuadamente, em termos reais, ao longo das últimas décadas:

68% entre 2006 e 2017”, afirma. “Como proporção do PIB, despesas públicas ascenderam de menos de 30%, na década de 1980, para 40% em 2017. Enquanto isso, investimentos públicos definharam — menos de 0,7% do PIB no ano passado — explicando em parte a precariedade da infraestrutura no país”, reforça.

A recessão de 2015 e 2016, que provocou uma retração de mais de 8% na produção de bens e serviços, fez o desemprego explodir e a pobreza voltar a crescer no país. Pelas estimativas de Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), se o país tiver uma expansão média de 2,5% no PIB, a taxa de pobreza voltará ao mesmo patamar de 2014 apenas em 2030.

Além disso, é preciso simplificar o sistema tributário. “Temos de eliminar a complexidade do nosso sistema. Há uma parafernália de regras que assusta investidores”, diz o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo.

“Incentivos fiscais precisam ser revistos, porque grande parte deles não trouxe benefícios. A desoneração da folha de pagamento, por exemplo, adotada com o intuito de criar empregos, não aumentou o número de ocupados. Pelo contrário, reduziu. Beneficiou apenas empresários, que aumentaram lucros”, pontua.

» **Questões na mesa / O Correio** elencou 10 dos maiores desafios econômicos que precisarão ser enfrentados pelo presidente eleito, e ouviu especialistas conceituados, que sugeriram soluções

CONTAS PÚBLICAS



Problema: O desequilíbrio das contas públicas é o principal problema que o novo governo vai enfrentar na área econômica. A União não consegue economizar para pagar parte dos juros da dívida pública, que é crescente e atinge níveis preocupantes — entre 80% e 90% do Produto Interno Bruto (PIB), dependendo da metodologia. É o dobro da média de endividamento de países emergentes, o que assusta o investidor. O país tem hoje déficit primário de 1,8% do PIB. Desde 2014, as contas públicas estão no vermelho e, na melhor das hipóteses, só devem voltar ao equilíbrio a partir de 2023, pelas estimativas de Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. Se não tocar a agenda de reformas estruturais logo no início do governo, o presidente eleito não conseguirá recuperar a confiança dos empresários.

Solução: “O item número 1 da agenda deve ser a reforma da Previdência. Ela é necessária não só por causa do crescimento expressivo do déficit previdenciário, nos últimos anos, mas também porque a tendência é de piora, caso as regras não sejam alteradas”, destaca Alessandra Ribeiro. Pelas contas do economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), para que a dívida pública pare de crescer, será preciso que o governo faça um ajuste fiscal de R\$ 250 bilhões a R\$ 300 bilhões. “Sem aumento de impostos, porém, a equipe econômica não conseguirá fazer um ajuste desse tamanho a curto prazo”, alerta. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, fala numa cifra da ordem de R\$ 300 bilhões, ou 4% do PIB.

PREVIDÊNCIA



Problema: Apesar de ser um país jovem, o Brasil gasta muito com benefícios previdenciários e assistência social: cerca de 13% a 14,5% do PIB. Nações desenvolvidas, como o Japão, que possui uma população bem mais velha, gastam algo em torno de 10%. Há descompasso entre o crescimento da população economicamente ativa e a de inativos, com o fim do chamado bônus demográfico. Para piorar, o brasileiro se aposenta muito cedo. A idade média de aposentadoria é de 56 anos para homens e de 53 anos, para mulheres, enquanto, entre os países da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa é de 66 anos, para homens e mulheres, sem distinção. A tendência é que o déficit da Previdência Social, que já é expressivo atualmente, atinja um patamar insustentável em poucos anos.

Solução: É consenso entre especialistas que o próximo presidente não poderá adiar mais a reforma da Previdência. O consultor legislativo Leonardo Rolim diz que deve haver um período de transição para um novo sistema. Essa transição teria de ser mais dura pelo lado do funcionalismo público, uma vez que os servidores se aposentam bem mais cedo do que os trabalhadores do setor privado, onde o processo poderá ser mais gradual. O economista e especialista em Previdência Paulo Tafner considera que a proposta de reforma tem que ser mais ampla do que a que foi encaminhada pelo atual governo ao Congresso Nacional, e atingir todas as categorias de trabalhadores. Dessa forma, será mais justa e igualitária.

INVESTIMENTO



Problema: O investimento é a principal mola do crescimento econômico sustentável, mas, no Brasil, a taxa de aplicação de recursos em projetos produtivos é muito baixa, em torno de 16% do PIB. É um nível inferior à média da América Latina e dos países emergentes. Especialistas reconhecem que, para voltar ao pico de 2011, de 21,9%, ou até mesmo ultrapassar esse patamar, serão necessários muitos anos. Com a falta de investimentos, toda a economia sofre. A recuperação da atividade segue em patamar lento, o que mantém o desemprego elevado e o consumo, retraído. A tendência global é de que, para uma nação conseguir crescer em ritmo acima de 5% ao ano, a taxa de investimento precise ficar acima de 25% do PIB. Segundo cálculos da Tendências Consultoria, no país, só em 2028 o indicador voltará a 20%.

Solução: Na avaliação dos analistas, retomar o patamar de 22% do PIB (de 2011) dependerá da estabilidade da economia e de regras claras. Para que os investidores apostem no país, a segurança jurídica é fundamental. “Sem arrumar as contas públicas, a confiança não volta e o investimento não cresce”, avisa Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Na avaliação de Alessandra Ribeiro, da Tendências, o crescimento econômico via investimentos só virá com uma agenda de projetos na área de infraestrutura, com regras claras para os investidores. Mauro Rocha, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que não há como fazer o investimento crescer em ritmo mais forte “se a questão fiscal não for solucionada”.

COMÉRCIO EXTERIOR



Problema: O Brasil é um dos países mais fechados do mundo e não consegue competir no mercado externo, em parte, porque a indústria nacional tem produtividade baixa mas também por causa da carga tributária elevada e da ineficiência logística. Apesar de ser uma das 11 maiores potências econômicas do planeta, o Brasil ocupa a 26ª colocação no ranking dos maiores exportadores globais, com uma fatia de apenas 1,2% e, há décadas, não consegue ampliar esse naco. O embaixador José Alfredo Graça Lima, conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), diz que o país se fechou muito nos últimos anos, interrompendo o processo de abertura dos anos 1990. “Esse fechamento resultou em um acentuado declínio da produtividade da indústria, e é isso que precisa ser consertado”, explica.

Solução: Para analistas, a abertura comercial do país é fundamental. Li Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que o próximo presidente precisará recuperar o protagonismo perdido pelo país nos últimos anos. “O Brasil tem uma participação muito pequena do comércio global e precisará de estratégia mais clara de negociações. Será necessário muito cuidado com a política externa e posicionamentos em relação aos parceiros estratégicos: para não correr o risco de fechar portas em vez de abri-las”, afirma. Para Alessandra Ribeiro, da Tendências, o país precisa de uma agenda gradual de abertura comercial, via redução de tarifas de importação e eliminação de barreiras não tarifárias.

INFRAESTRUTURA



Problema: O país investe menos de 2% do PIB na infraestrutura, o que nem sequer é suficiente para manter a atual estrutura. O modal predominante de transporte é o rodoviário, que é caro e cheio de limitações. Com as contas públicas desequilibradas, não há espaço para investimento do governo. Assim, a iniciativa privada também não investe. Pelas contas de Claudio Frishtak, da Inter.B, se o investimento continuar no volume atual, o país levará 58 anos para universalizar o saneamento básico e 32 anos para oferecer transporte público de qualidade. Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CIBIE), reforça que, como o risco do investimento em infraestrutura é elevado, o retorno acaba sendo inferior ao que o governo paga nos títulos da dívida pública, o que trapalha a retomada.

Solução: Na avaliação de Adriano Pires, a atual estrutura rodoviária e portuária do país não comporta um crescimento acima de 3% ao ano. "No caso da energia elétrica, o quadro é muito pior. Corremos o risco de interrupção de fornecimento, se o PIB crescer mais de 2% no ano que vem", alerta. Otaviano Canuto, diretor do Banco Mundial, destaca um estudo do organismo que sugere a revisão dos gastos governamentais como elemento principal de um ajuste das contas públicas com o objetivo de direcionar mais recursos para investimentos. "Enquanto a produtividade e o potencial de crescimento do PIB tiveram aumentos anêmicos, os gastos públicos correntes subiram acentuadamente ao longo das últimas décadas: 68% entre 2006 e 2017."

INFLAÇÃO



Problema: Mesmo com a inflação controlada, as pessoas reclamam dos aumentos de preço, principalmente da gasolina, da energia e do botijão de gás. A expectativa dos economistas é de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continue entre 4,5% e 3,75% nos próximos anos. Segundo o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, o principal risco para a inflação é a frustração da agenda de reformas e ajustes na economia brasileira. Há também um cenário internacional mais nebuloso quando se trata de economias emergentes. O PIB mundial será menor devido às incertezas envolvendo a guerra comercial entre Estados Unidos e China. A alta de juros nos EUA deve manter o dólar em níveis elevados. É preciso trabalho duro para deixar o país mais preparado contra as volatilidades no exterior.

Solução: De acordo com o André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há risco a médio prazo. Ele destaca, porém, que a política monetária não é suficiente para garantir que a inflação fique baixa. "A política fiscal é importante. É preciso sanear o gasto público, começando pela reforma da Previdência. Medidas para corrigir o déficit público são fundamentais para que não se joguem todas as cartas na política monetária", diz Braz. Na prática, é preciso ter responsabilidade com as contas públicas para fomentar os investimentos na economia e diminuir a dívida pública, que pode puxar o índice de preços para cima. O próximo presidente precisa manter as expectativas ancoradas.

JUROS



Problema: A taxa básica de juros (Selic) está no menor patamar da história, em 6,5% ao ano. Mas, a partir de 2019, é consenso entre os analistas que ela terá de voltar a subir para controlar as pressões inflacionárias. A expectativa é de que, no fim do próximo ano, o Banco Central (BC) eleve a taxa para 8%, nível considerado não estimulante, ou seja, os juros não vão contribuir para uma atividade econômica mais forte. "Há uma situação benigna, mas podemos imaginar riscos, sem dúvida. A avaliação é de que uma política econômica que resolvesse a crise fiscal e estabilizasse a relação entre dívida pública e PIB tranquilizaria os investidores. Quanto mais rápido as medidas forem tomadas, mais cedo teremos uma solução para afastar o risco", declara o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa.

Solução: Rosa afirma que o Banco Central precisará elevar a Selic para manter o controle da inflação. Segundo ele, haverá mais pressão do câmbio no próximo ano por conta do cenário internacional adverso. "O cenário externo é desfavorável para emergentes, com a subida de juros, o que ajudará a pressionar o câmbio desses países. Teremos de conviver com moeda mais desvalorizada e inflação mais alta", diz. Além disso, é preciso implementar reformas e ajustar a economia, caso contrário, o dólar deve voltar a ser negociado acima de R\$ 4. "Se o novo governo frustrar a expectativa de reformas, os juros subirão mais rápido. Caso mantenha a agenda de mudanças estruturais, o patamar estimulante dos juros permanecerá por mais tempo", avalia.

DESEMPREGO

Problema: Um dos temas mais dramáticos, atualmente, é a grande quantidade de pessoas fora do mercado de trabalho. Diante da baixa demanda por consumo e da desconfiança nos rumos da economia, falta investimento para que as empresas contratem funcionários. Falta trabalho para 27,5 milhões de pessoas. O número inclui os desocupados, os que estão em sub-ocupação por insuficiência de horas e aqueles que fazem parte da força de trabalho potencial — pessoas que não estão em busca de emprego, mas que estariam disponíveis para trabalhar. Neste último grupo, há 4,75 milhões de pessoas desalentadas, ou seja, que desistiram de procurar trabalho, desiludidos com a situação do país. Os jovens, os negros e as mulheres são os que mais sofrem com a falta de oportunidade.

Solução: "Tudo depende de como o novo governo vai começar. Se vier com a pauta defendida por Paulo Guedes (futuro ministro da Economia) e com apoio do Congresso, será possível aprovar não apenas uma ampla reforma da Previdência, mas também avançar na abertura da economia, na agenda de aumento de produtividade e nas privatizações", ressalta Solange Srouf, economista-chefe da ARX Investimentos. O Brasil está "engatilhado" para ter uma boa recuperação cíclica, porque os juros estão baixos e a capacidade ociosa é grande. "Mas tudo depende da confiança de que não teremos um voo de galinha. Para decolarmos mesmo, precisamos avançar logo na recuperação estrutural de nossas contas públicas, nossa mazel número 1", resume.

DESIGUALDADE

Problema: A miséria voltou a aumentar em 2015, primeiro ano da recessão produzida pelo governo Dilma Rousseff. Atualmente, há 23,3 milhões de brasileiros na miséria, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre 2014 e 2017, o número de pessoas que recebiam menos de R\$ 232 por mês saltou 6,3 milhões — número maior que a população do Paraguai. O índice de Gini, que mede a desigualdade social, mostrou que, do final de 2014 até junho deste ano, a concentração de renda cresceu 50% mais rápido do que no período de melhora na distribuição de renda, iniciado em 2000. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que 1% da população concentra entre 22% e 23% do total de renda do país. O Brasil é o quinto país com mais disparidade no mundo, entre 29 nações.

Solução: Segundo Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), se o país tiver crescimento médio de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de pobreza só voltará ao mesmo patamar de 2014 (8,38%) em 2030. Ou seja, é preciso expansão econômica maior e mais inclusiva. "É importante que o país volte a crescer, com a agenda macroeconômica de ajuste fiscal e ganho de produtividade", ressalta. Também é preciso permitir que o mercado de trabalho seja mais inclusivo. O Bolsa Família é um importante programa de redução da pobreza, e deve ser aprimorado. "É preciso incentivo para a redução da desigualdade. E não basta só o crescimento, porque ele é só o primeiro passo. Temos de combater a pobreza."

TRIBUTAÇÃO

Problema: É consenso entre analistas que o sistema tributário brasileiro é complexo e tem muitas distorções. Há um emaranhado de regras que torna o processo de pagamento de tributos muito mais burocrático e penoso do que em outros países. As empresas brasileiras gastam, em média, 2.600 horas por ano para cumprir obrigações tributárias. Esse número é muito mais elevado de que os países em situação econômica similar. O sistema provoca baixa eficiência no funcionamento da economia e prejudica a produtividade, ou seja, o Brasil cresce menos do que poderia crescer. "O nosso sistema tributário é um dos principais fatores que impede o Brasil de ser mais competitivo. O regime expulsa o empreendedorismo do território nacional", diz o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ernesto Lozardo.

Solução: Os especialistas destacam que é necessária uma reforma tributária que torne a cobrança mais progressiva, mais justa do ponto de vista social, mas sem prejudicar a eficiência das empresas. "É fundamental a eliminação da complexidade do sistema, mas também promover a integração regional, dar mais segurança às empresas e reduzir o custo de produção", ressalta Lozardo. Nos últimos anos, amadureceu a ideia de criação de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que substituiria uma série de tributos e unificaria regimes. "A criação dele é extremamente complexa e difícil. Mas é uma discussão que precisa florescer cada vez mais", afirma Lozardo. Uma iniciativa defendida pelos analistas é tributar menos o consumo e mais a renda.

Dias de euforia e preocupação

» HAMILTON FERRARI

A vitória de Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno das eleições presidenciais deve provocar euforia no mercado financeiro hoje. A expectativa dos economistas é de que o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), suba até o fechamento do pregão no fim do dia e de que o dólar caia. Em leitura de seu discurso pós-eleito, o militar reformado afirmou que está comprometido com o ajuste fiscal, o principal anseio dos investidores. O presidente eleito, porém, terá que alinhar seu discurso com o do seu assessor econômico, Paulo Guedes. Até o momento, os dois demonstraram que têm divergências de pensamentos, o que preocupa os analistas.

O mercado deposita confiança no economista aliado de Bolsonaro. Com receio de políticas equivocadas que poderiam basear um eventual governo de Fernando Haddad (PT), os investidores definiram que o capitão reformado é o mais adequado para tocar a agenda de reformas estruturais. Em leitura de seu discurso, Bolsonaro disse que vai quebrar o ciclo vicioso do crescimento da dívida pública, “substituindo-o pelo ciclo virtuoso de menores deficits” e juros mais baixos. “Isso estimulará os investimentos, o crescimento e a consequente geração de empregos”, apontou. “O deficit público primário precisa ser eliminado o mais rápido possível e convertido em superavit. Esse é o nosso propósito”, completou.

Segundo o economista-chefe da Spinelli Investimento, André Perfeito, o primeiro pronunciamento do presidente eleito “promete uma pequena revolução econômica no campo fiscal”. “Ele deixa claro que vai forçar um resultado fiscal positivo o mais rápido possível, e deverá ser através do corte de gastos. Os juros longos devem cair nessa perspectiva e devem, assim, animar ainda mais a bolsa de valores”, ressaltou.

O economista-chefe chamou a atenção, porém, que Bolsonaro também defendeu que estados e municípios receberão mais dos tributos, o que pode gerar um “entrave ao ajuste fiscal”. “Que pese uma série de dúvidas, me parece que, de forma geral, sua fala foi positiva e, nesse sentido, o principal índice brasileiro deve corrigir fortemente. Ainda há muitas questões em aberto, mas acredito que Paulo Guedes deva se pronunciar ainda esta semana”, comentou Perfeito.

Repatriação de recursos

O veredito do pleito já estava precificado por grande parte do mercado nos ativos. A vitória do candidato do PSL era esperada pelos investidores. Mesmo assim, analistas esperam, em primeiro instante, grande comemoração, que se refletirá no otimismo aguardado para hoje. Renan Silva, economista da Blue-Matrix Ativos, afirmou que o mercado vem apostando que as reformas são necessárias desde 2016 e, por isso, tem mais confiança em Bolsonaro na agenda



O que importa é não escapar da essência das promessas. Se houver ruptura mais grave, o mercado pode penalizar. Afinal de contas, o mercado está mais pautado nos números e nos resultados do que em ideologia política"

Renan Silva, economista da BlueMetrix Ativos

de ajustes. "É natural que a próxima semana tenha momento de euforia e repatriação de recursos. Investimentos de estrangeiros poderão ser retomados com a expectativa de um governo comprometido com as reformas", disse.

Em divulgação nas redes sociais, o analista-chefe da XP Investimentos, Karel Luketic, disse que, caso Bolsonaro mantenha o compromisso econômico, o Ibovespa pode atingir 125 mil pontos em 2019. Mesmo assim, as divergências entre Bolsonaro e

Paulo Guedes são motivo de preocupação. Segundo os investidores, enquanto não houver "fuga" expressiva do caminho das reformas, a tendência de otimismo deve continuar.

"Divergências, não será possível evitar. O que importa é não escapar da essência das promessas. Se houver ruptura mais grave, o mercado pode penalizar. Afinal de contas, o mercado está mais pautado nos números e nos resultados do que em ideologia política", apontou Silva.

Controle de câmbio

Recentemente, Bolsonaro defendeu que o Banco Central (BC) tenha metas de controlar o câmbio, o que, segundo economistas, é uma medida prejudicial para a economia. Vai contra o tripé macroeconômico, baseado em controle da inflação, responsabilidade fiscal e regime de câmbio flutuante defendido pelos investidores. "Temos que ver se essa ideia e outras posições do Bolsonaro vão progredir ou não. É algo que causa estranheza sobre como seria

feito. Então, é preciso que várias questões sejam definidas", disse o economista Júlio César, da Monergal Aegon Investimentos.

O próximo presidente também se mostrou resistente a privatizações defendidas pelo mercado, como do setor de energia. No dia em que anunciou essa posição, ações da Eletrobras desabaram. "Alguns movimentos até o fim deste ano, em novembro, são fundamentais para definir esse quadro. É preciso ter um discurso mais coeso para esclarecer qual será a intensidade da agenda reformista", analisou César.

“Ficha limpa é essencial no governo”

Advogado eleito com 70% dos votos válidos no DF destaca que a saúde será prioridade a partir do primeiro dia de mandato

» ANA MARIA CAMPOS
» JOSÉ CARLOS VIEIRA
» HELENA MADER

Há dois meses, o advogado Ibaneis Rocha era um desconhecido da grande maioria da população do Distrito Federal. Nesse período, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) saiu de um patamar de 0,2% apontado em pesquisas

para um cacife de mais de um milhão de eleitores, quase 70% dos votos válidos na eleição. Para começar, garante que, por mais difíceis que sejam, ele vai fazer o possível para honrar os compromissos de campanha. “Vou cumprir todas as minhas promessas”, assegura.

Ibaneis Rocha se define como um cidadão trabalhador, que batalhou para se tornar um profissional com um considerável

patrimônio financeiro e uma referência na advocacia. “Pode esperar um camarada decente, como sempre fui na vida. Não estou dizendo que vou acertar em tudo, mas vou procurar acertar em tudo”, disse. Com origem humilde, esforçou-se em todas as conquistas. Nesta entrevista exclusiva ao **Correio**, Ibaneis conta que chorou muito antes de sair o resultado das urnas. Pensou em sua responsabilidade e no pai,

Ibaneis Rocha, que morreu há menos de um ano.

O governador eleito vai administrar o DF num momento de expressiva mudança também no comando do país. Ibaneis revela que votou em Jair Bolsonaro (PSL) e aposta numa boa relação com o novo presidente da República. “Ele é casado com uma mulher daqui de Brasília. Ele está há muitos mandatos aqui no Distrito Federal. Acho que tem um apreço

pela cidade”, afirma. O novo secretário de Segurança Pública do DF, por exemplo, deve ter uma conversa com Bolsonaro.

Com encontro marcado para hoje com o presidente Michel Temer, Ibaneis pretende buscar já recursos para Brasília. Vai precisar ajustar o orçamento federal e acredita ser possível até ampliar o Fundo Constitucional do DF para honrar promessas com servidores públicos.

Na fase de transição, a saúde será prioridade. Ele quer começar o mandato, em janeiro, com mudanças realizadas para melhorar o atendimento. Nos próximos dois meses, na transição, pretende manter uma boa relação com o adversário do segundo turno, o governador Rodrigo Rollemberg. “A cidade elegeu um governador para unir a cidade. Ela não quer guerra”, disse. “Se tem algo que não carrego no meu coração é mágoa”.

Ed Alves/CB/D.A Press



Ed Alves/CB/D.A Press



Minervino Junior/CB/D.A Press



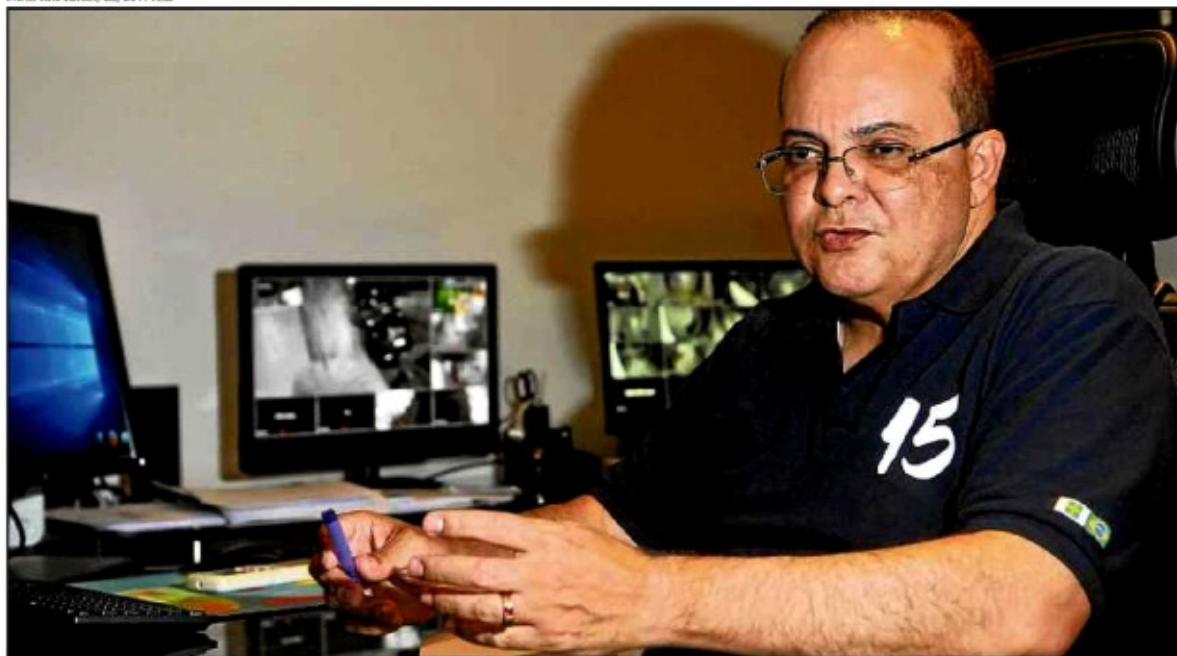
Do voto pela manhã, na Escola Francesa, no Lago Sul, à consagração das urnas no fim da tarde: o emedebista aposta numa boa relação com o presidente eleito Jair Bolsonaro

O senhor foi eleito com praticamente 70% dos votos válidos. O que esse alto percentual representa?

O resultado do primeiro turno já me deixou bastante impressionado. Mostrou que a população do Distrito Federal queria algo de novo. Mas, a cada dia vai aumentando a responsabilidade. E eu sou um camarada muito responsável, eu sei do que eu trato, entendeu? Então, quando chegou esse percentual de 70%, eu vi um pouco mais. Eu vi a prova de que o Distrito Federal não queria mais aquela desunião que existia. E, aí, todo mundo me questionou: 'mas você, como outsider, poderia muito bem não querer apoio de ninguém'. Não. Eu quero unir a cidade. Hoje, conversei com o governador Rollemberg. Quero unir, quero as experiências de todos. Acho que está na hora de consertar tudo o que deu errado aqui. Muito do que deu errado se deu exatamente por essa divisão. Como não tenho esse passado na política, quero fazer com que o futuro melhor.

Na sua primeira entrevista, o senhor falou, em tom amigável e pacificador, que não queria guerra,

Minervino Junior/CS/DA Press



mas isso destoou das últimas semanas da campanha. Por que o senhor resolveu mudar o tom?

A cidade elegeu um governador para unir a cidade. Ela não

quer guerra. Não tem mais aquela coisa do azul e do vermelho. Acho que a cidade escolheu um candidato que mostrava exatamente isso, que não tinha passado

na política e que quer cuidar do futuro. Chega daquela história de 'vamos ficar na guerra', 'vamos fazer aquilo'. Acho que está na hora de fazer pela cidade.

O senhor deixou de ir aos debates na reta final da campanha. Foi por conta do acirramento do clima?

Sim. Foi muito difícil. Sou um

cara extremamente família, tenho dois filhos, um de 20 e um de 13, tenho uma ex-mulher que me respeita muito e eu também respeito ela. Estou casado, tenho um filho prestes a nascer, e as pessoas vêm me acusar de pedofilia? Isso dói muito.

Esses episódios deixaram mágoa?

Eu não carrego mágoa. Se tem algo que não carrego no meu coração é mágoa.

A cidade conhece Ibaneis Rocha como advogado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no DF (OAB/DF), uma pessoa do direito. Agora, o senhor é governador da capital do Brasil. O que podemos esperar?

Um homem muito honesto, que quer trabalhar muito pela cidade, que quer honrar o patrimônio moral que fez, que vai honrar o abraço que os filhos me deram hoje. Vai honrar a cidade, os votos. Pode esperar um camarada decente, como sempre fui na vida. Não estou dizendo que vou acertar em tudo, mas vou procurar acertar em tudo.

» A entrevista continua nas páginas 24 e 25

“Vou zerar as filas da saúde”

Existe uma cobrança muito grande agora? Uma coisa é campanha, muitas promessas são feitas no calor da eleição...

Vou cumprir todas as minhas promessas. Amanhã (hoje) mesmo, vou me encontrar com o presidente Michel Temer. Ele vai me ajudar. O MDB vai conseguir colocar para a gente muitos recursos no orçamento dos ministérios e da União. Existe uma possibilidade muito grande até de aumentar o Fundo Constitucional para que a gente possa cumprir de imediato todas as promessas relacionadas à segurança. Vou trabalhar muito nestes meses agora para poder honrar tudo isso que prometi na campanha.

Como será sua relação com o presidente eleito Jair Bolsonaro?

Acho que será excelente. Ele é casado com uma mulher daqui de Brasília. Ele está há muitos mandatos aqui no Distrito Federal. Acho que tem um apreço pela cidade. Eu me incomodava porque acho que o DF merece muito mais que isso. É uma cidade que acolhe os corruptos e fica corrupta. Já bastam os nossos corruptos. Acho que Brasília não merece. Ela é a capital da República e não tem sido tratada assim há muito tempo. Juscelino fez o Distrito Federal capital da República e, de lá para cá, ninguém olhou a capital da República. Acho que está na hora de a população do país saber que a capital é aqui. Não é no Rio, não é em São Paulo, não é em outro lugar. É aqui.

O senhor votou em Bolsonaro? No fim da campanha, o senhor sinalizou que tinha preferência por ele.

Votei no Bolsonaro. Votei porque acho que o PT estava representando, nestes últimos momentos, a desunião do país. Eles pregaram a campanha da desunião. Não gosto de campanha da desunião, gosto de campanha da união. E o Bolsonaro, por incrível que pareça, mesmo ele tendo aquele jeitão de coronel e tudo, militar, conseguiu unir a maior quantidade de pessoas. Gosto muito dessa união. Acho que o país está precisando de união. Tem de ter oposição. O PT vai fazer uma bela oposição, elegeu uma bela Câmara dos Deputados, mas acho que estamos precisando viver um período de pacificação do país. Vivemos um período de muita dificuldade nesses últimos mandatos, por conta dessa desunião. O que for necessário, o que depender de mim, vou trabalhar para que a gente viva um período de paz.

Como o senhor acha que será a oposição aqui?

Acho que o governador (Rollemberg) vai fazer um bom trabalho (como oposição). Ele tem lá um ou dois deputados eleitos. Tem o pessoal ali do PT. Sempre tive um bom relacionamento com o grupo do PT, com a esquerda. Sempre estive junto, sou advogado de sindicatos. Acho que teremos uma convivência como está na Constituição: harmônica e independente, com cada um cuidando do que interessa à cidade. Essa quantidade de votos que tive me dá essa possibilidade de tratar, de fazer uma relação mais democrática, sem troca-troca. E não quero isso de maneira nenhuma. Acho que venho exatamente para fazer uma forma diferente de política. Para deixar essa política do passado, essa coisa do toma-lá-dá-cá fora. Vou fazer exatamente isso.

O senhor falou na campanha que não pretende disputar reeleição. É isso?

Não gosto de reeleição. Não me candidatei à reeleição na Ordem. E eu tinha mais de 90% de aprovação. Vou trabalhar para que a gente acabe com a reeleição no país desde o primeiro dia do meu mandato. Acho que o mandato tem de ser de cinco anos. Por exemplo, o Orçamento feito agora não foi meu. Vou ter de mexer do jeito que posso. Acho que o correto é você ter um

mandato e, durante esse tempo, você desenvolver tudo o que quer e acha que é realização e não concorrer à reeleição. Vou trabalhar todos os minutos do meu mandato para que ela não exista. Estou pegando uma cidade que está, há muito tempo, passando por dificuldades. Tivemos a prisão do governador Arruda, depois veio o governo do Agnelo, veio o do Rollemberg, com todas as dificuldades. A cidade está ruim. Ela não está bem. Está mal, nós sabemos o que está acontecendo. Então, se no fim, eu não tiver conseguido acabar com a reeleição e estiver bem posicionado, bem avaliado, fazendo um trabalho que valha a pena ir para a reeleição, vou avaliar. Mas tem de valer a pena mesmo, não quero poder por poder. Não gosto disso.

Gosto de poder, de ser autoridade sem ser autoritário. Não estou dizendo que não irei à reeleição. Estou dizendo que, se puder acabar com ela, para mim, é melhor.

Encerrando esta etapa, o senhor pensa em algo maior, disputar outros cargos?

Gostei da política. Pode ter certeza que sim. Acho que vale a pena fazer. A política resolve muitas coisas. Ao contrário dos outros que acreditam que ela é uma coisa porca e suja, a política bem-feita pode trazer muitos benefícios. É um meio de você realizar muito. Como já sou realizado do ponto de vista pessoal, é uma maneira de eu realizar para os outros.

Qual será a primeira coisa que o senhor fará em seu mandato?

Priorizar a saúde. Imediatamente. Agora, durante a transição, vou cuidar de forma muito especial da saúde, porque ela não espera. Educação pode esperar uma licitação de 15 dias, 30 dias. As delegacias já estão fechadas e podem aguentar um pouquinho. Agora, na saúde, ninguém pode esperar. Se você chega no hospital, tem de ser atendido. Se não é, você morre.

O que dá para fazer durante a transição?

Quero me reunir com todos os profissionais de saúde. Quero ver onde está faltando medicamento. Vou para a rede privada, vou fazer convênios, nem que eu tenha de alongar os prazos de pagamento. Vou zerar todas as filas da saúde. Já estive conversando com o Canrobert (Oliveira, oftalmologista). Ele disse que, com pouquíssimo, consegue fazer todas as cirurgias de catarata de que o Distrito Federal precisa. Conversei com o pessoal da rede hospitalar. Eles disseram que, com muito pouco, no contraturno, conseguem tirar todas as cirurgias que precisam ser feitas. Inclusive de stent, de coração, que é uma coisa que tem muita gente esperando. Quero zerar as filas de hospital.

O senhor já pensou em um nome para a Secretaria de Saúde?

Não. Vou conversar agora durante o período. Até agora, só tenho o secretário de Fazenda, o André Clemente, um cara que conhece muito a cidade, vai me ajudar a melhorar muito a arrecada-

ção. Fora isso, não tenho nome para área nenhuma.

E a articulação política?

Essa vai ser comigo. Vou ser articulador político. Eu gosto disso. Com a Câmara (Legislativa), a Câmara Federal, com ministérios, vou ter pessoas muito ligadas. Há uma pessoa que conheci esses dias e de quem gostei muito, o Vítor Paulo (deputado federal do DF pelo PRB). Ele tem um excelente relacionamento, está hoje como relator do Orçamento e está nos ajudando nas emendas. Vou ter pessoas muito próximas ligadas, como o Izalci Lucas (deputado federal e senador eleito pelo PSDB), gente que venha trazer recursos para o Distrito Federal. Mas quem vai fazer a articulação sou eu. Gosto de fazer isso.

Como será a escolha do secretariado?

Quero montar salas de transição. Vou convidar todos os que participaram da campanha. Cada um na sua especialidade, na sua área. Quero que cada um venha dar sua contribuição. Acredito que, em dois meses, você descobre as lideranças. Eu sempre fiz assim. Gosto de descobrir lideranças. As pessoas mais interessadas, que se mostrarem mais honestas, mais trabalhadoras e que consigam liderar vão ser essas pessoas.

O senhor seria capaz de manter um secretário do governo Rollemberg?

Acho que há alguns que até poderiam merecer. Gosto muito do Jaime Recena. É meu amigo, mas sei que é muito mais amigo do governador. Há algumas pessoas que acho que valeriam a pena. Não tenho nada contra ninguém.

Será um governo de advogados?

Acho que não. Advogados de algumas áreas servem. Ajudam muito. Justiça, acho que vale a pena ter pessoas (da advocacia). Só que os de que mais gosto não querem. Querem ficar na advocacia porque dá mais dinheiro (risos).

O senhor já fez uma sondagem?

Já. Por exemplo, gostaria de ver a Estefânia (Viveiros) como a secretária de Justiça. Gosto dela. É uma pessoa honesta. Mas ela está agora na campanha da Ordem. Quer ser conselheira federal, talvez diretora da Ordem.

E o perfil do secretário de segurança?

Quero conversar com o Bolsonaro. Ele vem muito a esta área de segurança, e acho que a capital da República é um local que ele tem de dar como exemplo. Se ele estiver a fim de ajudar na indicação, vou aceitar com muito carinho. O exemplo tem de ser dado a partir do Distrito Federal, então vamos começar com o presidente eleito.

E a lista da Polícia Civil, o senhor vai respeitar também?

Falei para eles que deveriam fazer uma lista única, sem divisão entre delegado e policial civil. O que pedi ao pessoal do Sinpol foi que fizessem uma lista com os mesmos nomes que estariam concorrendo na lista do Sindepo. Mas pretendo seguir. Porque, se sai um nome que esteja nas duas listas, fica mais fácil nomear. Mas o que quero de verdade é que a polícia seja um pouco menos politizada. Isso aí é horrível, o que soufri nesta eleição foi triste.

O senhor acha que a Polícia Civil é política? Em que situação?

Ela é politizada, infelizmente. O diretor da Polícia Civil (Eric Seba), por exemplo, foi totalmente inerte em relação a tudo que aconteceu no que diz respeito a fakes, perseguição. Isso não tem de acontecer. A polícia é para ser independente. Não quero polícia do meu lado para me proteger em nada. Quero fazer a minha vida correta de modo que eu não fique refém deles.

Fotos: Minervino Junior/CB/D.A Press



Não gosto de reeleição. Não me candidatei à reeleição na Ordem. E eu tinha mais de 90% de aprovação. Vou trabalhar para que a gente acabe com a reeleição no país desde o primeiro dia do meu mandato"



Agora, durante a transição, vou cuidar de forma muito especial da saúde, porque ela não espera. Educação pode esperar uma licitação de 15 dias, 30 dias. As delegacias já estão fechadas, e podem aguentar um pouquinho. Agora, na saúde, ninguém pode esperar"

A polícia que eu quero é aquela que cuida da vida, de prender bandido, de resolver os problemas da cidade.

Como o senhor imagina Brasília daqui a quatro anos?

Melhor. Bem melhor. Sofri muito nestas eleições. Chorei muito.

Em qual momento o senhor começou a chorar?

Quinze minutos depois que acabou a votação. Antes de sair o resultado. Eu sabia que estaria eleito. Mas é uma responsabilidade muito grande. Você, com 47 anos de idade, nascido na cidade, com toda a responsabilidade que você tem nas costas. Sou o primeiro presidente da OAB/DF nascido aqui e primeiro governador nascido aqui. Para mim, é uma história.

Onde o senhor estava?

Estava aqui (em casa). Comecei a chorar aqui e fui chorando até chegar ao Centro de Convenções.

Pensando em quê?

Na responsabilidade que está nas minhas costas e no compromisso que tenho com a cidade daqui para a frente. Sempre tive, mas agora é muito maior. É uma obrigação que tenho de fazer um bom trabalho.

Como seria para o senhor se ver em uma situação de rejeição crescente?

Não tenho preocupação. Não vou ser rejeitado. Vou conversar muito com a população do Distrito Federal. Vou mostrar as dificuldades, vou mostrar as coisas com clareza. Quem quer interlocução sou eu. Acho que, se você abrir as portas, sair do gabinete, viver nas ruas, conversar com as pessoas, mostrar o que está sendo feito, você consegue realizar muito.

Muita gente do meio político subestimou a sua candidatura?

Eles não conheciam. É aquela história do político tradicional. Ele acha que você tem de ter experiência na política, tem de ter sido votado. Eu tenho uma visão diferente. Eu sou o povo. Eu sabia o que eu queria e como eu queria votar. Eu queria votar em quem? Em nenhum desses outros que estavam aí. Imaginei que, eu, como povo, a grande maioria, seria dessa maneira. No início, quando surgiu a oportunidade, contratei pesquisa. Eu trabalho muito com pesquisa, e eles mostraram que existia um ambiente aberto. Peguei essas pesquisas, joguei na mesa e eles falaram que não daria, não ia ser certo e ninguém apostaria nisso. Eles não quiseram apostar, eu apostei e fui para a rua.

O senhor deve algo para alguém?

Não. Só para a minha própria consciência e para a minha família, que me ajudou muito. Não devo nada a ninguém.

Qual será o espaço que o Tadeu Filippelli terá no seu governo?

Ele é presidente do partido, mas ele compreendeu muito bem o local dele. Ele é um cara que tem experiência política, conhece a cidade como ninguém, é uma pessoa que quero ouvir. Conhece a cidade principalmente na área de obras. Na área política acho que nem tanto. Até porque o MDB não foi muito bem nas eleições, só teve o Rafael (Prudente) eleito. Ele terá essa função de me aconselhar. E há uma menina de quem gosto muito, a nora dele, a Ericka Filippelli. Ela tem um bom trabalho. Já trabalha no âmbito federal, na área da mulher, tem esse lado. Não tenho problema de dar cargo para que ela siga e crie um ramo na política. Para ele, acho que não. Não é nem por não resolver os problemas políticos dele, não. A população do Distrito Federal soube tratar a eleição com renovação. Isso foi feito em várias áreas. A gente tem de respeitar a vontade do povo.

Esse novo estará no seu secretariado?

Não quero nenhum secretário do passado, não. De preferência, que não tenha ninguém do passado. Acho que está na hora de a gente renovar no todo. Mas quero pessoas de referência.

Ficha limpa também?

Isso é essencial.

O senhor vai exigir que não tenha nenhuma denúncia ou condenação?

Corrupção. Não quero nenhuma denúncia de corrup-

ção. Outros crimes, tudo bem. Eu, por exemplo, tenho vários processos. São coisas do dia a dia da advocacia. Agora, corrupção, não. Ninguém pode me acusar de corrupção. Nunca corrompi ninguém, nem vou corromper ou ser corrompido. Isso eu não admito. Quando houver denúncia de corrupção, fica fora do governo.

Como será a sua relação para eleger o novo presidente da Câmara Legislativa?

Eu gostaria muito de não interferir. Mas, como há muitos deputados novos, acho que vão acabar buscando uma espécie de conselho. Quero que eles tenham harmonia, independência, cuidem da vida deles. Quem vai ser da oposição? Roosevelt (Vilela)? Não vai ter chance. Acho que dá para construir uma base. Quero uma base para aprovar projetos importantes.

O Joe Valle seria um nome para o seu secretariado?

Eu gosto. Um cara que conhece a área da agricultura como ninguém, tem serviços prestados na cidade, faz política bem-feita, foi traído pelo seu partido, infelizmente. Poderia estar eleito na política muito bem. Não tenho isso, não tenho retrovisor.

Onde o senhor vai morar?

Já estou olhando uma casa maior, porque preciso botar segurança. Quero dar tranquilidade para a minha família também. Estou vendo se consigo. Estou com algumas coisas selecionadas. Quero ver se compro uma chácara aqui na QI 5, na QI 15, alguma coisa que dê mais tranquilidade.

Que mensagem o senhor gostaria de passar para o seu eleitor e para quem não votou?

Sou governador do Distrito Federal como um todo. Esses 30% do Rollemberg, eles podem ter certeza que vou trabalhar pelo DF como um todo. Quero dizer ao governador que tenho um carinho enorme por ele, pela família toda. O debate eleitoral traz algumas rugas, algumas coisas que não deveriam acontecer, mas acontecem. (Quero) deixar uma mensagem de que Brasília precisa voltar a crescer. Achar seu futuro, seu rumo. Temos muito o que fazer pela cidade. Todos aqueles que quiserem vir no projeto estão incluídos, independentemente de em quem tenham votado.

Há algum político que te inspire?

Acho que temos alguns políticos, sim. Por incrível que pareça, sou apaixonado por Getúlio Vargas. Ele foi um grande estadista e, em seu tempo, um grande político. Getúlio é muito uma figura de uma pessoa que sabia ser autoridade sem ser autoritário.

Tancredo Neves também?

Sou apaixonado por Tancredo pela arte do diálogo. O Brasil perdeu muito de ele não ter assumido a Presidência da República. O país teria enfrentado menos turbulências se ele tivesse assumido. Gosto muito de ouvir. Sou um camarada que, por mais que fale muito, gosto muito de ouvir.

Com a eleição do Bolsonaro, o senhor acha que o país viverá momentos de turbulência por essa divisão?

Acho que o PT, como os partidos de esquerda como um to-

do, saiu fracionado, muito dividido. A eleição do Congresso Nacional inovou muito e, Bolsonaro, por conhecer muito bem o Congresso Nacional, vai saber administrar bem e fazer uma boa política. Ele pode ser tudo, menos burro.

O que o senhor pensa sobre o discurso de que ele é truculento e de que vai pregar a violência?

Sinceramente, acho que ele vai mostrar totalmente o contrário. Acho que ele sabe a responsabilidade que recai sobre os ombros dele, assim como sei a minha. Ele vai fazer uma política de união. Ele sabe que o país precisa disso.

Quando as urnas confirmaram sua eleição para governador do Distrito Federal nos próximos quatro anos, o que lhe veio à mente?

Veio a imagem do meu pai. Ele foi a pessoa mais importante na minha vida, morreu em dezembro do ano passado, mas sei que está acompanhando tudo isso. Quando voltei a Brasília para estudar, foi com muita dificuldade. Vim morar com as minhas tias e, de vez em quando, ele e minha mãe mandavam sacos de mantimentos para ajudar. Agora, eu olho para trás e vejo que nunca parei de estudar e de trabalhar, não teve um dia na vida em que eu não trabalhei e estudei. E isso eu devo ao meu pai.

Além dos eleitores que lhe deram vitória, quem é a pessoa que o senhor agradece por esse momento?

Tem muita gente. Minhas tias, que me acolheram como filho quando morei em Sobradinho, que eu amo muito, minha mãe. E muitos amigos que participaram dessa história que começou como uma possibilidade e veio se consolidando com o tempo.

A rotina de um governador é estressante, sem tempo para a família, para pedalar como o senhor gosta, por exemplo. Manterá encontros semanais com os amigos? Você será pai em poucos meses, como lidar com a paternidade e o governo?

Vou tentar levar a vida mais normal possível. Sei que há muito trabalho para ser feito e eu não vou decepcionar ninguém, mas sei delegar e cobrar, e este será o princípio da administração. Vamos ver como será, mas quero continuar pedalando, encontrando os amigos, cozinhando, fazendo as coisas que eu gosto. Claro que muita coisa vai mudar, incluindo a chegada do Mateus, mas acho que há espaço para tudo. Eu sempre trabalhei muito, mas sempre reservei tempo para mim, para a família e para os amigos.

Governantes têm o costume de se distanciar dos eleitores depois que chegam ao poder. Como será sua interlocução com o brasileiro?

Não é fácil lidar com as responsabilidades do poder, mas acho que estou preparado para isso. Eu quero governar ouvindo as pessoas e vou abrir canais para facilitar esse contato. Além disso, não vou deixar de ir à feira, me reunir com o povo; não quero deixar de fazer nada que eu gosto.

Por falar em poder, qual sua relação com ele?

Eu sou muito tranquilo em relação a isso. Não me deslumbro. O poder é bom quando você quer fazer o bem, te dá oportunidade de ajudar mais pessoas. E é só por isso que eu entrei nessa. Estava com a vida estabilizada, sem necessidade de nada, mas acho que posso dar uma contribuição, porque o ambiente estava ruim demais, não é? Eu não tinha em quem votar, me dava uma angústia olhar para o quadro e não ver ninguém. Eu nasci em Brasília, sou filho de um sonho, porque meus pais vieram para cá em busca de uma vida melhor. Eu quero resgatar esse sonho.

A residência oficial de Águas Claras será um espaço destinado a quê?

Eu recebi uma sugestão do Alfrío (Neto), que foi candidato a vice na chapa da Eliana (Pedrosa), de transformar aquilo num centro de cuidados às pessoas deficientes. Temos 600 mil deficientes no Distrito Federal. Ainda vou me debruçar melhor sobre o projeto, ver o que podemos fazer ali, mas é uma destinação muito melhor do que a de uma residência oficial que não é mais necessária, como foi nos primeiros anos de Brasília.

Como será sua relação com os secretários?

De trabalho com metas. Vou traçar as metas das políticas públicas e cobrar a realização, quem não der conta terá de dar lugar a outro. É assim que sempre trabalhei.

Em qual momento sentiu que poderia vencer as eleições?

Pode parecer incrível, mas sempre achei que poderia vencer. A minha insatisfação era igual à da maioria da população; como eu, todo mundo estava cansado dos mesmos políticos de sempre e eu sentia isso. Havia espaço para alguém novo, mas que mostrasse alguma experiência, o que é o meu perfil. Acabou que o Distrito Federal acreditou que eu poderia fazer diferente, e vou mostrar que realmente posso, porque acredito que é possível fazer política boa, com pessoas boas, interessadas no bem público.

Como o senhor quer ser lembrado depois de deixar o governo?

Como um cara que trabalhou muito e devolveu a esperança para as pessoas.



Pode parecer incrível, mas eu sempre achei que poderia vencer. A minha insatisfação era igual à da maioria da população; como eu, todo mundo estava cansado dos mesmos políticos de sempre e eu sentia isso"



Sou governador do Distrito Federal como um todo. Esses 30% do Rollemberg, eles podem ter certeza de que vou trabalhar pelo DF como um todo. Quero dizer ao governador que tenho um carinho enorme por ele, pela família toda"



Quero de verdade
é que a polícia
seja um pouco
menos politizada.
Isso aí é horrível,
o que sofri nessa
eleição foi triste"

Foco e determinação

Apontado por amigos como o “cara que quer tirar os projetos do papel”, Ibaneis Rocha é descrito como uma pessoa determinada que gosta de coisas cotidianas, como fazer feira e cozinhar

» HELENA MADER

Ele nasceu no Hospital de Base de Brasília, em julho de 1971, e passou a infância no interior do Piauí. Foi feirante, empacotador e comerciante, até se transformar em um bem-sucedido advogado. A escolha da profissão contrariou a vontade dos pais, que sonhavam ver o primogênito vestido em um jaleco de médico. Formado e com a carteira da ordem em mãos, o jovem bateu perna nos tribunais até acumular uma carteira de 80 mil clientes e uma fortuna de R\$ 93 milhões. Hoje, aos 47 anos, Ibaneis Rocha Barros Júnior soma à trajetória uma nova vitória. O brasiliense de raízes nordestinas foi eleito governador do Distrito Federal e vai comandar a capital pelos próximos quatro anos.

O **Correio** conversou com amigos, familiares e sócios de Ibaneis para traçar um perfil do futuro administrador da cidade. Determinação e foco são os substantivos mais frequentemente associados ao advogado. Quem convive com o emedebista revela ainda que ele é bom de garfo e

de panela — suas especialidades vão de pratos requintados à tradicional cozinha nordestina. Ibaneis traz os produtos de sua fazenda, no Piauí, ou vai pessoalmente à feira selecionar a matéria-prima. Apaixonado por ciclismo, ele pedala 50 quilômetros aos fins de semana. Fã de casa cheia, gosta de reunir os amigos em volta da mesa. Pai de dois rapazes, Caio, de 20 anos, e João Pedro, 13, ambos do casamento com a contadora Luzineide de Carvalho, Ibaneis está agora à espera de Mateus, fruto da união com a advogada Mayara Noronha. O bebê nasce em dezembro, pouco antes de o pai tomar posse.

Filho de piauienses, o governador eleito foi o primogênito de três crianças e herdou o nome do pai. Ele nasceu em Brasília, mas, aos 8 anos, acompanhou a família em um retorno às origens. Ibaneis pai decidiu voltar ao município de Corrente, sua terra natal, e

assumiu um emprego na Universidade Federal do Piauí, onde trabalhou em um projeto de desenvolvimento da soja na região. Paralelamente ao trabalho de professor, o patriarca tinha uma farmácia e era um comerciante conhecido na região. A mãe, Maria Mercedes, auxiliar de enfermagem, acompanhava a rotina dos três filhos.

Amigo há quatro décadas, o advogado Marcelo Cunha, 49 anos, conheceu Ibaneis em Corrente, no Piauí. “Somos amigos de infância, crescemos em uma cidade pequena e éramos muito próximos. Desde pequeno, o Ibaneis sempre teve foco e procurava formas de ser independente. Ele trabalhava em feira, fazia horta, estava sempre correndo atrás das oportunidades”, revela Marcelo, que hoje é colega de escritório e parceiro da campanha eleitoral do advogado. Para Marcelo Cunha, Ibaneis já demonstrava, ainda na infância,

as características que o levaram à conquista do Palácio do Buriti. “É um cara focado e muito determinado. Ele

pega as coisas e faz, realiza. É muito objetivo e dedicado ao trabalho, quer tirar os projetos do papel", acrescenta.

A servidora pública Érica Borges Barros Nazareth, 44 anos, irmã do governador eleito, também relembra a busca de Ibaneis por autonomia e independência desde a infância. "Ele trabalhou como empacotador e vendeu verduras na feira", conta. Ela acredita que a vivência da família no interior do Piauí ajudou a moldar as características políticas do irmão. "Em Corrente, a gente viu a miséria de perto. Então, ele tem empatia e entende os sentimentos das pessoas. Olha sempre nos olhos quando conversa com alguém e gosta muito de gente. Esses são seus grandes diferenciais".

Oito anos depois da mudança da família para Corrente, Ibaneis resolveu voltar sozinho a Brasília. Aos 16 anos, foi morar com uma tia que, assim como sua mãe, pressionava para que o rapaz se tornasse médico. Ele fez vestibular

na Universidade de Brasília (UnB) e chegou perto de uma vaga no curso de medicina. Sem contar à família, fez a seleção de direito no Uniceub e passou em segundo lugar. Paralelamente às aulas, fez estágio em instituições como o Banco do Brasil e a Embrapa e teve até uma farmácia.

Escritório

Em 1993, já formado, montou o primeiro escritório, com atuação na área trabalhista. O caminho foi

escolhido porque havia muita demanda de trabalhadores, com uma expectativa de retorno rápido. Ibaneis passou a advogar para empresas prestadoras de serviço e, na sequência, para os trabalhadores dessas empresas. O recém-formado atuou nas primeiras ações contra o Plano Real, para garantir a recomposição da URV. Mas o grande acontecimento de sua vida profissional foi uma ação ajuizada por uma associação de servidores do Ministério Público do Trabalho, relacionada a

questões de seguridade social. Ibaneis venceu a causa e, de quebra, ganhou centenas de novos clientes, principalmente do Judiciário. Hoje, o escritório do advogado, instalado em um luxuoso prédio no Setor de Administração Federal Sul, tem mais de 40 advogados e uma carteira de 80 mil clientes distribuídos por todo o Brasil.

Em 2003, a convite de um amigo, Ibaneis foi trabalhar na campanha da advogada Estefânia Viveiros para a presidência da

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A profissional não estava entre os favoritos, mas ganhou a disputa interna da categoria. Ibaneis ficou com a presidência da Comissão de Defesa de Prerrogativas dos Advogados e, no cargo, estreitou o contato com os colegas de profissão. Ele se orgulha de ter obtido, no Supremo Tribunal Federal (STF), a primeira liminar que permitiu um advogado fazer questionamentos em uma CPI.

OAB

Já bastante conhecido entre os advogados, resolveu concorrer à presidência da Ordem em 2009. Perdeu a primeira eleição para o advogado Francisco Caputo por 400 votos, mas levou na disputa seguinte, com uma vantagem de mais de 2,4 mil votos. Em 2015, emplacou o sucessor, o advogado Juliano Costa Couto, atual presidente da entidade. Ele elogia o colega e diz que Ibaneis "não teme os desafios". "Ele é um cara assertivo, mas que sempre age com a capacidade de olhar a ótica do outro, de se colocar no lugar do outro", elogia Costa Couto. No fim de novembro, os advogados vão às urnas novamente e o candidato apoiado por Ibaneis, Jacques Veloso, é um dos favoritos para presidir a Ordem.

Ibaneis Rocha tem à sua volta um grupo de amigos fiéis, com quem divide o trabalho e a vida social desde o início da profissão. O advogado Marlúcio Lustosa Bonfim é um deles. Sócio do governador eleito há 25 anos, desde que Ibaneis se formou, ele compartilha as causas e os hobbies com o emedebista. Marlúcio conta que o amigo gosta de espalhar diante das panelas. "Ele adora fazer comida nordestina, como buchada. Às vezes, vai à Feira do Guará, escolhe os produtos e prepara uma galinhada. Os amigos ficam em volta conversando", conta Marlúcio.

Marcelo Cunha revela outra paixão de Ibaneis Rocha: pedalar. "Há alguns anos, compramos bicicletas e começamos a percorrer de 40 a 50 quilômetros, sempre aos sábados e aos domingos", diz Cunha. "Outra coisa que gostamos muito de fazer juntos é ir de carro ao Piauí, visitar os amigos e familiares. Ibaneis é um cara de coração muito grande. Às vezes se irrita, mas logo volta para fazer um afago".

Ed Abreu/CEB/DA Press



Joel Rodrigues/Assessoria Ibaneis



O governador eleito gosta de ir à feira para escolher os produtos que ele mesmo utiliza na cozinha

Ed Alves/CB/D.A Press



A missa também faz parte da rotina de Ibaneis Rocha, que compareceu à celebração antes de votar

Vitória em 16 zonas eleitorais

» ALEXANDRE DE PAULA

Ibaneis Rocha (MDB) venceu com ampla margem em 16 das 19 zonas eleitorais e confirmou a previsão feita pelos institutos de pesquisa às vésperas da eleição. Em apenas três locais, o atual governador, Rodrigo Rollemberg, se saiu melhor.

No primeiro turno, Ibaneis venceu em uma zona eleitoral a mais do que na segunda etapa. Na 11ª (Cruzeiro, Octogonal, SMU, Sudoeste e SIG), a vitória de Rollemberg, porém, não foi fácil. O socialista teve 50,71% dos votos. Foram 756 a mais do que o candidato emedebista.

Ibaneis foi o candidato com mais votos na região no primeiro turno (29,25%). No entanto, o advogado teve mais de 60% dos votos em todas as zonas eleitorais onde venceu e conseguiu manter grande vantagem para Rollemberg em todas essas áreas ampliando ou mantendo os bons resultados do primeiro turno.

Em termos percentuais, o melhor resultado de Ibaneis Rocha foi no Recanto das Emas e em Samambaia (na 21ª zona eleitoral). Lá, ele alcançou 84,36%, com 65,3 mil votos

NÚMEROS

19**Total de zonas eleitorais
no Distrito Federal****1.042.574****Número total de votos
de Ibaneis Rocha****451.329****Número total de votos
de Rodrigo Rollemberg**

em números totais. Rollemberg teve pouco mais de 12 mil. No primeiro turno, o resultado de Ibaneis na região havia sido expressivo, com 52,34%, o que corresponde a 40 mil votos.

Em outras duas regiões, ele ultrapassou os 80% do eleitorado. Na zona 17 (Gama), teve 81,17%. Na 4ª (Santa Maria), o governador eleito alcançou 82,37%.

Em números totais, a 16ª zona

eleitoral deu o melhor resultado para o ex-presidente da OAB-DF. A área engloba Ceilândia Norte e Brazlândia. Ibaneis recebeu 81,1 mil votos, o que representou 79,89% do total local.

Plano Piloto

O atual governador teve o melhor desempenho entre os eleitores do Plano Piloto. Na 1ª Zona (Asa Sul), 31,8 mil eleitores votaram em Rodrigo Rollemberg (59,58%). Na primeira etapa, Rollemberg teve 17 mil votos na região. Na 14ª (Asa Norte, Vila Planalto e Águas Claras), o socialista alcançou 61,13%, o equivalente a 44 mil votos. No primeiro turno, foram 23 mil.

No Cruzeiro, onde conseguiu a única vitória a mais no segundo turno, Rollemberg saiu de 13 mil votos para 26,9 mil. Ibaneis venceu na região no primeiro turno, com 29,25% — 16,2 mil votos.

Ceilândia

Os disputados votos do maior colégio eleitoral do Distrito Federal foram importantes para a vitória de Ibaneis Rocha. Ceilândia foi o local escolhido pelo candidato para o último ato de

Renato Alves/Divulgação



Ibaneis durante campanha em Ceilândia, região onde o candidato teve votação sempre acima dos 70%

campanha, na sexta-feira. Na 20ª zona (que conta com diversas quadras da região), Ibaneis conquistou 73,68% dos votos.

Rollemberg também apostava em Ceilândia. Teve inúmeros

compromissos de campanha por lá ao longo dos dois turnos e priorizou nos discursos os feitos da gestão nas obras de infraestrutura do Sol Nascente. Assim como no primeiro turno, no entanto, o

atual governador não conseguiu conquistar os eleitores ceilandeses. Na 8ª Zona (Sol Nascente), o governador conquistou apenas 24,75% eleitores — teve 23 mil votos contra 71 mil do adversário.

Confirmada preferência por Bolsonaro

A preferência do eleitorado brasiliense pelo candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) se confirmou na análise dos números da eleição por zonas eleitorais. O presidente eleito ganhou em todas as regiões do Distrito Federal com vantagem grande para o adversário, Fernando Haddad (PT).

1.080.411

Votos de Bolsonaro no DF

463.340

Votos de Haddad no DF

A 14ª Zona Eleitoral (Asa Norte, Vila Planalto e Águas Claras) foi a região com a me-

nor diferença entre os dois candidatos. Ainda assim, Bolsonaro teve ampla vantagem. O

capitão da reserva teve 61,14% dos votos — 45,2 mil, contra 28,7 mil do petista.

A maior diferença foi na 13ª zona (Samambaia), em que Bolsonaro obteve 74,65%. Taguatinga deu a maior quantidade de votos para o presidente eleito em números totais, com 79,7 mil votos.

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



Eleitores comemoram a vitória do candidato do PSL na Esplanada

Ibaneis Rocha confirmou o favoritismo e conseguiu a maioria dos votos em quase todas as seções. O atual governador, Rodrigo Rollemberg, liderou em três, uma a mais que no primeiro turno das eleições para o Governo do Distrito Federal.

Divisão do eleitorado

Veja como cada região do Distrito Federal votou para governador e presidente

Número total de votos por zona eleitoral e percentagem dos votos válidos

Zona 1

Rollemberg	31.854	59,58%
Ibaneis	21.607	40,42%
Bolsonaro	38.328	65,44%
Haddad	20.239	34,56%

Zona 2

Ibaneis	51.911	70,31%
Rollemberg	21.925	29,69%
Bolsonaro	50.237	67,01%
Haddad	24.729	32,99%

Zona 3

Ibaneis	36.872	73,01%
Rollemberg	13.631	26,99%
Bolsonaro	38.253	72,83%
Haddad	14.268	27,17%

Zona 4

Ibaneis	55.276	82,37%
Rollemberg	11.835	17,63%
Bolsonaro	49.964	72,04%
Haddad	19.394	27,96%

Zona 5

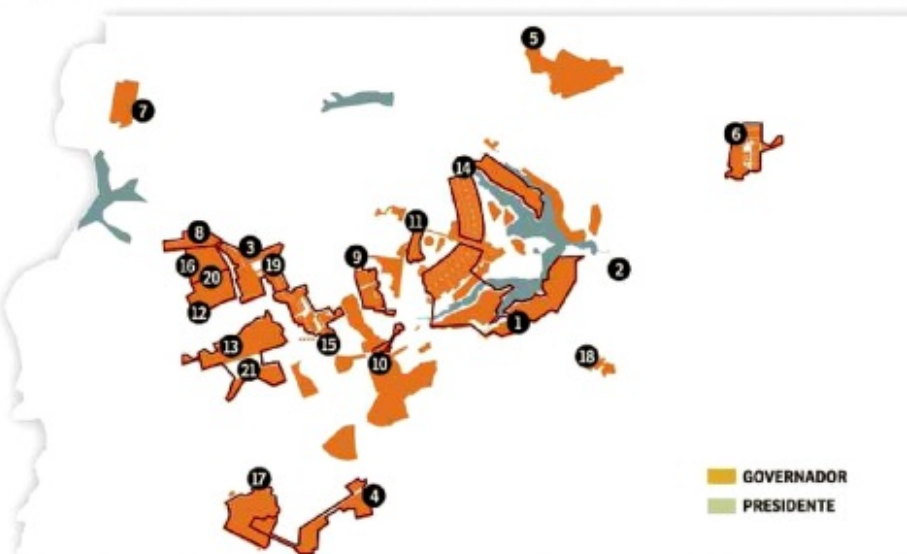
Ibaneis	60.944	66,88%
Rollemberg	30.185	33,12%
Bolsonaro	65.122	69,67%
Haddad	28.355	30,33%

Zona 6

Ibaneis	72.270	79,51%
Rollemberg	18.623	20,49%
Bolsonaro	63.606	68,12%
Haddad	29.761	31,88%

Zona 8

Ibaneis	71.201	75,28%
Rollemberg	23.376	24,75%
Bolsonaro	67.795	69,21%
Haddad	30.155	30,79%



Zona 9

Ibaneis	57.016	63,52%
Rollemberg	32.40	36,48%
Bolsonaro	64.315	69,40%
Haddad	28.357	30,60%

Zona 10

Ibaneis	58.236	72,09%
Rollemberg	22.546	27,91%
Bolsonaro	60.985	73,05%
Haddad	22.499	26,95%

Zona 11

Rollemberg	26.936	50,71%
Ibaneis	26.180	49,29%
Bolsonaro	37.749	69,41%
Haddad	16.635	30,59%

Zona 13

Ibaneis	74.220	79,87%
Rollemberg	18.704	20,13%
Bolsonaro	71.451	74,65%
Haddad	24.258	25,35%

Zona 14

Rollemberg	44.181	61,13%
Ibaneis	28.091	38,87%
Bolsonaro	45.284	61,14%
Haddad	28.778	38,86%

Zona 15

Ibaneis	65.417	60,94%
Rollemberg	41.927	39,06%
Bolsonaro	79.794	71,66%
Haddad	31.559	28,34%

Zona 16

Ibaneis	81.180	79,89%
Rollemberg	20.436	20,11%
Bolsonaro	73.789	70,85%
Haddad	30.361	29,15%

Zona 17

Ibaneis	70.361	81,17%
Rollemberg	16.323	18,83%
Bolsonaro	63.468	69,70%
Haddad	27.585	30,30%

Zona 18

Ibaneis	55.368	67,22%
Rollemberg	26.995	32,78%
Bolsonaro	56.607	67,25%
Haddad	27.571	32,75%

Zona 19

Ibaneis	51.009	69,22%
Rollemberg	22.685	30,78%
Bolsonaro	55.809	73,03%
Haddad	20.615	26,97%

Zona 20

Ibaneis	40.036	73,68%
Rollemberg	14.302	26,32%
Bolsonaro	39.900	70,87%
Haddad	16.398	29,13%

Zona 21

Ibaneis	65.379	84,36%
Rollemberg	12.125	15,64%
Bolsonaro	57.955	72,65%
Haddad	21.823	27,35%

1 Asa Sul

2 Paranoá, Itapoá, Lago Norte, Verjão, Taquari e Granja do Torto

3 Taguatinga Norte

4 Santa Maria

5 Sobradinho I e Sobradinho II

6 Planaltina e Arapoanga

7 Ceilândia Norte (QNM e QNN), P Norte e Sul Nascente

8 Guará I e II, Estrutural, Park Sul, SIA e SOF Sul

9 Núcleo Bandeirante, Setor de Mansões Park Way, Candangolândia e Riacho Fundo I e II

10 Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, Octogonal, Setor Militar Urbano, Sudoeste e SIG

11 Samambala (exceto as quadras 500 e QR 317)

12 Asa Norte, Vila Planalto e Águas Claras

13 Taguatinga Sul, Taguatinga Centro, Amiguela e Águas Claras

14 Ceilândia Norte e Brazlândia

15 Gama

16 Lago Sul, Jardim Botânico e São Sebastião

17 Taguatinga Norte e Vicente Pires

18 Ceilândia (QNN 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40 e EQNN 18/20, 20/22, 22/24, 24/26) e P Sul

19 Recanto das Emas e Samambala (quadra 500 e QR 317)

O legado de Rollemberg

Além do ajuste nas contas públicas, o governador se destacou na regularização de condomínios, na desobstrução da orla do Lago Paranoá, no fechamento do Lixão da Estrutural e no enfrentamento à crise hídrica

» ANA VIRIATO

As 20h13 de ontem, o governador Rodrigo Rollemberg (PSB) chegou ao Comitê Central de Campanha, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), e, sob aplausos e gritos de correligionários, iniciou o primeiro discurso após o resultado oficial das urnas, divulgado às 18h44, que mostraram a derrota com mais diferença de um candidato à reeleição da história do Distrito Federal, em segundo turno. Entre agradecimentos e autoanálises, o socialista despistou sobre a possibilidade de liderar a oposição ao adversário Ibaneis Rocha (MDB) ao longo dos próximos quatro anos e pregou a união. “Viveremos momentos desafiadores. Brasília e o Brasil vão precisar de todos nós para pacificar o nosso país”, afirmou.

Ao lado da primeira-dama, Márcia Rollemberg, do candidato à Vice-Governadoria da chapa, Eduardo Brandão (PV), e da senadora eleita Leila do Vôlei (PSB), o governador pediu perdão pelos erros cometidos ao longo da gestão. “Sempre tentei acertar. Dei o melhor de mim”, disse. Em discurso, adiantou que pretende fazer uma transição “tranquila”. “Faremos o que estiver ao nosso alcance para que Ibaneis (Rocha) possa iniciar o governo em condições muito melhores do que assumi, pelo bem de Brasília”, ressaltou.

Pela manhã, em carta enviada por WhatsApp a simpatizantes e integrantes do primeiro escalão, Rollemberg explicou que chegou àquele momento com “honra e sentimento de dever cumprido”. “Temos um legado. Mostramos que é possível governar sem corrupção. Não é pouca coisa no Brasil de hoje. E temos resultados”, escreveu, ressaltando feitos da gestão, como a inauguração do Bloco 2 do Hospital da Criança, a mudança no modelo de gestão do Hospital de Base e a menor taxa de homicídios em 30 anos.

O chefe do Palácio do Buriti acompanhou a apuração na fazenda da família, próximo a Luziânia. Ao saber do resultado, ligou para Ibaneis a fim de parabenizá-lo. Na sequência, visitou a mãe, Teresa, na Asa Sul. Ao chegar ao SIA, tirou selfies, distribuiu abraços e disse que “não era momento para tristeza”.

Legado

Na contramão dos quatro governadores eleitos na capital desde a conquista da autonomia política pelo DF, Rollemberg não erigiu obras milionárias e de grande projeção — à exceção do Trevo de Triagem Norte, intervenção viária que deve ser concluída em 2019. O legado do socialista divide-se entre cinco eixos principais, com destaque ao ajuste das contas públicas. O slogan da campanha à reeleição, “Casa arrumada, hora da virada”, refletiu o aspecto.

Ao assumir o mandato, o chefe do Palácio do Buriti herdou um rombo nas finanças superior a R\$ 3 bilhões. Ao fim da gestão

de Agnelo Queiroz (PT), servidores públicos, fornecedores e prestadores de serviços recebiam pagamento com atraso. Para equilibrar os caixas, o socialista reduziu o número de secretarias e cortou gastos com comissionados. Poucos meses depois, anunciou um pacote de ações com medidas impopulares, a exemplo do aumento de tarifas públicas e da suspensão do reajuste do funcionalismo.

Pela projeção atual, Rollemberg deixaria o GDF com um déficit de R\$ 600 milhões — equivalente a um quinto do herdado. Na última sabatina promovida pelo **Correio Braziliense**, entretanto, ele destacou que o valor pode baixar ainda mais. Com o saneamento das contas, o governador havia garantido o pagamento da terceira parcela do funcionalismo em junho e a rediscussão dos vencimentos de professores a fim de respeitar as metas do Plano Distrital de Educação (PNE).

O chefe do GDF ainda resolveu o problema da crise hídrica do Distrito Federal pelos próximos 20 anos, conforme estimativas do alto escalão. As intervenções foram necessárias, pois, de 2000 a 2015, gastou-se somente R\$ 15 milhões com obras de captação de água e afins. Como resultado, o DF experimentou o primeiro racionamento da história — o rodízio durou 17 meses. Para combater a escassez, entre 2016 e 2017, Rollemberg

investiu R\$ 100 milhões em novas captações de água, como a do Bananal e do Lago Paranoá, e reativou outras, a exemplo dos córregos Alagados e Crispim, no Gama. O governador também retomou as construções em Corumbá IV, paralisadas desde a gestão de Joaquim Roriz, sob o custo de R\$ 272 milhões. A estimativa é de que a obra seja entregue em dezembro.

Moradia

Outro legado do socialista está na habitação. Com a aprovação da Lei nº 13.645, de 2017, no Congresso Nacional, Rollemberg iniciou a regularização de condomínios. A regulamentação beneficiou

moradores do Ville de Montagne, Solar de Brasília e de trechos de Vicente Pires. No discurso adotado na campanha, Rollemberg também deu destaque às escrituras entregues em menos de quatro anos. No total, foram 63 mil, sendo 53 mil definitivas.

O fechamento do Lixão da Estrutural, o maior da América Latina, também é um marco na gestão do socialista. O aterro passou a receber somente resíduos da construção civil, material inerte, ou seja, que não compromete o meio ambiente. Os cerca de 2 mil catadores que trabalhavam na região foram realocados para galpões de triagem localizados no SIA, Setor Complementar de Indústria e

Abastecimento (SCIA), Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN) e Ceilândia.

Motivo de críticas de adversários, o socialista desobstruiu a orla do Lago Paranoá. Conforme decisão judicial, o GDF retirou todas as construções feitas a menos de 30m das margens sul e norte do reservatório. Os responsáveis pelo projeto urbanístico em torno do espelho d'água foram selecionados em abril, por meio do concurso Masterplan Orla Livre. A proposta dos arquitetos indica o formato da distribuição de restaurantes, ciclovias, praia artificial, entre outras áreas de lazer. A expectativa da Casa Civil era lançar a licitação para as obras no início de 2019.

TRÊS PERGUNTAS PARA**RODRIGO ROLLEMBERG (PSB),**
GOVERNADOR DO DF**O senhor contestará a eleição de Ibaneis Rocha na Justiça Eleitoral sob a alegação de compra de votos e abuso de poder econômico?**

As pontuações que temos foram feitas na campanha e terão o curso normal no Judiciário. Recebemos com muita humildade o resultado das urnas. Esse foi o desejo da população de Brasília. A gente respeita. Não tenho a menor pretensão de fazer um terceiro turno das eleições.

Qual será a postura do senhor nos próximos anos?

O futuro a Deus pertence. Mas sempre disse que, independentemente do resultado, vou continuar servindo Brasília e o Brasil. Essa é a minha missão. Deixo essa mensagem de união. Esse é o momento de

respeitarmos o resultado das urnas e olharmos para frente com orgulho e reconhecimento do que fizemos. A nossa missão será dar a contribuição para pacificar. O radicalismo não serve a ninguém. Nós temos algo muito precioso, que é a Constituição Brasileira, que está acima e de todos.

Como será o processo de transição?

Isso vai depender do governador eleito. Temos toda a disposição de abrir os dados e colocar os nossos técnicos ao dispor dele. Alguns projetos que têm consequência para o orçamento do ano que vem, também. Tudo isso para que ele possa iniciar o governo em condições muito melhores do que assumi, pelo bem de Brasília. O que estiver ao nosso alcance para que a população sofra o menos possível na transição, faremos.

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press



O governador Rodrigo Rollemberg votou logo na abertura do pleito, às 8h, em um colégio da Asa Sul

Carlos Vieira/CS/D.A. Press



Rodrigo Rollemberg deu a primeira entrevista após a derrota nas urnas no comitê de campanha, no SIA: "Viveremos momentos desafiadores. Brasília e o Brasil vão precisar de todos nós para pacificar o nosso país"

Histórico contra a reeleição

Com a derrota de Rodrigo Rollemberg (PSB) nas urnas, a capital mantém a tradição de não reeleger governadores. Desde que se implementou a possibilidade de renovação do mandato no país, em 1995, apenas um governante conseguiu a façanha no Distrito Federal: Joaquim Roriz. O ex-chefe do Palácio do Buriti o fez em 2002, quando venceu Geraldo Magela (PT), no segundo turno, com uma vantagem de 15.778 votos.

Outros três ex-governadores tentaram a reeleição. Em 1998, Cristovam Buarque, à época do PT, partiu para o confronto direto com Roriz e perdeu o pleito por uma diferença de 36.230 votos. Em 2006, Maria de Lourdes

Abadia, que assumiu o Executivo local quando Roriz se desincompatibilizou para concorrer ao Senado, disputou com José Roberto Arruda (PR) e saiu derrotada no primeiro turno.

Em 2014, Agnelo Queiroz (PT) tornou-se o segundo candidato à reeleição da história do DF a ficar de fora do segundo turno. Àquela ano, Jofran Frejat (PR), com a bênção de Arruda e Rodrigo Rollemberg protagonizaram o confronto. O atual governador saiu vitorioso, com 55% dos votos.

Escolaridade

Para o cientista político e advogado eleitoral Valdir Pucci, o

fenômeno deve-se, em parte, à alta escolaridade do brasiliense. “Com isso, a população acaba por ser mais crítica quanto aos aspectos da governabilidade. Se um gestor não cumpre promessas, é descartado para outro mandato”, observou.

Outro aspecto, conforme o especialista, é a base formada pelo funcionalismo público. “Há muitas pessoas que têm uma visão clara da máquina pública e do que se faz com ela. Elas se tornam formadoras de opinião. Além disso, têm estabilidade e boa renda, o que torna mais fácil que se desvencilhem de um governo sem pensar duas vezes”, pontuou. (AV)

Ricardo Borba/CB/D.A Press - 26/9/02



O ex-governador Joaquim Roriz conseguiu se reeleger ao GDF em 2002: exceção na capital federal

Ibaneis Rocha diz ter apenas um nome certo para o seu governo, o de André Clemente Lara para a Secretaria da Fazenda. O emedebista pensa em aumentar o número de pastas, desde que não haja aumento de gastos

Secretariado indefinido

» HELENA MADER

A pesar de ter liderado a corrida eleitoral no segundo turno com 75% de intenções de voto nas pesquisas, Ibaneis Rocha (MDB) evitou qualquer rumor sobre a escolha do secretariado. O advogado não queria “colocar o carro na frente dos bois”, como justificou, e desautorizava aliados que tentassem negociar cargos. Mesmo após a eleição, a formação do primeiro escalão ainda está indefinida. O governador eleito quer nomes novos para compor a equipe. Ele não descarta ouvir os distritais eleitos, mas garante que não haverá pessoas denunciadas por corrupção em sua gestão.

Só um nome está confirmado por Ibaneis para compor o secretariado: seu coordenador de campanha, André Clemente Lara, vai comandar a pasta da Fazenda. Advogado e contador, auditor da Receita de carreira, ele ocupou o cargo em 2010, durante o governo tampão de Rogério Rosso. André Clemente atuou como um dos colaboradores mais próximos da campanha de Ibaneis e sempre foi apontado como um possível secretário da Fazenda ou do Planejamento. “É um cara que conhece muito a cidade, vai me ajudar a melhorar a arrecadação”, justifica Ibaneis.

O governador eleito ainda não escolheu um nome para a pasta que deve ser a mais cobrada durante sua gestão: a Saúde. Mas ele tem conversado muito com o médico oftalmologista Canrobert Oliveira. “Ele disse que, com pouquíssimo recurso, consegue fazer todas as cirurgias de catarata que o Distrito Federal precisa”, comentou. “Acho que o secretário de Saúde tem de ser uma pessoa que converse com todos os profissionais da área. Quero uma pessoa que tenha interlocução. Não precisa ser um médico, mas, se for, melhor”, comentou. “Quero que, embaixo dele, estejam pessoas técnicas, que façam uma gestão da política da saúde, que façam compras no tempo certo, que deem atenção às regionais hospitalares e cuidem da atenção básica”.

Ibaneis conta que, desde que não haja aumento de gastos, ele poderá aumentar o número de pastas. Ele cita o exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que

tem 50 comissões. No caso da saúde, por exemplo, ele cogita criar uma Secretaria de Atenção Básica, separando a atuação das equipes de saúde da família da parte hospitalar. “Se eu conseguir ter um secretário de Atenção Básica e um secretário de Saúde para cuidar das duas coisas separadamente, acho que vai melhorar. Não tenho problema em criar secretarias. Acho que é preciso enxugar o tamanho delas para não virar cabide de empregos”.

Articulação

O governador eleito pretende comandar, pessoalmente, a articulação política. “Gosto de fazer isso”, explica. Mas ele teve elogios ao deputado federal Vítor Paulo (PRB-DF), um dos relatores do orçamento da União no Congresso Nacional. “Ele tem um excelente relacionamento e está nos ajudando nas emendas”.

Ele não descarta nem mesmo convidar pessoas que atuaram na gestão do governador Rodrigo Rollemberg, caso avalie que têm um perfil técnico. Cita como exemplo o secretário de Turismo, Jaime Recena. “Gosto muito dele”, afirma. Depois de quase uma década de atuação na Ordem dos Advogados do Brasil, Ibaneis Rocha reconhece que tende a convidar colegas de profissão para algumas pastas.

Um dos nomes que gostaria de ter em sua gestão é a advogada Estefânia Viveiros. A ex-presidente da OAB-DF e aliada do governador eleito pode ser convidada para a pasta da Justiça. Mas Ibaneis reconhece que a colega dificilmente deixaria a Ordem para compor o secretariado do GDF.

Para a escolha do secretário de Segurança, Ibaneis Rocha pretende ouvir o presidente da República eleito, Jair Bolsonaro (PSL). "Ele vem dessa área de segurança e acho que a capital da República é um local que ele tem de dar como exemplo. Se ele estiver a fim de ajudar na indicação, vou aceitar com muito carinho. O exemplo tem de ser dado a partir do Distrito Federal, então vamos começar com o presidente eleito", afirma o governador.

O deputado distrital eleito Iolando, do PSC, é apontado como um nome forte para comandar uma nova pasta: a de pessoas com Deficiência. Iba-

Reprodução/Facebook



O eleito Iolando é cotado para a pasta de Pessoas com Deficiência



Acho que o secretário de Saúde tem de ser uma pessoa que converse com todos os profissionais da área. Quero uma pessoa que tenha interlocução. Não precisa ser um médico, mas, se for, melhor. Quero que, embaixo dele, estejam pessoas técnicas, que façam uma gestão da política da saúde, que façam compras no tempo certo, que deem atenção às regionais hospitalares e cuidem da atenção básica"

*Ibaneis Rocha,
governador eleito*

Fundação Getulio Vargas

Veículo: Correio Braziliense - DF

Data: 29/10/2018

Tópico: FGV Social

Página: Capa/2 3 4 5 6 7 8 9
10 11 12 13 14 14-15 16 23
24

Editoria: CIDADES

neis diz que quer evitar priorizar indicações políticas, mas garante que pretende ouvir os distritais. Apesar das especula-

ções, o ex-vice-governador Tadeu Filippelli não terá cargos no governo. A nora do emedebista, Ericka Filippelli, no en-

tanto, deve integrar a gestão. Ela é atuante no MDB Mulher nacional e disputou o cargo de deputada distrital.

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press - 13/3/08



Ibaneis gostaria de ter a advogada Estefânia Viveiros, ex-presidente da OAB-DF, como secretária de Justiça

Mais de 500 mil optaram por não escolher governador



» ALEXANDRE DE PAULA

Entre votos em branco, nulos e abstenções, mais de 500 mil brasilienses preferiram não escolher nenhum dos candidatos ao Palácio do Buriti ontem, no segundo turno das eleições, em que o emedebista Ibaneis Rocha derrotou o atual governador Rodrigo Rollemberg (PSB).

A abstenção superou em muito a registrada no segundo turno da eleição de 2014. Cerca de 19% dos eleitores do Distrito Federal não compareceram à votação de ontem.

Foram 394,2 mil pessoas que deixaram de votar neste domingo. Na eleição anterior, por volta de 240 mil pessoas não compareceram, o que representou 12,64%.

Cerca de 8% dos brasilienses anularam e 3,47% votaram em branco, num total de 193,3 mil eleitores. O número, no entanto, é pouco menor do que o índice registrado no segundo

turno de 2014 quando 152,7 mil (9,22%) anularam e 42 mil votaram branco (2,54%).

No primeiro turno do pleito deste ano, a abstenção foi parecida: 389,8 mil brasilienses não votaram. O índice ficou próximo também dos 19%.

Os votos nulos e brancos, porém, representaram um total menor: 66,5 mil brasilienses votaram branco e 113,6 mil anularam o voto ontem.

Desencanto

O alto percentual de abstenção e de votos nulos e brancos era um fenômeno esperado por cientistas políticos antes do pleito, não só para o Distrito Federal, mas para todos os países.

O desencanto com a política nacional e os inúmeros escândalos de corrupção dos últimos anos contribuíram, segundo os especialistas, para que a população optasse por não comparecer ou preferisse anular e vo-

Youtube/Reprodução



tar branco em 2018.

“Os escândalos recentes (ocorridos na última década) da política e a situação bastante debilitada de setores como saúde, educação e segurança pública no país levaram o eleitor a ficar desanimado. Isso tudo gerou um descrédito muito grande com a política e

com os políticos e, sem dúvidas, vai se refletir num número maior de abstenção e de votos brancos e nulos”, previu o especialista em políticas públicas pela Universidade de Brasília (UnB) e professor de ciência política Emerson Masullo, em entrevista ao **Correio** antes da votação.



Isso (os escândalos de corrupção) tudo gerou um descrédito muito grande com a política e com os políticos e, sem dúvidas, vai se refletir num número maior de abstenção e de votos brancos e nulos”

Emerson Masullo,
especialista em políticas públicas pela UnB

A maioria dos parlamentares eleitos em 7 de outubro estará na base de Ibaneis Rocha, no início do governo do emedebista. Apenas os dois deputados distritais petistas se declaram abertamente como opositores ao futuro chefe do Executivo

Com força na Câmara

» ALEXANDRE DE PAULA

Próximo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) terá base sólida na Câmara Legislativa no início do mandato. A maioria dos distritais eleitos pretende ficar ao lado do novo chefe do Executivo. Dos 24, 14 declararam abertamente ao **Correio** o apoio ao advogado. Apenas dois dizem que farão oposição direta, enquanto o restante se declara independente.

Passada a tensão eleitoral, a formação da equipe do novo governador e a construção de um diálogo sólido com os parlamentares eleitos devem ser prioridades. As alianças construídas ao longo da campanha facilitam a busca por governabilidade e devem propiciar um começo de governo mais tranquilo do que o enfrentado por Rodrigo Rollemberg (PSB) quatro anos atrás.

Com só quatro distritais eleitos pela coligação àquela época e sem nenhum representante do

partido, Rollemberg enfrentou uma Câmara que começou com pé atrás, apesar de a princípio sinalizar postura mais neutra. Ao longo do mandato, a relação foi se complicando e o atual governador perdeu o suporte até de siglas que o apoiaram no pleito de 2014, como o PDT.

Ao longo da campanha, Ibaneis prometeu um novo modelo de relação com a Câmara Legislativa. Garantiu que não fará acordos em troca de cargos e de favores. Os distritais, segundo ele, por exemplo, não terão força para indicar os chefes das administrações regionais, para as quais prometeu processo de escolha mais democrático. Por outro lado, assegurou que estará mais aberto ao diálogo.

Um dos parlamentares que farão parte da base aliada de Ibaneis, o distrital reeleito Cláudio Abrantes (PDT) afirma que o

atual governo cometeu muitos erros ao lidar com a Câmara Legislativa. "Este governo errou demais e não falo de conchavos e acordos por cargos, mas faltou respeito e colocar as coisas de maneira clara. Tenho esperança de que Ibaneis não trate a Câmara como um puxadinho", comentou. O PDT, de Abrantes, estava oficialmente coligado com Rollemberg nestas eleições, mas o distrital declarou apoio a Ibaneis desde o início da campanha.

Outro distrital reeleito que acredita na construção de uma relação mais sólida entre a CLDF e o Palácio do Buriti é Rafael Prudente (MDB). "Acredito que, com o governo Ibaneis, não vamos precisar de tantos embates. Vai ser uma outra forma de lidar com a Câmara Legislativa. Ele se comprometeu a ter um diálogo muito mais amplo, esse é o compromisso maior", explicou o correligionário do governador eleito.

Apoios firmados

Além dos distritais que faziam parte do grupo de apoio de Ibaneis desde o início da campanha, o emedebista conquistou outros nomes ao longo do segundo turno. Com uma aliança ampla que contava com 21 siglas, o advogado trouxe mais distritais eleitos para a base aliada.

Foi o caso de partidos como o PRB e o Podemos, que estavam com Rogério Rosso (PSD) no primeiro turno. Um dos distritais conquistados por Ibaneis no segundo turno, Jorge Vianna (Podemos) também destaca o compromisso do governador eleito de respeitar mais a nova Câmara e acredita em um mandato sem sobressaltos. "Por ele ser advogado, operador do direito e defensor das leis, espero que possa cumprir tudo que for feito por nós e as leis que já existem. Acredito nessa proteção, nessa promessa de garantir a legalidade", acrescentou.

AS POSIÇÕES

Confira a postura dos 24 deputados distritais em relação ao novo governador:

» Agaciel Maia (PR)	Não se manifestou
» Arlete Sampaio (PT)	Oposição
» Chico Vigilante (PT)	Oposição
» Cláudio Abrantes (PDT)	Governista
» Daniel Donizet (PRP)	Governista
» Delegado Fernando Fernandes (Pros)	Governista
» DeLmasso (PRB)	Governista
» Eduardo Pedrosa (PTC)	Governista
» Fábio Felix (PSol)	Independente
» Hermeto (PHS)	Governista
» Iolando (PSC)	Governista
» João Cardoso Professor-auditor (Avante)	Governista
» Jorge Vianna (Podemos)	Governista
» José Gomes (PSB)	Independente
» Júlia Lucy (Novo)	Independente
» Leandro Grass (Rede)	Independente
» Martins Machado (PRB)	Governista
» Professor Reginaldo Veras (PDT)	Independente
» Rafael Prudente (MDB)	Governista
» Reginaldo Sardinha (Avante)	Governista
» Robério Negreiros (PSD)	Governista
» Roosevelt Vilela (PSB)	Independente
» Telma Rufino (Pros)	Não se manifestou
» Valdelino Barcelos (PP)	Governista

Independência

Até os parlamentares do partido de Rollemberg decidiram não se colocar como oposição ao novo chefe do Buriti. José Gomes e Roosevelt Vilela — do PSB — afirmaram que serão independentes. “Essa coisa de oposição e situação é horrível. Precisamos pensar em Brasília. Vamos fiscalizar e apoiar o que for bom. Sou da segurança pública, quero ver esse aumento de 37% que ele prometeu às corporações com o Orçamento que temos. Espero que ele consiga, mas vou cobrar”, disse Roosevelt.

O argumento de pensar nos melhores projetos para a cidade é replicado por diversos outros parlamentares que recusam o rótulo de governistas e de oposição. “A minha posição é de independência porque serei a favor do que for melhor para a cidade. Se forem projetos positivos, serei favorável. Se forem ruins, vou ser

contrária”, disse, por exemplo, a distrital do Novo, Júlia Lucy.

Oposição petista

Os dois deputados distritais eleitos pelo PT foram os únicos a se posicionar contra o novo governador. Chico Vigilante e Arlete Sampaio assumirão postura mais crítica e devem analisar com mais rigor os projetos de Ibaneis Rocha. “Vou ser também um cobrador implacável das promessas feitas na campanha. Não se pode se comprometer a fazer tanta coisa e não cumpri-las”, ressaltou.

Assim como Vigilante, Arlete destaca que a oposição não será feita de maneira intransigente e que ambos poderão votar com o novo governador caso concordem com os projetos apresentados. “Não seremos oposição contra os projetos bons para a cidade. Colaboraremos com o que for positivo e tentaremos melhorar o que não for”, comentou.

Luis Nova/Esp. CB/D.A Press - 13/1/17



Plenário da Câmara Legislativa: 14 dos 24 distritais eleitos declararam abertamente o apoio ao futuro governador do Distrito Federal

Boa relação com Bolsonaro

» PEDRO GRIGORI

ESPECIAL PARA O CORREIO

Ibaneis Rocha (MDB), que comandará o Palácio do Buriti a partir de 1º de janeiro, pretende manter um bom entrosamento com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). Nas últimas semanas de campanha, o emedebista relacionou o seu nome diversas vezes ao do capitão da reserva, mas afirmou que só declararia voto após ouvir as propostas do candidato do PSL para Brasília.

Em 2017, o Distrito Federal recebeu R\$ 13 bilhões do Fundo Constitucional — a maior receita líquida repassada a uma unidade da Federação. Ter uma relação ruim com o presidente da República não põe em risco a verba recebida, mas, para especialistas, pode impossibilitar recursos extras.

Ao **Correio**, Ibaneis afirmou que votou em Bolsonaro para presidente. No DF, o candidato do PSL teve 1.080.411 de votos, 69,99% do total. Ibaneis recebeu 1.042.574 (69,79%). Pela proximidade das votações, especialistas acreditam que os futuros chefes dos palácios do Buriti e do Planalto têm eleitorado semelhante.

Neste mês, durante carreata na Candangolândia, Ibaneis afirmou que “quem quer Bolsonaro vota 15 e vira bolsoneis”. “Acredito que ele (Bolsonaro) vai olhar com apreço para Brasília, porque

morou aqui por muito tempo e tem uma esposa que é de Ceilândia”, destacou o governador eleito.

Afinidade ajuda

O professor de Análise Política na Universidade de Brasília (UnB) Ricardo Caldas explica que é importante para o governador ter o máximo possível de intimidade com o presidente. “Ter maior afinidade possibilita ser incluído em outros projetos, grupos de trabalho e em ações acima do âmbito do DF. Se a relação for ruim, o governador terá que trabalhar por conta própria, e inviabiliza e impede recursos extras.”

O especialista acredita que Bolsonaro terá uma boa relação com Brasília, devido, principalmente, a votação expressiva do político do PSL no DF. “Houve o slogan ‘Mais Brasil e menos Brasília’, que acabou sendo mal-entendido. O sentido é de menos decisões tomadas centralmente, e mais tomadas ouvindo todas as unidades da Federação. O brasiliense casou dois votos, de governador com presidente, votando em Bolsonaro e Ibaneis, então há uma expectativa que haja essa interlocução”.

Diálogo na Câmara

Dos três nomes que vão ocupar as cadeiras do DF no Senado Federal a partir de 2019, um

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press - 5/9/18



Ter maior afinidade possibilita ser incluído em outros projetos, grupos de trabalho e em ações acima do âmbito do DF. Se a relação for ruim, o governador terá que trabalhar por conta própria, e inviabiliza e impede recursos extras"

Ricardo Caldas,
professor de Análise
Política na UnB

O então candidato a presidente em campanha no DF, onde teve 1.080.411 de votos, 69,99% do total

apoia abertamente Bolsonaro: Izalci Lucas (PSDB). O futuro senador afirma que ajudará o capitão da reserva no Congresso Nacional e que quer "exterminar o comunismo e o socialismo no Brasil". Leila do Vôlei (PSB) e Reguffe (sem partido) se mantêm neutros.

Dos oito deputados federais que assumem as cadeiras do DF

em 2019, quatro atuarão ao lado de Bolsonaro: Bia Kicis (PRP), Celina Leão (PP), Júlio César (PRB) e Luis Miranda (DEM). Paula Belmonte (PPS) se manteve neutra e Flávia Arruda (PR) não se pronunciou. Erika Kokay (PT) e Professor Israel (PV), que abriram voto para Fernando Haddad (PT), se colocaram como oposição ao futuro presidente.

Erika lamentou a vitória de Bolsonaro pelas redes sociais. "Tivemos uma derrota eleitoral, mas ganhamos na política. Lua de mel do povo com Bolsonaro não dura três dias", escreveu no Twitter. "Vamos continuar semeando amor. Bolsonaro foi eleito democraticamente para açoitar a democracia. Entramos num capítulo sombrio

do golpe. Faremos resistência incansável contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo", completou a petista.

Já Bia Kicis, que se elegeu com o slogan "a federal do Bolsonaro no DF", comentou pelas redes sociais que "começa hoje um novo tempo, tempo de liberdade, valores, honestidade, patriotismo e amor".

Expectativa de diálogo

Entidades do setor produtivo prometem cobrar do futuro governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), as promessas feitas durante a campanha. Entre as principais demandas de empresários está a redução de impostos

» PEDRO GRIGORI
» VICTOR GAMMARO
ESPECIAIS PARA O CORREIO

Ao sentar na cadeira de governador do Distrito Federal a partir de janeiro do próximo ano, Ibaneis Rocha (MDB) terá como uma das missões aquecer o setor produtivo da capital federal. Entidades que representam a categoria reagiram positivamente à eleição do emedebista, mas lembraram que o futuro governador fez diversas promessas durante a campanha e que eles atuarão como fiscalizadores para garantir que Ibaneis as cumpra.

No plano de governo, Ibaneis destaca a necessidade de políticas de incentivos fiscais, creditícios e econômicos, redução da burocracia, entre outros, para colocar o DF “na estrada do desenvolvimento econômico e sustentável” (leia quadro). Um dos principais pontos em que o futuro chefe do Executivo local pretende investir é na facilitação da abertura de empresas. O objetivo é que o processo dure até 48 horas.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio/DF), Adelmir Santana, vê com bons olhos o investimento no microempreendedor, ele acredita que é necessário facilitar não só a abertura de mais empresas, mas também o acesso a crédito. Adelmir completa afirmando que Ibaneis deve fazer uma boa gestão. “Temos as melhores expectativas possíveis, mas pedimos que o governo se distancie de hábitos da velha política. Queremos que seja um governo moderno, sem vícios de políticos anteriores”, aponta.

Devido ao número de promessas feitas por todos os candidatos durante a corrida pelo Palácio do Buriti, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista), Edson de Castro, acredita que o futuro governador deve ter controle dos gastos para não comprometer o funcionalismo da cidade. “Sempre temos de ficar atentos para que haja dinheiro para pagamentos dos funcionários do setor, a cidade não pode parar. Ibaneis tem de colocar em prática tudo o que promete. Precisamos que haja diminuição dos impostos, muitas lojas fecham por causa disso e o desemprego aumenta”, analisa.

No último mês, a Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF) se reuniu com os seis candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto e entregou uma carta com propostas para o setor. Ibaneis foi um dos que recebeu o material e se comprometeu a cumpri-las. “São propostas simples, que podem ser realizadas sem prejuízos para outras categorias. Uma delas é a retirada da Difal da alíquota, e também o começo de um projeto-piloto de revitalização da W3 Sul”, explicou o presidente da CDL-DF, José Carlos Magalhães.

A entidade escolheu não apoiar nenhum candidato nesse pleito, mas o presidente conta que a relação com Ibaneis se

mostrou frutífera. “Ele entendeu nossas reivindicações, assumiu compromisso de realizá-los, e sinalizou que nossos pedidos são praticáveis.”

Já a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), que apoiou a candidatura de Rollemberg nas eleições de 2014, assumiu oposição ao socialista neste pleito. “Temos uma profunda mágoa com ele. Rollemberg montou um secretariado ideológico, que não tinha experiência no campo operacional”, comenta Fernando Brites, presidente da entidade.

Para o empresário, a chave para o sucesso de Ibaneis Rocha é uma atenção especial para o setor produtivo. “A produção local é o que paga as contas do Distrito Federal. Queremos que o

novo governador enxugue os gastos com o serviço público, responsável por sugar grande fatia das receitas geradas”, critica o representante da ACDF.

Investimentos

Para a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), Ibaneis terá como desafio impulsionar novos setores da economia além do de serviços, que é o principal componente do Produto Interno Bruto (PIB) no DF. “Desejamos uma gestão desenvolvimentista e competente, com foco especial em novas áreas econômicas, como a tecnologia”, explica o Jamal Bittar, presidente da entidade.

O Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília (Sindhobar) pede que o novo governador tenha cuidado com as contas públicas, devido ao grande número de promessas feitas durante a campanha. “Nos preocupamos com o grande número de promessas que o Ibaneis fez. Ele diz que já vai dar aumento para diversas categorias no primeiro dia de mandato, o que pode ter impacto nos fundos públicos”, alerta Jael Silva, presidente da entidade.

O Sindhobar e mais 25 entidades voltadas à área do turismo enviaram para Ibaneis, na última semana, um documento com pedidos em relação ao setor. “Levantamos a importância

da retirada da Difal da alíquota, pois o trânsito diferente dos impostos do DF está aumentando os custos e reduzindo os lucros, isso está sendo muito negativo”, afirma Jael.

O representante da entidade explica também que o futuro governador deve levar em conta a importância de movimentar o cenário cultural e de eventos na capital federal. “Temos espaços urbanos, como o Teatro Nacional, há anos sem nenhum tipo de atividade. Precisamos colocá-los em funcionamento. É necessário também uma Secretaria de Turismo atuante, com dinheiro suficiente para trazer eventos para cidade, o que aquecerá diversos setores”, explica.

PARA SABER MAIS

Conheça quatro compromissos de Ibaneis Rocha para o setor produtivo:

- » Projeto Nossa Capital: restaurar o setor produtivo, de comércio e serviços, com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- » Programa Empreende Fácil: reduz o tempo de abertura de empresas para 48 horas, facilitando o investimento, a atividade privada e a criação de novos postos de trabalho. O programa ainda disponibilizará capacitação para os empreendedores e inovação tecnológica mediante parceria com institutos de pesquisa, universidades e representantes do setor de tecnologia;
- » Reduzir a Carga Tributária (impostos e taxas), desonerando a atividade produtiva, comércio e serviços para aumentar a competitividade de empresas estabelecidas no Distrito Federal, mediante compensação social dos benefícios auferidos;
- » Criar a Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF). Vinculada ao GDF, será uma ação prioritária, para integrar todas as ações relativas ao registro do comércio e abertura de empresas, reduzindo prazos e melhorando a qualidade do atendimento ao cidadão.

Carlos Moura/CB/D.A Press - 4/4/13



Queremos que o novo governador enxugue os gastos com o serviço público, responsável por sugar grande fatia das receitas geradas"

Fernando Brites, presidente da ACDP

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press - 13/11/15



É necessário também uma Secretaria de Turismo atuante, com dinheiro suficiente para trazer eventos para cidade, o que aquecerá diversos setores"

Jael Silva, presidente do Sindhobar

Ed Alves/CB/D.A Press - 19/3/17



Ele entendeu nossas reivindicações, assumiu compromisso de realizá-los, e sinalizou que nossos pedidos são praticáveis"

José Carlos Magalhães, presidente da CDL-DF

Luís Nova/Esp. CB/D.A Press - 28/11/17



Ibaneis tem de colocar em prática tudo o que promete. Precisamos que haja diminuição dos impostos, muitas lojas fecham por causa disso e o desemprego aumenta"

Edison de Castro, presidente do Sindhovarejista

Breno Fortes/CB/D.A Press - 5/2018



Pedimos que o governo se distancie de hábitos da velha política. Queremos que seja um governo moderno, sem vícios de políticos anteriores"

Adelmir Santana, presidente da Fecomércio

Carlos Weira/CB/D.A Press - 20/5/13



Desejamos uma gestão desenvolvimentista e competente, com foco especial em novas áreas econômicas, como a tecnologia"

Jamal Bittar, presidente da Fibratex

Mesmo com abstenção de quase 19% e ameaça de bomba em zona eleitoral, balanço do TRE é de que pleito foi tranquilo e positivo

Eleições sem ocorrências graves

» MARIANA MACHADO
ESPECIAL PARA O CORREIO

Mais uma vez, o Distrito Federal foi a primeira unidade da Federação a concluir a apuração das urnas eletrônicas, o que foi motivo de comemoração para a presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), Carmelita Brasil. Ela avaliou como positivo o processo eleitoral e teceu elogios aos eleitores, partidos e aos candidatos ao Buriti. "Tanto o vitorioso como aquele que não logrou vencer estão de parabéns por terem tido coragem de disputar, colocar para os eleitores as ideias e projetos. O DF e nossa população ganham com esse momento cívico de grande importância que é a hora que cada um de nós pode dar a contribuição para a construção da democracia", afirmou.

No DF, 2.081.505 eleitores estavam aptos a votar, mas 394.275 se abstiveram, o que corresponde a 18,94% do total. O candidato do MDB e novo governador, Ibaneis Rocha, recebeu 1.042.574 votos

(69,79% dos votos válidos), contra 451.329 (30,21%) para Rodrigo Rollemberg (PSB). Mais de 58 mil votos foram em branco e 134.856 foram nulos.

O Centro Integrado de Operações de Brasília (CioB), que monitorou as atividades e crimes eleitorais, registrou ontem nove ocorrências até as 17h30, sendo que seis pessoas foram autuadas em flagrante. Todos assinaram termo circunstanciado e foram dispensados. Ao todo, 24 agências e 415 câmeras vigiaram as atividades. Houve registro de ocorrências por causa de filmagem do voto, perturbação, ameaça e desacato.

Mas a ocorrência mais marcante foi uma operação antibomba desencadeada pela Polícia Militar no fim da manhã depois que uma caixa em que se liam as palavras "tic-tac" foi deixada próxima a uma escola em Taguatinga. Dentro, no entanto, havia apenas rolos de papel com as mesmas palavras e tijolos de cerâmica. Para a presidente do TRE-DF, o ocorrido foi uma brincadeira de mau gosto. "Sabemos que, num dia como o

Mariana Lima/Esp. CB/D.A Press - 26/7/18



Balanço do TRE-DF foi de que pleito ocorreu com tranquilidade

das eleições, as autoridades responsáveis pela lisura e tranquilidade do pleito devem estar extremamente atentas. Eu acho que é mais uma brincadeira de mau gosto pela grosseria, simplicidade e inoperância do que revelou constatar naquele artefato", declarou.

O TRE informou que 45 urnas foram trocadas em todo o Distrito Federal, praticamente a metade das substituições do primeiro turno. Além disso, três máquinas sorteadas passaram por auditoria

que não revelou nenhuma inconsistência. "Nós não esperávamos outro resultado. Temos perfeita confiança na integridade das urnas no sentido de captar o voto do eleitor tal como é dado e de emitir o boletim de urna também de acordo com o voto do eleitor", afirmou a presidente.

Carmelita também afirmou que o lixo eleitoral foi menor do que no primeiro turno. "A cidade amanheceu limpa e não tão poluída", disse.

Como justificar ausência

» JÉSSICA EUFRÁSIO

Eleitores que não foram às urnas em qualquer um dos turnos das eleições de 2018 terão até 60 dias para justificar a ausência no pleito. Para quem não votou no primeiro turno, o prazo para apresentar justificativa se encerra em 6 de dezembro. Já para quem não participou do segundo turno, a data máxima é 27 de dezembro. Quem não votou deve pagar multa de R\$ 3,51 por turno.

Para quem não registrou a ausência no pleito, há três opções: entregar pessoalmente o formulário de Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE) pós-eleição em uma das

zonas eleitorais do Distrito Federal, enviar o documento por via postal ao cartório eleitoral no qual o eleitor está inscrito ou justificar a ausência pela internet. O documento pode ser obtido por meio do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as alegações registradas no documento serão submetidas a apreciação do juiz da zona eleitoral.

Caso opte pela última opção, o processo ocorre por meio do Sistema Justifica, na página do TSE ou dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). É preciso informar dados pessoais, apresentar o motivo da ausência e anexar documentos comprobatórios da ausência em versão digitalizada. Após preenchimento do formulário, será gerado um código de protocolo para acompanhamento. No caso de brasileiros que estavam fora do país durante um dos dois turnos ou em ambos, há a possibilidade de justificar a ausência até 30 dias após o retorno.

Sem grandes filas, livres de lixo ou de ocorrências policiais, eleições do 2º turno respeitaram as regras democráticas

Votação foi tranquila no DF

» RICARDO DAEHN
» ISA STACCIARINI

Direitos das mulheres

Patriotismo

Diferentemente do primeiro turno, que ocorreu em 7 de outubro, a maioria dos eleitores do Distrito Federal compareceu às urnas ontem manifestando as convicções políticas de forma mais expressiva.

A maioria das demonstrações era voltada aos candidatos à presidência e mesmo os que não ostentavam adesivos declararam sua posição por meio das cores das roupas e acessórios.

Além disso, também diferentemente do que ocorreu no primeiro turno, na maioria das zonas eleitorais do Distrito Federal, percorrida pelas equipes do **Correio**, a votação para governador e presidente aconteceu sem grandes filas e com pouco lixo eleitoral no chão.

Em Sobradinho, as irmãs Victória e Ana Letícia Rosal, 21 e 20 anos, estampavam a cor vermelha nas camisetas e na bandeira, assim como a prima Maria Carvalho, 24. As duas primeiras, estudantes da Universidade de Brasília (UnB) por meio das cotas de escola pública, contaram que deram preferência aos candidatos que prometem valorizar educação.

Vestida com a camisa "lute como uma garota", a professora Tamara Naiz da Silva, 33 anos, votou na escola conhecida como Centrão, no Setor Educacional, em Planaltina. Ela ressaltou que escolheu os candidatos principalmente pelas propostas ligadas a educação e ao direito das mulheres. "Pesquisei os históricos dos meus candidatos, mas, infelizmente, a maioria da população não fez isso, em meio a tanta notícia falsa. Espero que o processo

eleitoral possa colaborar para as pessoas pensarem no desenvolvimento do país", destacou.

No mesmo colégio, o publicitário Ilson Walter Pereira dos Santos, 44, vestia a blusa do candidato a presidência, Jair Bolsonaro (PSL). Para ele, as medidas mais urgentes são nas áreas de segurança, saúde, transporte e educação. "O próximo governador e presidente precisam investir na carreira dos professores, contratar mais médicos, melhorar o transporte e aprimorar a segurança", ressaltou.

O pintor de automóveis Alexandre Palmeira de Oliveira, 42 anos, caminhou do Núcleo Bandeirante até a zona eleitoral na Candangolândia carregando uma bandeira do Brasil. No trajeto até a urna, apregoava o patriotismo do símbolo nacional, para sinalizar mudança. "As pessoas implicam. Acham que, automaticamente, você é 17 (Bolsonaro). Na verdade, vou decidir na hora: por enquanto, estou 60% Bolsonaro e 40% Haddad", comentou.

Alexandre fez questão de dizer que nunca levantou bandeira para nenhum político e que apenas espera por melhorias. "Espero que os novos governantes não roubem e dividam melhor o dinheiro dos impostos. Falo isso pela minha família — moro com pais, avós e tios. Todos respeitam a posição uns dos outros e gostam do que é certo".

O policial militar Luis Duarte, 56 anos, foi um dos primeiros a chegar à Escola Classe 102, no Recanto das Emas. Estava no local às 7h30, com os candidatos definidos. Ele confessou que mudou o voto para governador nos últimos dias, após se identificar com as propostas de um dos concorrentes. "Se ele ganhar espero que traga

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press

**Victória, Ana Letícia Rosa e Maria Carvalho: apoio à educação**

melhorias. A população está completamente cansada de propostas e nada feito, por isso

houve um desânimo e descrédito nessa eleição, principalmente pela corrupção”, afirmou.

Focos de atrito

Em Ceilândia, o clima tranquilo foi interrompido por um bate-boca devido a dúvidas sobre a ordem dos votos, no Centro de Ensino Fundamental 18. Rosa Yoshida, de 73 anos, saiu da sua seção eleitoral afirmando que a foto de seu candidato não apareceu na urna após ela digitar o número. As pessoas que estavam na fila começaram a discutir uma possível fraude.

A senhora se esquivou da confusão: “Chamei a moça da mesa e ela falou que estava tudo certo, então não tem problema nenhum”. Segundo o supervisor de local, Alisson Alves, a eleitora pode ter se confundido e votado primeiro para presidente, depois para governador, ordem inversa da determinada na urna.

Outra confusão aconteceu em Samambaia, na Escola Classe 501. Após uma criança gritar

o nome de um candidato à presidência, um fiscal de partido reagiu à manifestação com grosseria, desrespeitando o menor e as pessoas que estavam no local, segundo os mesários da seção. “Ele colocou o dedo na minha cara, começou a falar que aquilo era crime e que iria anular todos os votos da nossa seção”, contou a mesária Rejane Pereira, de 35 anos.

Mesmo com a tranquilidade do acesso às seções eleitorais em São Sebastião, a região foi uma das que mais teve urnas substituídas, com quatro ao todo. O local de voto que mais teve confusão por causa do defeito no equipamento foi o Centro Educacional São Francisco, conhecido como Chicão, onde um eleitor pressionou com força desproporcional um botão, que acabou afundando.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Luis Duarte: ele foi um dos primeiros a chegar ao posto de votação no Recanto das Emas

» Pequenas ocorrências

No segundo turno das eleições no Distrito Federal, o Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob) confirmou, até às 17h30 de ontem, nove registros de ocorrências em zonas eleitorais. Seis pessoas foram autuadas em flagrante, todos os detidos assinaram termo circunstanciado e foram dispensados. Três eleitores, dois no Recanto das Emas e um em Sobradinho, foram detidos após serem flagrados fotografando e filmando a urna no momento do voto. Eles foram encaminhados para as 27ª e 13ª Delegacias de Polícia. Duas pessoas foram detidas por "perturbação do local de votação". As ocorrências foram registradas na 1ª e na 8ª DP, na Asa Sul e no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Em Ceilândia, na 24ª DP, e Samambaia Norte, 26ª DP, dois eleitores registraram ocorrências, alegando problemas na urna de votação.

A visão dos moradores do Entorno

» ALEXANDRE DE PAULA
» AUGUSTO FERNANDES
ESPECIAL PARA O CORREIO

Além de se deslocar até o Distrito Federal para trabalhar ou estudar, existem moradores de cidades goianas vizinhas a Brasília que também ultrapassam a divisa estadual para votar. Apesar de não haver estatística oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) de quantos eleitores do DF moram no Entorno, somente neste ano 9,9 mil pessoas procuraram a Justiça Eleitoral para transferir títulos eleitorais para Brasília.

Ontem, muitos deles compareceram às urnas para a votação do segundo turno. Moradores do Pedregal, o marceneiro Marcelo de Almeida, 28 anos, e a dona de casa Jéssica de Souza, 25, foram até a

Escola Classe 203 de Santa Maria com os quatro filhos para registrar a sua participação nas eleições deste ano. Apesar de não serem residentes do DF, os dois sentem-se “um pouco brasilienses” e quiseram dar a sua contribuição para a capital do país.

“Moramos durante um ano em Santa Maria e, atualmente, nossos filhos estudam aqui. Diariamente, vemos no noticiário os problemas que acontecem na cidade, e como eleitores do DF, não poderíamos deixar essas eleições de lado. Fico na esperança de que o novo governador possa cuidar bem do DF”, comentou Marcelo.

Moradores de Valparaíso, os amigos Igor Gonçalves, 23, e Evely Ventura, 25, ambos autônomos, votaram no Centro de Ensino Fundamental 1, no Gama. Para os dois, será funda-

mental que o chefe do Executivo local até 2022 governe escutando os anseios da população. “Ele tem que estar ligado à população. Mostrar o que está fazendo e, se possível, pedir dicas. Um governador que não ouve o seu povo não conseguirá fazer um bom trabalho”, apontou Evely.

Voto em Goiás

Diferentemente dos que votam no DF, os eleitores que compareceram às urnas nas cidades goianas registraram voto apenas para presidente. No primeiro turno, Ronaldo Caiado (DEM) venceu as eleições para governador com 59,7% dos votos. Por isso, o movimento nas seções eleitorais foi tranquilo durante quase todo o período de votação.

A escolha dos eleitores do Entorno refletiu o resultado nacional. Em 23 das 33 cidades pertencentes à área, o candidato do PSL à presidência da República, Jair Bolsonaro, venceu as eleições. O melhor desempenho do capitão da reserva foi na cidade goiana de Abadiânia, onde conquistou 74,5% dos eleitores (com 5,2 mil votos). Já o melhor resultado para Fernando Haddad foi na também goiana Cavalcante. O petista teve 83,68% dos votos, num total de 3204.

Em Valparaíso, onde Bolsonaro venceu com 65,15%, o tecnólogo em radiologia médica Edson Brito, 62, chegou cedo para exercer o direito de voto. Preocupado com o futuro do país, ele espera que o resultado das eleições não seja motivo de mais violência entre os brasileiros. “Foi

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press



Marcelo de Almeida e Jéssica de Souza votam no DF

difícil para nós, eleitores, escolhermos um lado. Mesmo assim, espero que o novo presidente tenha bom senso e abrace toda a

população. Ele não pode defender somente os próprios interesses. Queremos ser bem tratados", disse.

O GRANDE DIA de uma eleição inusitada

» BRUNA LIMA
ESPECIAL PARA O CORREIO

Foi uma eleição diferente de todas as outras em muitos aspectos. Mas o eleitor brasiliense cumpriu, como sempre fez, o ato de cidadania com respeito. Não houve confrontos, ocorrências policiais mais sérias. Mas, nas zonas eleitorais, nas filas de votação, era evidente a tensão: olhares apreensivos, bocas fechadas, alguns se aventuravam em comentários bem-humorados para quebrar o gelo. Em meio a tantos conflitos durante toda a corrida eleitoral, o brasiliense mostrou maturidade na hora da votação. Era o fim de uma corrida eleitoral marcada por polarização, fake news, brigas quase irreversíveis com amigos e familiares, medo, mas também por fortalecer o exercício do diálogo e da resiliência. É hora de fortalecer a democracia e de curar cicatrizes.





